

**UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ**

**VITOR EMANUEL PINTO CARDOSO**

**COMUNICAÇÃO E TRAJETÓRIA FILOSÓFICA SOBRE LIBERDADE DE  
EXPRESSÃO, PRECONCEITO E HUMOR: UM ESTUDO DO ESPECIAL  
DE NATAL DO PORTA DOS FUNDOS**

**Curitiba**

**2021**

**VITOR EMANUEL PINTO CARDOSO**

**COMUNICAÇÃO E TRAJETÓRIA FILOSÓFICA SOBRE LIBERDADE  
DE EXPRESSÃO, PRECONCEITO E HUMOR: UM ESTUDO DO  
ESPECIAL DE NATAL DO PORTA DOS FUNDOS**

Dissertação apresentada como requisito  
para obtenção do grau de Mestre no  
Curso de Comunicação e Linguagens da  
Universidade Tuiuti do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Pieroni

**CURITIBA**

**2021**

Dados Internacionais de Catalogação na fonte  
Biblioteca "Sidnei Antonio Rangel Santos"  
Universidade Tuiuiú do Paraná

C268 Cardoso, Vitor Emanuel Pinto.

Comunicação e trajetória filosófica sobre liberdade de expressão, preconceito e humor: um estudo do especial de natal do Porta dos Fundos / Vitor Emanuel Pinto Cardoso; orientador Prof. Dr. Geraldo Pieroni.

100f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2021

1. Comunicação. 2. Liberdade. 3. Humor. 4. Preconceito. 5. Porta dos Fundos. I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens / Mestrado em Comunicação e Linguagens. II. Título.

CDD – 380.3

Bibliotecária responsável: Heloisa Jacques da Silva – CRB 9/1212

## RESUMO

O autor desta dissertação almeja analisar os limites da liberdade de expressão, preconceito e humor na trajetória histórico-filosófica culminando no Especial de Natal de 2019 produzido pela Porta dos Fundos. Nosso objetivo é utilizar, por meio de uma construção na longa temporalidade alicerçada na origem do humor grego, especificamente como surgiu a comédia e como o humor era, na Antiguidade, utilizado. Estudaremos as reflexões de Platão e Sócrates a respeito do humor e também a do dramaturgo Aristófanes, assim como a relação sociopolítica do humor nos discursos construídos por eles. Com base na filosofia moderna, Immanuel Kant e Hannah Arendt oferecem ótimos conceitos a respeito da liberdade, liberdade de expressão e preconceito. Adentrando no cerne da nossa proposta, em 2019 a Porta dos Fundos, produtora conhecida por criar conteúdos humorísticos on-line, exibiu, na Netflix, o Especial de Natal daquele ano. Nesse episódio, Jesus era apresentado como homossexual e retornando de sua peregrinação com um amante. Maria, a mãe de Jesus, teria traído o esposo José com Deus e engravidado. Os discípulos seriam beberrões. Esse conteúdo provocou grandes controvérsias com figuras públicas e religiosas recriminando a matéria apresentada. No Natal desse mesmo ano, a sede da produtora foi atacada por membros supostamente da Frente Integralista Brasileira, instituindo, assim, outra camada nessa controvérsia do especial. Nossa problemática tem como fundamentos a seguinte questão: Quais são os limites da liberdade de expressão no contexto do humor contemporâneo?

**Palavras-chave:** Comunicação. Liberdade. Humor. Preconceito. Porta dos Fundos.

## ABSTRACT

The issue of this presentation is to analyze the limits of freedom of expression, prejudice and humor through the 2019 Christmas Special by Porta dos Fundos, our objective is to use a historical-philosophical construction based on the origin of Greek humour, specifically how the comedy and how humor was used. For this, the views of Plato and Socrates of humor and the dramatist Aristophanes will be used, as well as the sociopolitical relationship between their discourses and how they use humor. As the basis of modern philosophy will be Immanuel Kant, Hanna Arendt and Tzvetan Todorov, they will be used for the concepts of freedom, freedom of expression and prejudice. In 2019, Porta dos Fundos, a production company known for creating humorous online content, aired directly on Netflix that year's Christmas Special, in this special Jesus was presented as a homosexual and returning from his pilgrimage with a lover, Mary would have cheated on Joseph with God and became pregnant and the disciples were drunkards. This content provoked great controversy, with public and religious figures criticizing the special as prejudiced and even criminal. At Christmas that same year, the production company's headquarters were attacked by members allegedly from the Brazilian Integralist Front in response to this special, thus creating another layer in this special controversy. So in this special we will answer the questions: what are the limits of freedom of expression in our context? Does humor have limits? Is the Christmas Special prejudiced?

**Key words:** Communication. Online Religiosity. Faith Production. Aesthetics Experience. Virtual candle and chaplet.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – CARTAZ DO ESPECIAL DE NATAL DE 2019 DO PORTA DOS FUNDOS .....	75
FIGURA 2 – THUMBNAIL DO ESPECIAL DE NATAL DO PORTA DOS FUNDOS DE 2013 .....	78
FIGURA 3 – THUMBNAIL DO VÍDEO JESUS TE AMA .....	79
FIGURA 4 – JESUS E SEU AMANTE ORLANDO NO ESPECIAL DE NATAL DE 2019.....	80
FIGURA 5 – CÂMERAS DE SEGURANÇA FILMAM O ATENTADO.....	84

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	7
1. 1 <i>TEORIAS DO HUMOR</i> .....	12
1.1.1 Teorias Clássicas .....	15
1.1.1.1 Teoria da Superioridade .....	15
1.1.1.2 Teoria da Incongruência .....	17
1.1.1.3 Teoria do Alívio .....	18
2 FILOSOFIA E DRAMATURGIA GREGA: HUMOR, DEMOCRACIA E LIBERDADE 21	
2.1 <i>COMÉDIA</i> .....	22
2.2. <i>FILÓSOFOS E O HUMOR</i> .....	26
2.2.1. Platão e seu discurso democrático .....	26
2.2.2. Sócrates, o filósofo que nada sabe: a ironia .....	29
2.2.3. Julgamento de Sócrates: o preconceito .....	30
2.2.4. Sofismo: o relativismo e verdade .....	32
2.3 <i>DRAMATURGIA DO HUMOR</i> .....	33
2.3.1. Aristófanos: a comédia critica a filosofia .....	33
2.4 <i>JESUS E O HUMOR BÍBLICO</i> .....	40
3 LIBERDADE, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PRECONCEITO .....	44
3.1. <i>IMMANUEL KANT: JULGAMENTO E RAZÃO</i> .....	44
3.1.1 Dignidade e autonomia e o imperativo categórico: ética e justiça .....	45
3.1.2. O Juízo Estético: julgando o belo e mal .....	46
3.2. <i>HANNAH ARENDT: JULGAMENTO DA MORAL</i> .....	48
3.2.1 Vita Activa e Vita Contemplativa .....	51
3.2.2 Responsabilidade e Julgamento .....	52
3.2.3 Direitos Humanos .....	55
3.3. <i>TZVETAN TODOROV: DEMOCRACIA E ILUSÕES</i> .....	56
3.3.1. O messianismo democrático .....	57
4 PRÉ-CONCEITO E PRECONCEITO .....	59
4.1 <i>A ESCALA DE ALLPORT</i> .....	59
4.2 <i>TEORIAS DO PRECONCEITO</i> .....	61
4.2.1. Teoria do Bode Expiatório – René Girard .....	61
4.2.2 Teoria da Personalidade Autoritária – Theodor W. Adorno .....	63
4.2.3 A Escala f .....	64

4.2.4 Teorias da Identidade Social e Cultura – Henry Tajfel .....	68
5. TEORIAS DA COMUNICAÇÃO .....	69
5.1 <i>TEORIA HIPODÉRMICA</i> .....	69
5.2 <i>SOCIEDADE DE MASSA</i> .....	70
5.3 <i>MODELO DE LASWELL</i> .....	71
5.4 <i>TEORIA CRÍTICA DE FRANKFURT</i> .....	72
5.5 <i>INDÚSTRIA CULTURAL</i> .....	73
5.6 <i>TEORIA CULTUROLÓGICA</i> .....	74
6. PORTA DOS FUNDOS: O INGRESSO PARA OS “FUNDOS” DO HUMOR .....	75
6.1 <i>CONTROVÉRSIAS</i> .....	77
6.1.1 Especial de Natal – 2013 .....	77
6.1.2 Curta Jesus Te Ama (Youtube) .....	78
6.1.3 Especial de Natal 2019: A Primeira Tentação De Cristo .....	79
6.1.4 Polêmicas do Especial de Natal .....	80
6.1.5 O Atentado de Dezembro de 2019 .....	81
6.1.6 O Integralismo .....	82
6.1.7 Integralismo no Brasil .....	84
6.2 <i>UMA DISCUSSÃO</i> .....	85
7. CONCLUSÃO .....	88
8. REFERÊNCIAS .....	92



## INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende analisar quais são, e se existem, os limites da liberdade de expressão, preconceito e humor estudando o Especial de Natal de 2019 da produtora Porta dos Fundos pelos vieses das filosofias de Hannah Arendt, Tzvetan Todorov e Immanuel Kant. Concomitantemente, são utilizadas publicações relacionadas à liberdade de expressão e preconceito (MANUEL *et al.*, 2015; ALLPORT *et al.*, 1954; SILVA, 2009), a história e o desenvolvimento do humor em suas raízes na Grécia Antiga (DRUMMOND, 2012; PASSOS, 2008), notícias sobre a história da Porta dos Fundos (DA REDAÇÃO, 2019; HERDY, 2019; BBC NEWS, 2019; REDAÇÃO, 2019) e seu histórico (PINHEIRO, 2013; GOOGLE, 2014; SILVEIRA, 2016). O título “Porta dos Fundos” propõe um humor satírico e ácido com intenção provocativa e sem restrições. Trata-se de uma produção humorística e de conteúdo brasileiro sem se prender às censuras das grandes mídias (PINHEIRO, 2013). Em 3 de dezembro de 2019, estreia o Especial de Natal: *A Primeira Tentação de Cristo* na Netflix.

O especial satiriza o retorno de Cristo após 40 dias no deserto ao revelar que ele volta com um amante, ou seja, tendo uma relação homossexual, o que provoca um choque para a sua família e mesmo para seus discípulos (DA REDAÇÃO, 2019). As controvérsias e repostas polêmicas tiveram seu ápice quando em 24 de dezembro de 2019 na véspera de Natal, quatro pessoas atacaram a sede da produtora com bombas incendiárias (REDAÇÃO, 2019). Portanto podemos então questionar: se o Especial tem preconceitos quais seriam? Como eles são apresentados? Por que o humor apresentado teve uma repercussão tão aversiva pela sociedade? Para refletir sobre essas questões, é necessário primeiramente analisar sobre o humor em si e sua repercussão na sociedade. Embora possa parecer simples essa discussão apresenta dois polos: o humor que critica e a resposta a ele. Assim sendo, o texto está organizado pelos vieses: origem e desenvolvimento do humor em sua origem grega; teorias sobre o preconceito e, finalmente, a aderência desses temas para discutir o Especial de Natal.

Segundo Arendt, para os seres humanos entrarem em convívio entre si é necessária uma igualdade estabelecida e sem distinções, denominada condição humana da pluralidade, ou seja, a condição humana de do cidadão de ser igual no

mundo público, mas sem perderem sua individualidade. Se houver, então, uma perda dessa autonomia, quando essa liberdade política for restringida não é possível ter uma vida satisfatória. Como poderíamos conservar uma individualidade em um estado que a proíbe ou a mina? Como existir perante governos que concentram o poder e estabelecem leis coercitivas contrárias a escolha de cada cidadão? (BARBOSA; BRESOLIN, 2017).

Para uma sociedade saudável, é necessário possuímos nossa liberdade, a independência de agir sobre o mundo de forma política e social. No entanto, isso não significa que nos dá direito de expressar quaisquer comportamentos ou verbalizações que quisermos; nossa liberdade de expressão é um tema tanto crucial quanto controverso. Portanto, o discurso sobre o tema como atesta Silva (2009) não é homogêneo (FREITAS; CASTRO, 2013) e propõe uma mudança no sistema. No caso do preconceito, o debate torna-se mais complexo, pois restringe a expressão dos grupos de ódio, tolhendo a liberdade, todavia deixar que continuem pode resultar em danos àqueles que discriminam, fato este discutido por Sunstein (1995) e outros críticos do sistema atual que acreditam que tal permissividade em especial do governo americano enfraquece a liberdade e integridade das minorias (FREITAS; CASTRO, 2013).

Quando se trata do julgamento de culturas, tende-se a entrar em uma encruzilhada moral, pois considerar uma verdade inteiramente absoluta e excluir quaisquer outras é uma forma autoritária de conceber a liberdade. Tampouco deve-se ser relativista a tudo; não podemos considerar que um grupo ou povo que fere a outro pela sua cultura deva estar certo meramente por exercer sua liberdade, mas simultaneamente o contexto de tal ato deve ser considerado. Para Arendt (2014), faz-se necessário compreender a raiz da violência e do conflito, mesmo que tenhamos de encobrir uma verdade controversa, pois apenas, dessa forma, poderíamos deixar de banalizá-la e aprenderíamos a não repetir estes atos (BARBOSA; BRESOLIN, 2017). Mesmo assim, criar um julgamento em tais circunstâncias é caráter complicado e não em poucas vezes leva aos conflitos.

A cultura de cada um, portanto, se põe no cerne da discussão sobre a liberdade e a liberdade de expressão, no decorrer da história das civilizações humanas, em particular a ocidental. Essas civilizações creditavam sua superioridade a determinadas culturas e povos que impunham suas visões de mundo,

considerando-os como bárbaros todos aqueles que desrespeitavam suas normas de cultura civilizada (TODOROV, 2012).

Gordon W. Allport, em seu livro *The Nature of Prejudice* (1954), define preconceito o ato de ser prejudicado por alguém que você não está prejudicando. Nesse sentido, ele apresenta dois fatores importantes: a generalização – ato em que categorizamos um grupo, ou membros dele, sob uma ideologia – e o preconceito positivo. No caso, podemos ser preconceituosos em favor dos outros, portanto ser tendenciosos tanto no ódio que sentimos para os outros quanto nos sentimentos positivos. No bojo desta definição, o preconceito possui cinco fatores importantes: evitar os alvos de nosso ódio; a verbalização negativa em que literalmente “falamos mal” dessas pessoas; a discriminação em que criamos atos para ativamente prejudicar o outro; ataque físico e exterminação; e os estágios em que a violência se torna mais evidente tais como crimes hediondos ou mortes (MANUEL *et al.*, 2015).

De acordo com Allport (1954) existe diferença entre pré-conceito e preconceito. Com hífen, há uma noção prévia a determinado indivíduo ou grupo que, com uma aproximação, pode ser revista ou desfeita. Já o preconceito é a capacidade construída ideologicamente, ou seja, criada por meio de um aprendizado ou construção de caráter de forma e consolidada. Nesse caso, a quebra desse comportamento, por ser enraizado, torna-se mais complexa ou mesmo impossível. Seria, então, a capacidade de ter e exibir comportamentos negativos contra as diferenças de outra pessoa. Nesse último caso, a categorização é um auxílio para, de forma rápida, distinguir características negativas ou positivas de membros de outro grupo. O preconceito, então, nasce da dificuldade de lidar com tais diferenças que observamos (MANUEL *et al.*, 2015).

Como mencionado, o humor tem como um dos seus primórdios a antiga Grécia. A título de exemplo cita-se o mito de Demeter, quando sua escrava de nome lambe (iambe) tenta animar a ama que estava depressiva sem comer ou beber, “até que a devotada serva, intervindo com muita força fez a sagrada soberana sorrir, rir e ter ânimo propício. Assim, portanto, lambe agradou o humor de Deméter” (HOMERO, 2019). Neste trecho, é perceptível um dos primeiros usos da *aiskrologia*, isto é, elementos linguísticos que incluem o obsceno (O’HIGGINS, 2003). Segundo Kenneth Reckford (1987), o humor teria então a combinação da *aiskrologia* com a criatividade pessoal como elementos centrais. Nesse sentido, também pode se observar que nos polos do humor mais refinados aos gracejos mais grosseiros é

necessário considerar o contexto político-social do público para se criar uma real conexão e o cômico atinja seu objetivo (DRUMMOND, 2012).

É interessante notar que as antigas peças humorísticas gregas já possuíam um conteúdo satírico contra as posturas de hipocrisia dos cidadãos das *polis*. O objetivo seria, para Aristóteles, um processo catártico para o público, um meio para essas pessoas refletirem em suas próprias faltas e erros através de sátiras de humor ácido e provocante (PASSOS, 2019) (DRUMMOND, 2012). Para Platão, o humor necessita de uma mescla entre dor e prazer, sendo o riso também nascido da zombaria do ridículo dos outros, ou seja, de se colocar em posição superior ao outro (DRUMMOND, 2012). Isso significa que a comédia e tragédia nasceram da mesma fonte no contexto dramático teatral e que o humor já era satírico em sua origem (DRUMMOND, 2012). De fato, a filosofia grega em si também tinha como um dos objetivos a provocação do outro, uma abordagem crítica do *status quo* político, social e moral da época. Destarte, muitos filósofos fora da Grécia terminavam perseguidos e mortos devido a suas polêmicas ideologias e pelos seus discursos (PASSOS, 2008).

Alicerçado no humor dos antigos gregos, um salto milenar nos traz para o ano 2011. Fabio Porchat e Ian SBF, criadores do canal de YouTube “Anões em Chamas”, junto com os atores Antônio Tabet e Gregório Duvivier e o publicitário João Vicente de Castro, fundaram a produtora “Porta dos Fundos”. Inicialmente, o projeto foi de fato proposto a canais de TV, mas isso foi em parte abandonado devido a não se encontrar um canal disposto ao propósito do projeto. Sua primeira produção, ainda em fase de testes e antes do formato atual, foi a série paródia *CSI Nova Iguaçu*, no entanto, em pouco tempo, o formato de vídeos sem conexão cronológica foi estabelecido (PINHEIRO, 2013). Para divulgar seu primeiro episódio, os produtores utilizaram não apenas as redes sociais, mas a própria influência, como Tabet que cedeu o seu site “Kibe Loco” e o uso de outros sites de humor. Essa estratégia levou mais pessoas a assistirem o vídeo fora do YouTube (GOOGLE, 2014). Trinta e sete das enquetes da produtora foram mais tarde compiladas em um livro publicado em 2013, permitindo, assim, alcançar outras mídias e contendo as reflexões dos autores sobre suas produções.

Mesmo em seu início, os elaboradores já admitiam as controvérsias e conflitos acerca de seus trabalhos (PORTA DOS FUNDOS, 2013, p. 10). O objetivo do “Porta dos Fundos” em seu próprio título propõe um humor satírico e cítrico para

conteúdo de intenção provocativa e sem reservas: uma literal porta para os fundos do humor brasileiro. (PINHEIRO, 2013). Em 3 de dezembro de 2019, estreia o Especial de Natal do Porta dos Fundos: *A Primeira Tentação de Cristo*, feito para a Netflix. O episódio satiriza o retorno de Cristo após 40 dias no deserto ao revelar o seu retorno com um amante. Cristo é apresentado como homossexual para o choque de sua família e mesmo de Deus (DA REDAÇÃO, 2019).

Esse conteúdo logo gerou condenações e ameaças de boicote a Netflix. Principalmente da “Coalizão pelo Evangelho”, grupo que tem por membro o deputado Marco Feliciano. As controvérsias tiveram seu ápice quando em 24 de dezembro de 2019, ou seja, véspera de Natal, quatro indivíduos atacaram a sede da produtora com bombas incendiárias, ninguém foi ferido (REDAÇÃO, 2019). Um dia depois, um vídeo divulgado no YouTube apresentava supostos integralistas mascarados admitindo a autoria do atentado e identificando-se como sendo do “Comando de Insurgência Popular Nacionalista da Grande Família Integralista Brasileira” (BBC NEWS, 2019). Em nota posterior à “Frente Integralista Brasileira” negou participação no ataque e autoria do vídeo, chegando mesmo a expulsar um de seus membros suspeito de participar do atentado (HERDY, 2019).

Esta dissertação apresenta três capítulos. No capítulo 1, “Humor, comédia e ironia na Antiguidade”, utilizamos uma base filosófica grega e de como alguns dos filósofos; especificamente Platão e Sócrates, concebiam e empregavam o humor. Em contrapartida, será trabalhada a figura do dramaturgo satírico Aristófanes e de como as suas obras criticam tanto a democracia quanto a própria filosofia da época. Iniciaremos esse percurso primeiramente apresentando as teorias clássicas do humor presentes no período dos filósofos citados. O capítulo 2, “Liberdade, liberdade de expressão e preconceito”, tem como objetivo estudar as bases filosóficas modernas para se compreender os conceitos de liberdade e liberdade de expressão. Serão analisados pensamentos de Immanuel Kant e seus conceitos sobre honra e dignidade; Hannah Arendt sobre a vida política, julgamento e direitos humanos; Tzvetan Todorov nos aponta a democracia e sua existência. As bases sobre o preconceito se apoiam em Gordon W. Allport e as teorias de René Girard, Theodoro Adorno e Henry Tajfel. O capítulo 3, “Porta dos Fundos: o ingresso para os “fundos” do humor” propõe discutir a origem e o desenvolvimento do “Porta dos Fundos”, as suas escolhas de produções, conteúdo e as controvérsias que tiveram

com elas. Serão apresentados o histórico e o pano de fundo político que gerou violência, ódio e atentado contra a produção.

## 1. HUMOR, COMÉDIA e IRONIA NA ANTIGUIDADE GREGA

### 1.1 TEORIAS DO HUMOR

Antes de tratar do histórico referente ao humor, precisamos compreender as suas conotações. Apesar de possuírem significados paralelos, tais como **humor**, **comédia** e **riso**, essas conotações têm diferentes raízes. Humor, na sua origem grega, é um termo cunhado para os líquidos ou fluidos corporais: sangue, fleuma, bÍlis amarela e bÍlis negra. A saúde humana era alcançada pelo equilíbrio desses humores. Dessa forma, as expressões mau-humor e mal-humorado, na realidade, indicam o mau estado emocional de uma pessoa e não sua falta de graça. Dessa forma, a palavra humor passou, no decorrer do tempo, a designar o estado emocional humano de tal forma que de acordo com Jerónimo seria: “[...] quaisquer eventos ou formulações discursivas, intencionadas ou inadvertidas, que provoquem experiências cognitivas culturalmente partilhadas capazes de suscitar o riso e providenciar divertimento” (JERÓNIMO, 2015, p. 67). Ou seja, humor seria um recurso linguístico, com a capacidade de fazer rir tanto o locutor quanto o interlocutor e, ao mesmo tempo, ser um recurso de linguagem que reflete a sociedade.

O antropólogo Gregory Bateson explica, em seu texto “Quadro ou Enquadramento de Brincadeira”, que o ser humano classifica as situações como sérias ou zombarias. No *Play Frame*, observamos as situações com menos seriedade, com a mente mais aberta, ou seja, nele se enquadra nossa tendência de não levar a compreensão do fato ao ponto de ofensa, pois compreendemos que as ações que observamos não são sensatas. Essa compreensão, no entanto, é individual e não entendida como apenas contendo essa dimensão. A dualidade é trabalhada por Bateson em sua teoria do duplo vínculo; nela, o sujeito é submetido ao dilema de duas mensagens igualmente excludentes da outra. Isso significa que qualquer que seja a escolha que ele fizer irá falhar ao escolher uma e anular a outra. Nesse caso, a realidade que o sujeito vê, na verdade é a sua interpretação da realidade física. Como cada pessoa tem uma percepção diferente, temos realidades

diferentes e distintas interpretações de um mesmo problema. No caso, aqui se tal coisa é ou não engraçada, quando o sujeito fizer uma escolha entre esses dois pressupostos embora não prejudicial a ele, pode, sim, danificar sua interação com o sujeito originador do fator (BATESON, 2000).

Quando julgamos as ações ou fatos observados, não podemos realmente examinar a mente de quem os faz, isso por tais episódios serem restritos ao subjetivo deles ao qual não temos acesso, só temos real acesso introspectivamente a nossa própria mente, como foi observado por David Premack e Guy Woodruff:

Um indivíduo tem uma teoria da mente se imputa estados mentais a si mesmo e aos outros. Um sistema de inferências deste tipo é adequadamente visto como uma teoria porque tais estados não são diretamente observáveis, e o sistema pode ser usado para fazer previsões sobre o comportamento dos outros. (1978, p. 515 tradução do autor)<sup>1</sup>.

Premack e Woodruff foram os criadores do termo Teoria da Mente na qual cada pessoa tem sua mente particular e se torna natural acreditar que o outro tem mente e crenças parecidas com a nossa. Portanto, acabamos atribuindo nossos pensamentos e emoções ao tentar explicar, assim, suas ações. O uso, então, da palavra “teoria” se deve mais a sua prática, pois, como ser humano, é incapaz de acessar a mente do outro. Ele só pode supor essa “mente” através do observável, isto é, conseguimos atribuir estados mentais teoricamente aos outros baseando-nos em seu comportamento (PREMACK; WOODRUFF, 1978).

Em sua pesquisa, Premack e Woodruff analisaram o comportamento de chimpanzés e testaram se eles possuíam sua própria teoria da mente, ou seja, se conseguiam imputar a outros as crenças deles. Para tal, eles criaram um experimento em que um pesquisador tentava pegar uma banana presa a uma corda e usa um banco para alcançá-la. Depois, os chimpanzés tinham de arrumar uma série de fotos na ordem para completar a sequência. A conclusão quando completavam a tarefa era de que os chimpanzés também possuíam uma teoria da mente. eles podiam passar as suas crenças e impressões para as imagens e pensar em uma reação de acordo com a reação do pesquisador (PREMACK; WOODRUFF, 1978).

---

<sup>1</sup> An individual has a theory of mind if he imputes mental states to himself and others. A system of inferences of this kind is properly viewed as a theory because such states are not directly observable, and the system can be used to make predictions about the behavior of others.

Na teoria da mente, temos um elemento que se torna elementar quando nós falamos em julgar e reagir a algo como o humor: a Empatia. Originada do grego *empathia*, que significa paixão por algo, a empatia é um dos elementos básicos da psicologia. Sua essência é a capacidade do ser humano em relacionar os seus sentimentos, isto é, se identificar com os sentidos e emoções do outro como se fossem seus. O psicólogo Carl Rogers, criador da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), acreditava que a empatia era mais que apenas uma resposta ao outro e sim um aprendizado da sensibilidade cognitivo-comportamental de cada um em suas relações interpessoais (SAMPAIO et al, 2009).

Na ACP, existe um conceito para se entender essas relações: o *Self Ideal* e o *Self Real*. O *Self* por si é o conceito que cada pessoa tem de si mesmo, como dito por Rogers e Kinget:

é uma estrutura, isto é, um conjunto organizado e mutável de percepções relativas ao próprio indivíduo. Como exemplo dessas percepções citemos: as características, atributos, qualidades e defeitos, capacidades e limites, valores e relações que o indivíduo reconhece como descritivos de si mesmo e que percebe constituindo sua identidade. Esta estrutura perceptual faz parte, evidentemente – e parte central – da estrutura perceptual total que engloba todas as experiências do indivíduo em cada momento de sua existência (ROGERS; KINGET, 1977, p. 44).

No *Self*, tem-se a própria essência do ser, mas essas qualidades, defeitos e limites são visualizados por nós. Pensamos naquilo que queremos ser e isso entra em conflito com o que realmente somos. Esse conflito é paralelo à Teoria de Mente, pois ali a pessoa se utiliza de sua teoria da mente para criar uma relação com outro e, também com o que diz Bateson (2000), já que, quando se entra em conflito com as experiências externas, recorremos a introspecção do mundo, uma opinião para poder julgar se tal coisa tem ou não graça (ROGERS, 2017).

Relativo à cognição e o propósito deste estudo, vê-se importante trazer o conceito de Cognição Social. Cognição é a capacidade de adquirir conhecimento no acúmulo de informações pela experiência. Nesse sentido, a Cognição Social é a habilidade compreender os outros quando em sociedade e suas relações sociais; ela ajuda a desenvolver o emocional humano nas interações com os outros. Desse modo, existe uma conexão com a Teoria da Mente, visto que ela permite uma comparação do mundo interno (subjetivo) com externo (objetivo). Quando ligamos essas teorias, há uma possibilidade de que a compreensão da Teoria da Mente permitiria uma mudança no desenvolvimento emocional e, portanto, nas reações de



uma pessoa, já que, segundo Rogers e Kinget (1977), usamos o Self como filtro para nossas interações.

Porém, para Premack e Woodruff uma teoria da mente apenas na empatia é incompleta porque ela considera apenas a motivação do outro, enquanto uma teoria da mente quase completa também considera sua cognição (PREMACK; WOODRUFF, 1978).

Analisaremos agora três teorias dos campos da psicologia e filosofia sobre como é o riso, sua construção e funcionalidade.

### 1.1.1 Teorias Clássicas

#### 1.1.1.1 Teoria da Superioridade

Também conhecida como doutrina da depreciação ou escárnio, essa doutrina foi utilizada por filósofos como Platão, dentro da qual a comédia é “Uma imitação de homens piores do que a média; piores, no entanto, não em relação a qualquer tipo de defeito, mas apenas no que se refere a um tipo particular, o Ridículo que é uma espécie de feio” (PERKS, 2012, p. 127). Na Teoria da Superioridade, o riso se dá quando um se coloca sob outro para criar o riso (PERKS, 2012). Nessa situação, o sujeito que cria o riso o faz através da ridicularização do outro, como explica Aristóteles “As pessoas com quem ficamos zangados são aqueles que riem, zombam ou zombam de nós, por tal conduta é insolente” (ARISTOTELES; FREESE, 1967, p. 181, tradução do autor). Nessa teoria, aquilo que nos faz rir é a imoralidade dos outros, mas, ao mesmo tempo, somos capazes de rir de nós mesmos, de nos autodepreciar ou de depreciar aquilo que não está no campo experiencial nosso e do ouvinte (PERKS, 2012; TABACARU, 2015).

Em seu livro *Laughter and Ridicule: Towards a Social Critique of Humour* (2005), Michael Billig traça a origem histórica dessa teoria, enquanto o filósofo Thomas Hobbes é representado como central para a superioridade. Billig vai além ao utilizar a perspectiva de Aristóteles e Platão. Embora esses dois filósofos tivessem críticas quanto ao uso do riso, eles, dentre outros, não o rejeitavam por completo, por exemplo Sócrates acreditava em um uso benéfico para o riso do escárnio. No entanto, tal postura vinha em seu projeto de uma sociedade em que os

desejos interiores do homem, sejam carnais ou financeiros, sejam controlados pois, novamente, o pensamento concordado era de os pensadores e filósofos serem superiores à massa do povo; precisavam controlá-la para criar essa sociedade.

Esse controle seria existente em uma censura focal aplicada neste nosso estudo no riso em sua forma crítica ao governo. Billig (2005) chama aqueles que procuram controlar e diminuir o riso de misogelastos (aversão ao riso), os quais não se restringem a Grécia antiga. Sobre a história da sociedade moderna, pode-se encontrar muitos exemplos de misogelastos. Entre eles, destacamos a filosofia cristã, que entendia o homem como tendo que permanecer sério, pois Deus não aprovaria, preferindo que o ser humano se mantivesse disciplinado, sob a possibilidade de punição divina por infrações. Mesmo assim, havia momentos em que o humor estava presente na Bíblia, incluindo mesmo o escárnio, no livro de Salmos em sua fala Deus sobre os idolatras Deus diz que zombaria deles quando sofressem a consequências de seus atos, ou seja, mesmo Deus, dado é claro ao contexto do uso, se utiliza do escárnio (BILLIG, 2005).

Como dito antes, temos Thomas Hobbes como associado principal a teoria da superioridade. Sua visão divergia dos filósofos gregos quando Hobbes se utilizava de todo o riso e não apenas suas partes, também ele procurava explicar o porquê do riso e não o seu alvo. Nesse sentido, Hobbes criou uma teoria utilitarista, materialista e cínica em que o humano procura aumentar seu prazer e diminuir o sofrimento (BILLIG, 2005).

Nesse conceito, nossas ações seriam por um interesse egoísta do que um altruísmo verdadeiro, ideologia que era polêmica para uma sociedade religiosa do período. Humanos estariam em uma espécie de corrida em busca de vantagens próprias. Por isso, o uso do riso seria de superioridade, já que o homem procura ser superior ao denegrir o outro, buscando ter vantagem sobre ele, essa vantagem pode mesmo explicar a forma contagiosa do riso, quando em grupo entramos no riso para não ser nos diminuídos como o alvo do mesmo. Porém, Billig procurar criticar Hobbes, ao ressaltar que o filósofo falhou em apresentar uma contraparte a esse argumento, sua fala não contém argumentos destoantes ou mais complexos. Essa simplicidade e generalização do riso é a principal falha de Hobbes, segundo Billig. A principal força da teoria de abarcar o riso como um todo ignora as suas matizes e variantes. o ser humano não ri unicamente procurando uma vítima. Hobbes, assim,

ignora a complexidade do discurso humorístico e seu papel de mudança e influência social (BILLIG, 2005).

#### 1.1.1.2 Teoria da Incongruência

Historicamente, a teoria da incongruência surgiu como uma resposta à teoria de Hobbes, ao invés de procurar a origem do riso essa teoria procura analisar o que no mundo externo tem incongruência para criar o riso. Em contraste com a visão hobbesiana de sociedade, John Locke propunha uma filosofia mais democrática. Para Locke, o ser humano era uma “Tábula Rasa” em sua origem. Nascemos sem conhecimentos, um papel em branco que é preenchido por nossas percepções. Em interações sociais e políticas, portanto, o rei e seus súditos seriam em teoria nivelados e deveriam chegar ao um acordo social para a formação do estado. Caso esse acordo fosse descumprido, o povo teria direito de depor esse rei, embora tal acordo ou contrato não fosse formado com toda a população, ou seja, na prática o “povo” é apenas uma pequena parcela do todo que decide a política do Estado. Retornando a Locke, devemos primeiro ressaltar que no século XVIII o termo “humor” não era qualquer tipo de riso e sim se restringia há um personagem risível. Nesse caso, incongruência se focava mais no termo da “sagacidade” como uma representação verbal. Como Locke acreditava nessa origem humana em branco, quando nos encontramos com uma escolha, tomamos nossas decisões sob um entendimento claro das diferenças ou igualdades de cada ideia e, assim, podemos construir um julgamento verdadeiro, nesse contexto a sagacidade funciona ao contrário, ao trazer opostos e procurar fazê-los parecidos (BILLIG, 2005).

Nessa teoria, temos o riso sendo gerado pela incongruência, que seria um par de situações e elementos que não se relacionam naturalmente. Um exemplo é o caso do *Play Frame*, em que a pessoa recebe uma informação com dois fatores que são opostos: um pai diz que ama o seu filho, mas, ao mesmo tempo, o fere (BATESON, 2000). Embora esse exemplo não seja propriamente humoroso, ele ilustra a prática comum do humor no período de Platão, Aristófanes, de quem falaremos mais à frente, se utiliza da incongruência nas suas obras como *As Nuvens*, visto que o humor da época se utilizava das incongruências da sociedade como conteúdo. Ao mesmo tempo, deve-se reconhecer que a incongruência aqui tratada é produto da mente ou teoria da mente de cada um, portanto não

necessariamente esses elementos são de fato antagônicos, mas o são na mente de quem os interpreta. (DRUMOND, 2002; TABACARU, 2015).

Aristóteles é conhecido também por ter escrito um livro tendo como tema principal a comédia. Infelizmente, tal obra não sobreviveu até hoje. No entanto, aquilo que sabe de comentários e texto externos sobreviventes indica que ele via o humor como fruto de incongruência e da surpresa, ou seja, rimos daquilo que é contraditório com o que sabemos e pela surpresa de um tema fora dos seus enquadramentos (DRUMOND, 2002). Entrando em pesquisas posteriores, temos Cícero (República Romana, 63 a.C.), que distingue o humor referencial e o humor verbal. No humor referencial, utilizamos anedotas e caricaturas para a crítica de alguém ou algo. O humor verbal é o uso mais complexo de elementos da linguagem como metáforas e ironias; é nessa última que estão a incongruência e surpresa (DRUMOND, 2002).

#### 1.1.1.3 Teoria do Alívio

Na teoria do alívio, o humor possui uma característica de catarse. O humor permite aliviar os sentimentos negativos presentes na pessoa, como Quintiliano atesta:

[Risada] irrompe nas pessoas, mesmo contra sua vontade, e extrai uma confissão de sua influência não só do rosto e da voz, mas abala todo o quadro com sua veemência. Muitas vezes também muda, como eu disse, a tendência dos grandes negócios, pois frequentemente dissipa o ódio e a raiva (apud PERKS, 2012, p. 125).

Essencialmente, o ser humano procura suavizar uma situação de tensão ao usar de humor. Sigmund Freud coloca a anedota como uma forma de analisar os processos e desejos internos do indivíduo. Outro estudo notável é o dos darwinistas. Ao estudarem a evolução do homem, concluíram que o homem é submetido às forças de ordem social, à política, e o uso do humor é uma ferramenta que permite aliviar a tensão de estar sobre esses poderes. Assim, o humor é tanto resposta quanto fuga das emoções negativas (JERÓNIMO, 2015).

Outras teorias deste capítulo são reflexos das situações político-sociais do período em que foram criadas, como Billig (2005) aponta, o riso é fruto da sua época, sendo que cada teoria sobre um marco na filosofia que é por si marcada pelo tempo. Para o caso da Teoria do Alívio, sua origem vem da Era Vitoriana,

especificamente do debate entre os filósofos Herbet Spencer e Alexander Bain, ambos conhecidos por contribuições para a teoria darwinista da evolução e para a Psicologia da Evolução. Não foi, portanto, o acaso que os levou a pesquisar o tema do riso, pois, como já dissemos, tanto o riso quanto a filosofia têm uma influência histórica e evolucionária. Também por tais motivos, Spencer intitulou seu trabalho sobre o riso como uma fisiologia, ou seja, ele procurava analisar o riso e seu conceito de pressão-alívio por um campo biológico. Ambos os filósofos tinham similaridades em suas pesquisas. Bain, particularmente, enfatizou em sua obra *The Senses and the Intellect* (1855) como procurava entender a mente humana por meio da biologia (BILLIG, 2005).

Importante para a compreensão histórica dessa teoria é que os pesquisadores da Teoria da Incongruência também falavam em fisiologia, porém Spencer e Bain debatiam que os poderes do corpo não podiam ser separados da mente, significando a ligação entre o subjetivo e o objetivo. Indo além, Spencer pôs em paralelo à evolução de seres vivos e das sociedades, para ele todos os organismos naturais biológicos e sociais se desenvolviam pelos mesmos princípios. Mais tarde intitulada de Teoria dos Sistemas, a filosofia de Spencer sugeria que a sociedade, assim como os próprios humanos, desenvolve-se de um organismo simples para um mais complexo, e os meios para tal complexidade seriam similares, senão os mesmos, para ambos (BILLIG, 2005).

Bain, por sua parte, foi bem crítico à Teoria da Incongruência, concordando mais com a Teoria da Superioridade, embora também tivesse suas críticas sobre ela. Para Bain, não precisamos nos sentir superiores ao outro. Em vez de superioridade, seria o sentimento de degradação o principal elemento do ridículo: mesmo a comédia mais genial e politicamente correta teria seus elementos degradantes. Essa postura também tem seu lado político, pois a liberação da tensão e sentimento de alívio é também uma liberdade sobre as restrições sociais a que somos submetidos (BAIN, 1855) (BILLIG, 2005).

Visto que as teorias aqui comentadas concordam com o caráter histórico-social do riso, fica importante falar sobre a origem histórica do mesmo. Por questões didáticas este estudo procurou se concentrar nas origens gregas da comédia e sua dramaturgia. O objetivo é conhecer um pouco do desenvolvimento clássico do riso, sua interação na sociedade grega e de como naquela época ele era tratado e mesmo controlado. Ao mesmo tempo, teremos o campo da filosofia do período, visto

que neste capítulo também conectamos a filosofia a uma evolução histórica, criando um paralelo de como os filósofos tratavam e criticavam o riso, e como a dramaturgia grega refletia essas críticas e a própria sociedade.

## 2 FILOSOFIA E DRAMATURGIA GREGA: HUMOR, DEMOCRACIA E LIBERDADE

Pelos exemplos dos filósofos e dramaturgos, demonstraremos como a filosofia e arte na Grécia antiga enxergavam o humor, a democracia e a liberdade. Trata-se do Período Clássico, situado entre os séculos IV e V, quando o auge e o declínio de Atenas como cidade-estado grega levaram a mudanças sociais e políticas drásticas. Entre essas transformações, está uma aceitação da liberdade de expressão simbolizada pela dramaturgia e suas produções humorísticas. Nesse sentido, a política, ou em seu berço grego *politikós*, era um adjetivo que designa uma organização social em seus diversos campos, incluindo a família, a religião, a economia e a esfera jurídica (SILVA, 2013). Inicialmente, na sociedade ateniense, havia o controle do poder patriarcal, por conflitos e mudanças sociais. Como Peter Scott, em seu livro *Grécia Antiga – A História Completa – Desde a Idade das Trevas Grega até o Fim da Antiguidade* (2019) diz, “aos trancos e barrancos” a democracia ateniense foi se formando. Uma figura importante desse desenvolvimento foi Solon, um político que assumiu o cargo de Archon ou Arconte, que era responsável pela legislatura da cidade, durante um período de estagnação política e econômica. O cargo conferiu a Solon um grande poder, que lhe permitiu criar uma série de reformas, como permitir que os cidadãos comuns (*thetes*) tivessem participação no governo, a abolição da escravidão para os cidadãos atenienses e a criação dos Conselhos dos Quatrocentos. Embora as reformas de Solon tivessem seu efeito, elas foram inicialmente esquecidas com a ascensão de outros ditadores e políticos ainda adeptos das regras do passado. Porém, esses governantes foram gradativamente depostos até que, ao fim do século VI, as mudanças se tornaram mais efetivas, dando origem ao Período Clássico (SCOTT, 2019).

O Período Clássico Grego (entre os séculos V e IV a.C.) tem sua maior figura política na pessoa de Péricles. Foi em seu governo que se consolidou a identidade político-social do povo ateniense e a participação democrática na polis, isso porque, originalmente, a aristocracia tinha maior participação nos cargos políticos por ter mais recursos. As mudanças de Péricles, apesar de objetivarem uma participação igual entre os membros, não foram suficientes, especialmente após a sua morte, para permitir que essa diferença entre classe fosse esquecida. Mesmo no sistema

democrático ateniense, os aristocratas possuíam mais vantagens e chances na política do que as classes mais baixas (SILVA, 2013).

## 2.1 COMÉDIA

A comédia é o gênero que se utiliza do humor. Criada na Grécia, tinha o objetivo de se utilizar daquilo que é negativo no homem para criar um humor mais realista, sendo então oposta à tragédia, que exaltava o romântico. Essa diferença foi diminuída durante a Renascença, período no qual a comédia passou a se aproximar do Romancismo (PINCELLI; AMÉRICO, 2019). De acordo com Jerónimo (2015, p. 63), o riso é “[...] manifestação biológica visível, mas com contornos cognitivos e sociais invisíveis”, ou seja, é uma reação orgânica, mas que, tanto na origem quanto no resultado, tem uma função político-social. Em seu livro *História do Riso e do Escárnio*, George Minois classifica três períodos históricos para o riso: o divino – período reflexivo das personagens dos deuses gregos; o riso diabólico, de origem Judaico-Cristã e do ato de Jesus nunca supostamente ter rido e; o humano, que seria sua compreensão mais interrogativa do pensamento moderno europeu (MINOIS, 2003).

Considerando as suas origens gregas, os primeiros a discutir esse tema foram filósofos, já que o riso faz parte da experiência humana. Importante lembrar, no entanto, que, apesar disso, muitos desses pensadores trataram o riso de forma negativa ou não lhe deram tanta importância (HAUBERT; PREELWITZ, 2019). Na Grécia antiga, sob forma linguística, o riso possuía duas classificações: *γελαν* ou *gelân*, que corresponde a um riso simples, como achar graça de uma piada, e *καταγελαν* ou *katagelân*, para o riso mais agressivo e zombeteiro, ou seja, que tem por objetivo o escárnio (HAUBERT; PREELWITZ, 2019) (MINOIS, 2003). De fato, analisando a história grega, podemos observar o emprego com mais frequência do riso escarnecedor, até por volta do século IV, momento em que ocorreu uma mudança para um maior uso do uso simples. Em essência, houve uma refinação do uso do riso para se criar uma nova sensibilidade em seu emprego (HAUBERT; PREELWITZ, 2019).

Sobre seu emprego efetivamente, já no início do primeiro milênio a.C., provavelmente mesmo antes, surgiram na Grécia os primeiros shows públicos de



comédia. Esses teatros, em geral, se originaram durante festivais ou celebrações de cunho religioso, ou em dedicação às divindades. Isso significa que tais eventos, possuindo o humor como tributo aos deuses, consideravam o riso como sagrado, embora fosse, ao mesmo tempo, utilizado com uma linguagem *aiskrologica*, ou seja, obscena. Com o tempo, esse conteúdo foi modificado ao englobar vários aspectos sociais. Não era incomum encontrar performances em que seus membros ridicularizavam figuras públicas. O objetivo seria, para Aristóteles, um processo catártico para o público, um meio para que as pessoas refletissem sobre suas próprias faltas e erros, através de sátiras de humor ácido e provocante (PINHEIRO, 2013; DRUMMOND, 2012).

Esse tipo de produção originou um gênero poético, o “iâmbico”, cuja narrativa era construída obscenamente tal como, na história de Demeter, na personagem lambe. Esse nome, obviamente, não é por acaso empregado, pois caracterizava o humor ácido usado pela personagem para alegrar a sua senhora e deu origem mitológica ao gênero poético mencionado. As junções dessas produções sob o contexto das evoluções sociais atenienses do V século a.C. levaram à criação da primeira produção literária de comédia: a *komoidia*, ou comédia. Derivada desses shows antigos, a *komoidia* se tornou tão popular em Atenas que o Estado acabou oficializando o gênero nos festivais da cidade, em especial àqueles dedicados ao deus Dionísio, aquela deidade que simbolizava festas e excessos (KONSTANTAKOS, 2017).

No contexto ateniense, foi cunhado o termo *comédie ancienne*, ou Comédia Antiga, para falar sobre a existência do gênero na metade final do V século a.C., um período considerado o auge da cultura clássica ateniense. Os poetas da época apresentavam duas características básicas à *comédie ancienne*: a Sátira Política, uma herança daquelas antigas produções, cujo objetivo era criticar a corrupção e os problemas da própria sociedade e de seus membros, e o Fantástico, em que eram presentes deuses, criaturas mitológicas e magia (KONSTANTAKOS, 2017). Em outras palavras, a *comédie ancienne* buscava criar críticas sociais por meio do sobrenatural. Tais produções também procuravam criar o riso através de uma sátira de situações cotidianas. Essa comédia da vida privada fazia, normalmente, par com o romance; teríamos aqui, portanto, a origem da comédia romântica, e também da comédia de personagem, em que o autor cria o humor por meio da figura dos

próprios personagens, satirizando seus próprios erros e falhas (KONSTANTAKOS, 2017).

Quando empregadas com o fantástico, essas comédias terminavam por “humanizar” as mitologias. Deuses agora serviam de alegorias para a sociedade ao serem escritos com estereótipos comuns ou populares à época, como um Zeus esnobe ou um Hercules glutão, assim adquirindo suas próprias falhas e erros humanos (KONSTANTAKOS, 2017). Com o tempo, a chamada comédia intermediária dá mais ênfase ao teatro crítico, evidenciando as lacunas éticas e caráter das pessoas. Nessa leitura, os deuses se tornam cada vez mais humanos. Em essência, suas personalidades mitológicas originais são substituídas pelo mundano. Já no período Helenístico (entre os séculos III e II a.C.), surge a chamada Nova Comédia, produções nas quais a narrativa segue um tom mais romântico, com uma grande ênfase em histórias complexas, com reviravoltas, linguagem mais refinada, personagens mais realistas, complexos, e menos estereotipados. Pela refinação da palavra, temos uma comédia mais sutil e menos socialmente satírica do que a da Comédia Antiga, sendo, portanto, um modelo para as posteriores construções narrativas da literatura, em especial as da Renascença (KONSTANTAKOS, 2017).

Erramos, porém, ao pensar que o riso, na mitologia grega, só era empregado em contexto feliz. Com deuses sem limites e humanos muito próximos da morte, o riso era apresentado como sofrimento. Esse riso sarcástico, essa ironia maldosa, servia como um meio para o ritual entre a vida e a morte, sendo resultado do sofrimento e da angústia da morte, tanto na forma mental, com a loucura, quanto na física, pois seria resultado muscular da dor. Para os gregos, e mesmo se formos empregar o contexto atual, morte e comédia não são antagônicos. De fato, podem ser um par bem utilizado, visto que as figuras divinas eram também representadas como sombrias (MINOIS, 2003).

Notamos, nesse breve histórico, as características elementares do humor grego clássico, especialmente da Comédia Antiga, e mesmo do humor em geral. O humor grego é agressivo e, como no contexto moderno, preconceituoso, tendo como objeto de principal predileção as diferenças. Quaisquer figuras que se destacavam eram alvos de sátiras e críticas. Esse comportamento provém da tendência grega de impor uma superioridade até competitiva sobre o outro. As piadas gregas, em geral, não expressavam amizade ou alegria universal, mas sim um sarcasmo reflexivo da

sociedade da época. Em sua origem, a comédia já foi criada para estar fora das normas, em um contexto de humor amargo e não politicamente correto (KONSTANTAKOS, 2017).

Analisando a própria etimologia da palavra, a sátira origina-se do latim *Latur* e a junção com *Lanx Satura*, que significa, literalmente, “um prato cheio de vários tipos de frutas”. Em essência, um prato completo, retratando os problemas da sociedade (KHARPERTIAN, 1990). Ao contrário do que se pode pensar, a sátira não é necessariamente humorística. O seu objetivo principal é ridicularizar as falhas e abusos das sociedades, não com intuito de destruir, mas de melhorá-las (HARRIS, 2004). A problemática da sátira está no conceito de arte que o ser humano acredita, no qual formaríamos o belo unindo o bom e a verdade. No entanto, a sátira transpassa essa noção ao retratar as contradições de uma sociedade. Por essa noção do belo ser considerada pela visão do Idealismo Alemão, ela resultou em uma rejeição e visão negativa ao uso do sarcasmo como elemento literário (SOARES, 2017).

Pensando em sua construção, a sátira se utiliza de três métodos básicos: Diminuição, Inflação e Justaposição. Na Diminuição, um elemento ou vários são suavizados, isso no sentido físico ou social da palavra, dessa forma suas imperfeições se tornam mais visíveis. Na Inflação, os elementos são agora aumentados igualmente para melhor observar suas imperfeições, essencialmente pequenas ações são exageradas. Na Justaposição, existe um meio-termo das outras duas, o objeto é rebaixado ou inflado ao ser comparado com algo de fora do nível da primeira (PINCELLI; AMÉRICO, 2019).

A origem pela predileção desse tipo de humor, reflexo de sua mitologia, os deuses, em sua origem, já eram creditados como humorosos, porém sua capacidade divina lhes inculcia uma personalidade obscena, livre de pudores ou limites. Sua comédia era sexualizada, no próprio caso de Baubo, uma deusa que tinha o hábito de mostrar sua genitália a quem encontrava, divertindo Demeter com uma dança obscena, tal qual lambe. Não por acaso, em alguns casos, essas personagens são consideradas a mesma (KONSTANTAKOS, 2017).

## 2.2. *FILÓSOFOS E O HUMOR*

### 2.2.1. Platão e seu discurso democrático

Dentre os estudos filosóficos de Platão, o riso, como já dito, era visto de forma negativa, manifestando-se como emoção que se sobrepõe ao controle racional. Isso se deve às já mencionadas características festivas e incitadora do humor grego (MORREALL, 2020). Para Platão, o riso despertaria esses sentimentos de loucura e descontrole associados com as celebrações, "pois, normalmente, quando alguém se abandona ao riso violento, sua condição provoca uma reação violenta". Ou mesmo os deuses: "se alguém representa homens de valor como dominados pelo riso, não devemos aceitá-lo, muito menos se deuses". Uma outra crítica importante é sobre a malícia do humor, pois, ao ridicularizar ou diminuir outras pessoas, estamos nos tornando pessoas moralmente questionáveis. Por essa objeção, Platão defende que o estado deve manter o humor sob controle (FREDE, 2017).

Em sua filosofia, Platão defendia um sistema "eudemonístico", aquele que busca a felicidade tanto para o indivíduo quanto para o grupo, baseado nas virtudes, requisitos necessários para ter felicidade. No entanto, ao analisar essa definição temos um dilema: se o objetivo do humor era também melhorar a sociedade por meio de sua satirização, isso já não seria uma busca pela felicidade? Então, por que Platão ainda rejeitaria o humor?

Primeiro, devemos considerar que a palavra "felicidade" possui um conceito elusivo, pois, em sua filosofia, Platão não escreveu uma exata definição para felicidade, mas sim a utilizou como meio para buscar outras questões (FREDE, 2017). A teoria tripartite da alma apresenta três definições para a alma: o racional, localizado na cabeça, responsável pela busca do homem pela verdade; o espírito, de onde vêm os humores da raiva, violência e apetite ou desejo (Platão acredita que a humanidade é naturalmente inclinada ao desejo e o apetite), e a razão. Esta razão, mesmo sendo a menor parte da alma, é quem as põe sob controle.

Mesmo aqueles que defendem a filosofia platônica têm a máxima concordância em dizer que essa felicidade poderia ser um sinônimo do termo "Harmonia Psíquica" (CHIN et al., 1998), o qual não se refere simplesmente à mente, mas a uma estrutura psicossocial construída por meio do arranjo da alma por um ideal normativo. Nessa alma ideal, alguém se torna virtuoso agindo pela razão certa,

por meio do conhecimento do bem e, agindo bem, estaríamos seguindo uma instância do bem, assim criando um equilíbrio entre as três partes da alma (CHIN et al., 1998). Importante ressaltar que a teoria da alma também se aplica na organização social. Cada parte simbolizaria os papéis que as pessoas teriam na sociedade e, mesmo empregando definições entre povos, alguns seriam espirituais, outros com apetite ou racionais. Essa divisão harmoniza o estado tal qual ao indivíduo como organismo, que cada cidadão incluso nessas três partes teria de conviver sem entrar em conflitos com as outras. Nessa análise, podemos traçar que, pelo humor ser, na visão de Platão, subversivo, algo que alimenta tanto o espírito quanto o apetite, seria crucial controlá-lo, pois sua existência, apesar do emprego em prol de melhorar a sociedade, pode quebrar a harmonia do homem e da sociedade (TOPALOĞLU, 2015).

Nascido de uma família rica e com conexões políticas por parte de seu pai, Aríston era descendente de um dos antigos reis de Atenas Cordrus (LAERTIUS, 2019). Após o falecimento de Aríston, que ocorreu meses depois do nascimento de Platão, sua mãe casou-se com o próprio tio, Pírilampo, um dos amigos íntimos de Péricles, um dos fundadores da democracia ateniense, palavra que Pírilampo usou para nomear seu filho, Demos (NAILS, 2011). Em sua juventude, Platão presenciou grandes mudanças políticas em Atenas. Um acontecimento digno de nota foi a destruição de bustos sagrados, logo após a perda da Paz de Nícias, ato executado por grupos oligárquicos, que culminou em uma “caçada” e na morte daqueles acusados de sacrilégio. Platão se uniu muito cedo ao governo e realmente esperava criar mudanças na sociedade e no governo, que já via como corrupto. Após a derrota de Atenas para Esparta, em 404 a.C., a assembleia ateniense passou a legislar visando muito mais à vingança do que à democracia (NAILS, 2011). Porém, o tempo lhe ensinou seu erro, pois mesmo os seus familiares no governo eram corruptos. Seu primo Critias era membro dos trinta, o grupo formado depois da vitória espartana com o objetivo de reformar a democracia ateniense. Porém, esse mesmo grupo tentou condenar Sócrates à morte. A atitude era decorrente de rápida corrupção desse governo, a qual levou seus membros a adiarem continuamente a reforma para a qual foram criados para fazer (NAILS, 2011). Mesmo depois que a oligarquia daquele período foi substituída pela Democracia, Sócrates, que já tinha se oposto aos atos do governo passado, foi erroneamente condenado à morte. Esse acontecimento modificou as crenças de Platão, que percebeu o quanto é difícil

manter sua integridade na esfera pública e que, para se fazer mudanças, era preciso pessoais leis ao seu lado, mas encontrá-las nesse meio seria muito difícil. Seria preciso, então, construir uma filosofia não apenas empírica, mas prática (TOPALOĞLU, 2015). No entanto, Platão terminou por perceber que, naquela sociedade, as pessoas só ouviriam o que quisessem. Em seu novo papel de tutor, ele foi aconselhado a dizer apenas o método mais rápido para o que é agradável aos outros e manter opiniões para si mesmo, porque as pessoas da época estavam corruptas e se negavam a voltar ao caminho correto das normas da democracia. Isso fez Platão passar a questionar o sistema baseado no controle das massas, pois, segundo ele, apenas as pessoas que realmente sabem o que estão fazendo deveriam governar, ou seja, aqueles treinados na filosofia, ao invés de deixar o estado nas mãos de pessoas comuns. O motivo seria essas pessoas estarem em harmonia psíquica, já que a filosofia levaria ao entendimento pela razão e esses governantes não estariam subjugados a desejos ou emoções. Nesse caso, os governantes da época seriam incapazes, porque ganhavam seus títulos, tanto pela escolha do povo quanto por manipulações políticas, e esses métodos não garantiam seu entendimento (TOPALOĞLU, 2015). Um governante tirânico seria então mais aceitável do que um democrático, isso porque na tirania apenas um indivíduo é culpado de todos os erros, enquanto na democracia essa responsabilidade é de governantes ignorantes eleitos pela massa ignorante. Essa situação é representada pela alegoria platônica do barco:

Imagine esta situação a bordo de um navio ... O Mestre é maior e mais corpulento do que qualquer um da tripulação, mas um pouco surdo e míope e não menos deficiente em marinharia. Os marinheiros estão discutindo sobre o controle do leme; cada um pensa que deve dirigir o navio, embora nunca tenha aprendido a navegação ... além disso, eles afirmam que a navegação é algo que não pode ser ensinado de forma alguma, e estão prontos para despedaçar qualquer um que diga que pode. Enquanto isso, eles cercam o próprio mestre, implorando-lhe urgentemente que lhes confie o leme ... (EMLYN-JONES et al., 2013 tradução do autor)

Esse texto demonstra outro elemento que Platão critica na democracia: a liberdade. Para ele, a democracia cria uma liberdade excessiva, por meio da qual cada um pode fazer o que bem entender ou arranjar para satisfazer a seus desejos. Nessa sociedade, felicidade e justiça seriam superiores à liberdade das massas. Isso porque, na democracia, essa liberdade seria de todos os tipos, e as pessoas

estariam tão “embriagadas” por essa liberdade em excesso que o próprio ato do governo de restringi-las iria levá-las a uma guerra civil (TOPALOĞLU, 2015).

Devemos também ressaltar que essa visão de Platão é baseada no sistema de cunho imperialista da Atenas da época. Seria errado pensar que ele queria destruir a democracia; é mais correto dizer que seu errado propósito era tentar consertá-la (TOPALOĞLU, 2015).

### 2.2.2. Sócrates, o filósofo que nada sabe: a ironia

Não seria surpresa saber que, por ser o mestre de Platão, Sócrates não apenas compartilhou, como também influenciou a filosofia platônica, mais ainda se considerarmos ser ele um dos protagonistas de uma das obras de Platão mais conhecidas sobre o tema: *A República*. Sócrates, no entanto, não considerava o humor como um fator totalmente negativo. Especialmente em seu caso, é relevante que Platão, em “A Apologia”, menciona um fato no qual o famoso dramaturgo Aristófanes escreveu uma infame peça em que ridicularizava Sócrates, a qual teve influência no julgamento que condenou o filósofo à morte (DOMINGOS, s/d). Na realidade, Sócrates foi único no sentido de não ter escrito obras, o que sabemos hoje sobre ele vem dos relatos públicos e de seus discípulos. Devido a isso, existe mais de um sentido ou mesmo personalidade atribuídos a ele (SILVA 1994).

Na filosofia socrática, existem dois componentes de relevância para esse estudo: ironia e maiêutica. A ironia socrática, embora igual à palavra de tom humorístico, é, na realidade, um recurso de linguagem usado por Sócrates em que ele dissimulava seu conhecimento, usava um disfarce psicológico para fazer com que o interlocutor pensasse que ele não sabia tanto, quando, na verdade, seu objetivo era desconstruir o discurso do outro para fazê-lo ver que era ele quem não sabia tanto quanto pensava, ou seja, tinha por objetivo a desconstrução do orgulho do interlocutor, pois a virtude principal do sábio é reconhecer sua ignorância, mesmo assim não se pode negar que embora raso seria possível um fundo humorístico na ironia socrática (SILVA 1994; MINOIS, 2003). Ou seja, Sócrates, em seu discurso, direcionava o riso e a zombaria para utilizá-los como método de aprendizado ao usar de ironia para diluir todas as crenças endurecidas e preconceitos do interlocutor (MINOIS, 2003). Com a erosão do ego, Sócrates seguia com a maiêutica, palavra que em grego significa dar à luz, pois Sócrates pretendia dar à luz o conhecimento

dos interlocutores, retirando a experiência de sua mãe, que era parteira, e do exemplo da parteira grega ser estéril. Ao dar à luz a vida humana, Sócrates pretendia ser estéril intelectualmente:

[...] Neste particular, sou igualzinho às parteiras: estéril em matéria de sabedoria, tendo grande fundo de verdade a censura que muitos me assacam, de só interrogar os outros sem nunca apresentar opinião pessoal sobre nenhum assunto, por carecer, justamente, de sabedoria. E a razão é a seguinte: a divindade me incita a partejar os outros, porém me impede de conceber. (NUNES; NUNES, s/d).

Em essência, Sócrates começava sua abordagem questionando o significado de um elemento do discurso do interlocutor como, em pertinência ao tema de estudo, “O que é o Humor?” e então passava a desconstruir as crenças do outro, procurando não os exemplos do Humor, mas o real *logos* do termo (SILVA, 1994).

### 2.2.3. Julgamento de Sócrates: o preconceito

No pensamento socrático, o ponto-chave é deduzir os elementos de preconceito e características pessoais para se chegar às definições universais de coragem, justiça, ética etc. Essencialmente, nesse pensamento o mal vinha da ignorância humana, portanto era em reconhecer essa ignorância que o homem alcançaria sua virtude e, ao ignorá-la, ele criaria o mal. Para alcançar esse objetivo, Sócrates ativamente desafiava as crenças e normas da época. Essas formas de discurso desafiador, em conjunto com as suas críticas ao sistema democrático, terminaram por colocar Sócrates em julgamento.

No julgamento, os três promotores e principais responsáveis, Meleto, Ânito e Lícon, acusaram Sócrates de corrupção da juventude e de introduzir novos deuses na sociedade, como ele mesmo apresenta na obra mais tarde escrita por Platão, a “Apologia”. Sócrates comete crime e perde a sua obra, investigando as coisas terrenas e as celestes, e tornando a razão mais débil, e ensinando isso aos outros” (PLATÃO, 2008). A Apologia retrata o julgamento, dando especial ênfase à defesa de Sócrates das acusações acima citadas. Sócrates inicia reafirmando que, mesmo já tendo sido dito pelo maior sábio do Oráculo de Delfos, ele inicialmente rejeitou essa afirmação, exatamente por procurar a verdade ao atestar a própria ignorância, ele mesmo não se poderia creditar assim. Ele ainda procurou estudar a afirmação do Oráculo e, para isso, procurou outro sábio, tentando provar falsas as palavras do



jugador. Porém, ao seu aviso, este sábio não era de fato um homem sensato ao fazer essa avaliação. Esse fato fez Sócrates considerar que ele era, sim, mais sábio, por ser aquele que reconhecia que nada sabia e não se iludia em pensar saber tudo como os “impostores” que ele procurou (PLATÃO, 2008).

Esse estudo, principalmente se considerarmos o discurso socrático ao utilizar ironia e maiêutica, foi detectado por ele como fonte da animosidade que levou ao julgamento. Revendo as acusações contra o filósofo, primeiro temos a ocorrência de corromper a juventude. E, em sua réplica, responde à acusação de Meleto, atestando que o próprio não consegue afirmar quais seriam essas corrupções, ou mesmo dizer o oposto de quem seriam os não corruptores:

E mesmo assim, dizes-me tu, Meleto, que, com este comportamento, eu corrompo os jovens? Ora bem, nós sabemos qual o tipo de corrupções que afetam os jovens. Diz-nos, então, se conheces algum jovem que por minha causa tenha passado de pio a ímpio, de sensato a insolente, de moderado a gastador, de pouco bebedor a alcoólico, de trabalhador a indolente, ou tenha ficado na dependência de algum outro prazer perverso (XENOPHON; PINHEIRO, 2008, p. 107-108)

Em outras palavras, Sócrates literalmente rebate a acusação ao seu cerne central, se Meleto de fato se importasse com a juventude para julgar quem ela corrompe, ao mesmo tempo deveria ter tido o cuidado de saber quem a beneficia. De fato, Meleto se negou mesmo a encontrar Sócrates para instruí-lo da verdade, escolhendo, ao invés disso, instaurar o julgamento. Assim, Sócrates desfaz a acusação quando afirma que a corrupção se faz para quem está próximo e resultaria em mal de vingança contra o próprio corruptor. Portanto, não seria Sócrates estúpido a ponto de corromper seus seguidores se ele soubesse que ameaçaria a si mesmo? O discurso e defesa dele inferem exatamente o contrário (XENOPHON; PINHEIRO, 2008).

Quanto à sua acusação de introduzir novos deuses, consideremos que seu termo original, “asebeia”, significa faltar ao respeito para com o sagrado. Sendo assim, a acusação de Meleto seria que Sócrates não acreditava nos deuses gregos e os desmerecia, sendo então ateu, como quando ele diz que o filósofo afirmou que o sol e a lua são apenas pedra, embora ambos fossem considerados divinos. Porém, mais uma vez o filósofo retruca, iluminando o fato de que seu acusador incongruente pensa que ele desacredita e acredita nos seres divinos:

Se, pois, creio na existência dos demônios, como dizes, se os demônios são uma espécie de deuses, isso seria propor que não acredito nos deuses, e depois, que, ao contrário, creio nos deuses, porque ao menos creio na existência dos demônios (PLATÃO, 2008, p. 12).

De fato, em suas palavras finais de defesa, Sócrates afirma que o cidadão deve obedecer primeiro a deus e que ele, enquanto vivesse, nunca deixaria de filosofar (XENOPHON; PINHEIRO, 2008).

#### 2.2.4. Sofismo: o relativismo e verdade

Para compreender a realidade, Sócrates tornou-se antagônico a outra filosofia, o sofismo. Em detrimento das ideias socráticas da construção do conhecimento, o sofismo acreditava que o saber não pode ser obtido objetivamente, sendo assim, nossas opiniões só podem ser subjetivas. Nesse sentido a verdade pode ser encontrada por meio da persuasão e opinião, e é sábio aquele que conseguir persuadir o outro de sua opinião usando de sua linguagem, ou seja, realidade e verdade são condições que um convence os outros a aceitar. Em sua pesquisa, os sofistas observavam a falta de opiniões universais entre os filósofos anteriores como motivo a mais de acreditarem na impossibilidade de se conhecer algo em essência, apenas de se poder formar uma opinião, defendê-la e persuadi-la como verdade (SELL, 2008).

Dois elementos primários podem ser retirados da filosofia sofística, humanismo e relativismo. No Humanismo, o homem se torna o centro de todas as coisas, ideia com a qual Sócrates também concorda, afirmando ser o homem “a medida de todas as coisas” (DIETZSCH, 2007), enquanto no relativismo é impossível alcançar a verdade absoluta, assim como qualquer verdade, independente de opiniões pessoais. Como um dos grandes sábios sofistas, Protágoras, de acordo com Marcondes (2001, p. 43):

[...] parece assim valorizar um tipo de explicação do real a partir de seus aspectos fenomenais apenas, sem apelo a nenhum elemento externo ou transcendente. Isto é, as coisas são como nos parecem ser, como se mostram à nossa percepção sensorial, e não temos nenhum outro critério para decidir essa questão. Portanto, nosso conhecimento depende sempre das circunstâncias em que nos encontramos e pode, por isso mesmo, variar de acordo com a situação.

Em outras palavras, o valor da filosofia sofista é considerado para Protágoras algo restrito à experiência de cada humano, sem considerar o que transpassa a percepção dos fatos. Portanto, a opinião de cada mente relativista não pode ser mais verdadeira do que a dos outros. Sob essa filosofia, um sofista, não creditando um discurso mais do que outro, poderia, portanto, defender ambos os lados de uma discussão (SELL, 2008).

Pertinente a este estudo é considerar como os sofistas ponderavam as leis, pois rompiam as noções de *kósmos* e *nómos*. Em *kósmos*, temos a organização do estado e da ordem estabelecida pelas ações de seus participantes em se conformar com essa ordem; já em *nómos* seriam as leis e costumes. A palavra *λόγος*, como *Lógos*, seria uma adequação de pensamento em uma verdade absoluta, quando em uma *physis* o mundo seria de uma realidade superior e perfeita, portanto aqueles que estão na *Lógos* seriam submetidos a regras imutáveis. No relativismo sofista, como não existem verdades absolutas, também não devemos universalizar as leis de governo humano, pois nenhuma sociedade estaria mais correta do que outra, nenhuma cultura seria mais verdadeira (SELL, 2008). Platão e Sócrates entraram em conflito com os sofistas porque ambos acreditavam em verdades absolutas. Sócrates via essa verdade quando se utilizava de seus discursos para despir o outro de preconceitos e noções superficiais, enquanto Platão via que existiam pessoas cujo conhecimento filosófico as colocava em posição de superioridade à sociedade, considerando a tirania melhor do que a democracia da época (TOPALOĞLU, 2015; SILVA, 2018).

## 2.3 DRAMATURGIA DO HUMOR

### 2.3.1. Aristófanes: a comédia crítica a filosofia

Considerado um dos maiores dramaturgos e comediógrafos da comédia grega, Aristófanes nasceu no século V a.C. Sua vida coincidiu com a ascensão e o declínio da sociedade democrática fundada por Péricles, sendo, portanto, contemporâneo a Sócrates. No entanto, Aristófanes se opôs à produção de conhecimento Socrático, que defendia uma estrutura de governo composta por aqueles que tivessem direito intelectual, ou seja, fossem ensinados e conhecessem noções de Lógica e Filosofia. Outra grande crítica dele era dedicada ao Sofismo,

que não via uma única verdade absoluta e universal. Os sofistas tinham ênfase no convencimento do outro das verdades, usando a lógica. Para Aristófanes, essa renovação do pensamento político era uma das fontes do declínio político-social da época, pois afastava o povo de suas tradições. Sua maior crítica não seria exatamente ao sistema, mas aos vícios e abusos presentes nele, ou seja, seus descontentamentos eram com a erosão da ética, democracia e política da cidade de Atenas (MATA, 2009).

Particularmente no Sofismo, questionava sua ênfase em valorizar o individual, pois seria uma verdade individual pela experiência do sujeito e depois se tornaria coletiva, caso o mesmo convencesse outros dessa opinião. Esse seria um dos meios dessa erosão, tão centrado na individualidade que o cidadão não observava o coletivo, fazendo, assim, o governo ateniense perder sua hegemonia do passado. O período clássico que Aristófanes fez parte foi permeado de conflitos e hegemonias, não em pequena parte pela ascensão política e militar de Atenas. Pelo governo de Péricles a cidade-estado tornou-se um dos centros da cultura grega, levando a conflitos com outras cidades-estados sobre essa hegemonia (MATA, 2009).

Entre esses conflitos, destaca-se a Guerra do Peloponeso, que se deu como consequência das guerras entre a Grécia e Pérsia. Quando a Pérsia procurou a conquista e submissão das cidades gregas, Atenas se destacou ao fazer parte da Liga Délica, uma junção de cidades-estados criada contra os Persas. Embora inicialmente igualitário, Atenas utilizou-se de sua hegemonia para manter como submissos os outros membros, ou seja, agora essas outras cidades eram tratadas como súditos de Atenas que, por si, conseguiu consolidar seu poderio militar e político para manter essa imposição. Essa atitude, depois da vitória final contra os persas, levou a conflitos internos no território grego. Esses conflitos serviram, por seu caráter sangrento, como catalisadores à corrupção do sistema ateniense, cujas crenças, valores e hábitos foram corrompidos paralelamente à derrota ateniense e à perda de sua hegemonia (MATA, 2009).

Foi nesse contexto que surgiram os Sofistas. Como dito anteriormente, eles procuravam uma filosofia baseada no Humanismo e Relativismo, e essa corrente de pensamento procurou criar um novo tipo de educação ao povo grego de Atenas ao criar um homem político, participante da vida social:

[...] a difusão da democracia criava a demanda que os sofistas pretendiam suprir em sua capacidade de educadores profissionais. O caminho para o sucesso político estava aberto a qualquer, contanto que tivesse a capacidade e o treno para sobrepujar seus competidores. Na ausência de universidades ou colégios de educação para adultos, a lacuna foi preenchida por homens como Protágoras, que se gloriava do título de sofista e anunciava orgulhosamente sua habilidade de ensinar ao jovem “o cuidado adequado de seus negócios pessoais, e também dos negócios do Estado, para se tornar a poder real na cidade, quer como orador, quer como homem de ação (SOUZA; PEREIRA MELO, 2012, p. 24).

Aristófanes acreditava que a educação sofística tinha se tornado tão pragmática que seus alunos apenas extraíram aquilo que lhes convinha dela, tornando-se cidadãos corruptos e sem senso de moral. Nos discursos feitos em diversos campos, quem ganhava não era em necessário o certo, mas aquele que falava melhor ou tinha melhor retórica (SOUZA; PEREIRA MELO, 2012).

Anteriormente, discutimos como o riso tinha importância política na Grécia antiga, pois servia como um espelho, uma reflexão dos erros e falta de virtudes da sociedade. Esse é exatamente o propósito de Aristófanes ao criar suas obras. O seu descontentamento com as mudanças político-sociais, denegrindo as noções do passado, levava-o a criticar os atores (políticos, filósofos, figuras públicas, etc...) que as criavam quando produziam suas obras. Portanto, para entender o autor, vamos falar sobre duas de suas obras: *As Nuvens* e *As Vespas*.

Foi em parte por influência de Aristófanes, acreditava Platão, o julgamento e a condenação de Sócrates. Isso provém da peça *As Nuvens*, considerada tanto comédia quanto uma sátira dos conceitos intelectuais da época. No entanto, essa peça não obteve o efeito esperado e teve de ser refeita para ser exibida, e é somente dessa segunda versão que conhecemos o enredo (ARISTÓFANES, 2000). Na atuação, Strepsiades, um homem do campo, de meia idade, casou-se com uma mulher da cidade e gerou um filho, Fidípides. Essa união de cidade e campo é uma crítica às mudanças sociais já mencionadas, pois as tradições antigas eram voltadas ao campo, enquanto a nova construção de sociedade era centrada na cidade. Nesse novo patamar, a família e o poder patriarcal se deterioraram, como podemos ver na fala do protagonista, que já começa a peça reclamando da vida:

Antes tivesse morrido desgraçadamente a casamenteira que me deu fumos de casar com a mãe dele! Eu levava uma vida rústica, agradabilíssima, embolorado, sujo e à vontade, regurgitando de abelhas, de rebanhos e de bagaços de azeitona... Depois me casei com uma sobrinha de Mégacles, filho de Mégacles; eu um camponês, ela, da cidade, orgulhosa, delambida, uma perfeita ‘grã-fina’” (ARISTÓFANES, 2000, p. 15).

Strepsiades se une a um grupo conhecido como O Pensatório, sob a liderança de Sócrates e em oposição a seu filho, que critica o pai por se unir a tal grupo, chamando-os de vigaristas e pomposos. No caso, a interpretação do autor é unir Sócrates aos Sofistas, o que fica claro quando Strepsiades revela que sua motivação é usar a prática do pensatório em utilizar sua retórica para convencer os outros para se livrar de suas dívidas convencendo os seus credores, dívidas essas que ele contraiu para ajudar o próprio filho (SOUZA; PEREIRA MELO, 2012; GUTHRIE, 2007). Strepsiades, então, se dirige a casa de Sócrates e fala com um dos seus discípulos. Já aí observamos os elementos de exagero comuns à comédia grega, pois ali vemos que Sócrates criou como unidade para medir a distância o pulo de uma pulga, claramente para evocar o riso da plateia e ridicularizar o filósofo. Ele é prontamente aceito quando se encontra com Sócrates, que aparece de forma absurda:

STREPSIADES

Alô, Sócrates! (Dirigindo-se ao Discípulo.) Chame você bem alto!

DISCÍPULO

Chame você mesmo; não tenho tempo. (Sai o Discípulo.)

STREPSIADES

Sócrates! Socratesinho!

SÓCRATES (Suspenso numa cesta.)

Por que me chama, criatura efêmera?" (ARISTÓFANES, 2000 p. 9-10).

Nessa cena, o filósofo está dentro de um cesto que é içado do teto, e podemos observar o início da crítica, que será mais contundente ao seguir a história, quando é apresentada a personagem que dá título à peça, um Sócrates sofista que seria um charlatão, e desconsiderava os deuses antigos e introduzia novos. De novo, seria a obra *As Nuvens*, narrativa em que essa personagem é o patrono dos pensadores, ou seja, uma nova divindade (SOUZA; PEREIRA MELO, 2012).

Sob os ensinamentos de Sócrates, Strepsiades tenta, mas não consegue se adaptar, simbolizando o “velho” camponês, personagem incapaz de se adaptar à “nova educação” da cidade, outra alusão ao sofismo e também a Sócrates: “Sou um desgraçado! Que vai ser de mim? Como sou infeliz! Estou... perdido se não aprender a usar minha língua!” (ARISTÓFANES, 2000, p. 60). Justamente por ser incapaz de usar a língua, ou seja, de se utilizar da oratória, seria ele incapaz de exercer algum papel público, visto que ambas as vertentes filosóficas acima mencionadas propõe o poder àqueles que se utilizem dessa capacidade (SOUZA; PEREIRA MELO, 2012).

Outro maior juízo da obra é a presença de duas personificações do pensamento crítico de Aristófanes: o Raciocínio Justo e o Raciocínio Injusto. O Raciocínio Justo é o mais forte entre os dois, e oferece ao protagonista ensinar uma vida honesta de disciplina ao ficar ao lado da justiça e dos deuses daqueles que respeitam os costumes antigos. Por outro lado, o Raciocínio Injusto nega a existência da justiça e oferece uma vida de prazeres, de acordo com aqueles que sabem como debater para se livrar dos problemas (SOUZA; PEREIRA MELO, 2012). Quando o Raciocínio Justo percebe que o Injusto plantou seus seguidores entre os maiores de Atenas, ele aceita sua derrota, deixando o personagem para ser guiado pelo Raciocínio Injusto:

RACIOCÍNIO JUSTO (Dirigindo-se aos espectadores.)  
Fui vencido, prostitutas! (Voltando-se para a casa de Sócrates.) Recebam o meu manto. Passo para o lado de vocês. (O Raciocínio Justo volta à casa de Sócrates.) (ARISTÓFANES, 2000, p. 30).

A peça então culmina no julgamento de Sócrates pela corrupção do jovem; quando Strepsiades retorna à casa de Sócrates, ele descobre que seu filho foi completamente mudado. Na peça, um ator diferente agora interpreta o personagem, e a personalidade de Fidípides torna-se tão imersa nas ideologias novas e rejeitadoras dos valores antigos, simbolizados pelo pai, que procura uma argumentação para agredi-lo:

FIDÍPIDES  
Como é bom viver no meio de coisas novas e incrementadas, e desprezar as leis vigentes! Assim, quando só os cavalos me atraíam, eu não era capaz de dizer três palavras sem cometer um erro, mas agora que o mestre que mora ali pôs fim a tudo isso, e que estou por dentro das ideias, raciocínios e meditações, espero poder demonstrar que é justo castigar o próprio pai” (ARISTÓFANES, 2000, p. 96).

Esse trecho também evidencia outra crítica aristofânica aos sofistas, sua ênfase aos interesses particulares deixava a moral como inferior ao querer (SOUZA; PEREIRA MELO, 2012).

Em *As Nuvens*, há um dos primeiros exemplos da chamada comédia das ideias, isto é, o uso do encontro de ideologias e filosofias como recurso para se gerar comédia. Podemos ver isso primeiro na figura de Sócrates, que era controversa, como seu julgamento pode atestar. Sua influência era negativa para Aristófanes, pois, para ele, o pensamento socrático desacreditava a tradição cultural grega. Isso provavelmente era derivado da prática de Sócrates de debater e então

ironizar aqueles com quem debatia, embora isso de certa forma também ridicularizasse essas pessoas. Ao mesmo tempo, ele uniu os Sofistas a Sócrates. Mesmo que tivessem ideias sobre a verdade diferentes, ambos tinham uma ênfase no estudo humano, podendo ser considerados humanistas. Sendo assim, mais uma vez eles se afastavam do divino aos olhos de Aristófanes.

O motivo de Aristófanes ter dado esse título à sua obra *A vespa*, refere-se ao inseto cuja picada não dói na hora, mas que possui efeito que produz imenso suplício. É uma crítica ao judiciário ateniense, por ser manipulado pelos aristocratas do governo (SILVA, 2013). O contexto de censura na obra se foca principalmente na figura de Cléon, político e militar ateniense conhecido pelo seu desempenho durante as Guerras do Peloponeso. Tinha a fama de ser violento e autoritário. Foi grande opositor de Péricles, chegando a acusá-lo de ser um mau administrador. Nessa disputa, Cléon inicialmente saiu perdedor e, embora ainda mantivesse um poder político, ainda estava em uma posição política abaixo de Péricles. Com a morte de Péricles, Cléon viu a oportunidade de assumir o poder. Ele o fez por meio da manipulação emocional do povo, ao se utilizar das insatisfações da multidão e das consequências sociais das guerras (MANFREDI, 2018).

Podemos notar que, como as críticas aristofânicas eram históricas pela decadência e corrupção posteriores as guerras, não é coincidência que o dramaturgo procurou exprobar uma pessoa que simbolizava tanto a guerra como esse período histórico posterior. Essa crítica já se inicia pelo próprio nome dos personagens da peça: Filocleon ou Filocleon, significa amigo de Cléon e seu Bdelicléon, que significa inimigo de Cléon. Logo no início, já podemos observar a identificação do autor ao sistema jurídico como um vício de Filocleon. Sua situação ficou tão severa, que seu filho resolveu prendê-lo em sua própria casa:

Vocês estão perdendo tempo; nenhum de vocês vai esclarecer o caso. Se vocês estão ansiosos por saber, façam silêncio; vou dizer qual é mesmo a doença de meu senhor: é a paixão pelos tribunais. A paixão dele é julgar; ele fica desesperado se não consegue ocupar o primeiro banco dos juízes. À noite ele não goza um instante de sono. Se por acaso fecha os olhos, seu próprio espírito fica olhando para a clepsidra. A paixão dele pelo voto no tribunal é tão grande que faz ele acordar apertando três de seus dedos, como se oferecesse incenso aos deuses no dia da lua nova (ARISTÓFANES, 2004, p.14),

Como literalmente um viciado, Filocleon procura de todo o jeito fugir de casa para conseguir julgar, chegando até mesmo a entrar no fogão para escalar a



chaminé e comicamente dizendo ser uma fumaça quando procurado pelo filho. Apesar das tentativas de Bdelicléon de isolar o pai, surgem “As Vespas”, velhos jurados vestidos como insetos, que andam pela lama sendo guiados por jovens com lamparinas. Logo percebendo a ausência de Filocleon, eles procuram perguntar qual o motivo:

Por que esse velhote não aparece na porta e não nos responde? Será que ele perdeu as sandálias? Ou será que pisou de mau jeito na escuridão e torceu o pé? (ARISTÓFANES, 2004, p.22).

Se unirmos o comentário das Vespas com o debate posterior de Filocleon e Bdelicléon, podemos observar um elemento do sistema judiciário que Aristófanes queria criticar na liberdade dos seus membros em julgar, sem uma supervisão direta nas decisões do legislativo. Mais ainda, muitas sentenças eram feitas baseadas nas ofertas e lisonjas de pessoas ricas e poderosas para dar decisões favoráveis:

Aí eu me sento em meu lugar no tribunal, atordoado por súplicas que diminuem um pouco a minha severidade; e não faço nada do que prometo. De todos os lados se ouvem lamentos dos acusados. Que medidas gentis se fazem diante do juiz! Uns deploram sua miséria e acrescentam males imaginários a seus males reais, para igualá-los aos meus; outros me contam histórias ou alguma piada de atores de comédias; outros dizem palavras espirituosas para me fazer rir e relaxar meu rigor. Se nada disso me sensibiliza, eles trazem seus filhos pelas mãos, meninos e meninas; eu ouço; eles inclinam a cabeça e começam a balir juntos, como se fossem carneiros (ARISTÓFANES, 2004, p.34).

Bdelicléon então retruca, dizendo que esse poder é, na verdade, uma ilusão. Apesar de parecer ter uma influência na decisão da lei os jurados, na verdade trabalhavam para outros oficiais maiores e não recebiam o salário que mereciam, pois os bens do estado vão para os cofres dos ricos como Cléon. Esse argumento silencia tanto o pai, quanto o coro das Vespas (ARISTÓFANES, 2004).

O que se segue é o que poderíamos chamar uma comédia do absurdo. Não conseguindo convencer o pai de parar com o vício, Bdelicléon o convence a tornar a casa deles um júri público para julgar causas domésticas. Por estranho que pareça, o primeiro caso a ser julgado é de um cão doméstico, uma simbologia a Cléon, e outro sobre o roubo de um queijo, que o primeiro teria prometido dar ao outro. O júri, nesse caso, são os utensílios da casa. Como, obviamente, esses itens são incapazes de falar, é o filho que apresenta os seus testemunhos, suplicando ao “juiz” por uma sentença justa, mas Filocleon se nega. Mesmo assim, Bdelicléon o engana para que ele vote pela absolvição do réu (ARISTÓFANES, 2004). Esse cenário

retrata novamente a construção aristofânica do humor, por um cenário dentro de outro, como uma alegoria para criticar o sistema.

Para melhor entender essa crítica, convém agora aprofundar sobre a justiça no contexto grego. Em Aristóteles, temos dois conceitos fundamentais sobre justiça: igualdade e proporcionalidade. Na igualdade, todos os indivíduos têm isonomia, ou seja, todos são iguais perante a lei, contando os seus direitos e deveres legais. Todos têm, igualmente, Isocracia, que é o direito de terem acesso aos cargos públicos. Na proporcionalidade, pena e sentença deve ser proporcionais, o que significa que aqueles cujos crimes são menores não podem ser logo condenados à morte, porque o nível de punição estaria desproporcional (SILVA, 2013).

Como constatamos, na peça os elementos da justiça se manifestam, como Aristófanes observa, funcionando somente no papel e não na realidade. As regras são corrompidas e modificadas segundo o querer dos governos que Aristófanes tanto criticava.

Naquele período, e mesmo se considerarmos hoje, a política e a justiça são similares, no sentido de sua funcionalidade social, mas não por isso o humor se torna algo tão importante hoje. Ele funciona refletindo a natureza humana e a sociedade ao atestar seus próprios erros. Mesmo que Sócrates tenha sido como Platão, opositor ao humor, ele, assim como o filósofo, foi considerado controverso e polêmico. De igual maneira, Sócrates procurava encontrar a origem da verdade, e o humor também procurava desconstruir a realidade, expondo suas fraquezas.

#### *2.4 JESUS E O HUMOR BÍBLICO*

Considerando o contexto cultural do cristianismo e da tradição judaica, a origem da própria humanidade não teria nada de engraçado. A própria criação de Adão e Eva, como descrita em Gênese, possui uma conotação interpretada solenemente: o casal vivendo em um mundo idílico, onde todo o necessário lhe era provido, não teria motivação ou necessidade de rir, ou achar graça de algo. No entanto, é na figura da serpente, ou de Satanás, no caso, que o riso teria sua origem. Seduzidos pela serpente, Adão e Eva comeram do fruto proibido e introduziram o pecado no mundo. O riso, neste episódio, é resultado do pecado, das imperfeições e dos erros atribuídos agora aos humanos, como fonte de inspiração (MINOIS, 2003). Essa realização da decadência humana e da natureza é como a

voz de Satanás zombando de nós mesmos, pois seria papel dele ridicularizar nossos defeitos e se divertir com eles. Por isso, o cristianismo considerava o riso como sendo diabólico (MINOIS, 2003).

Porém, o hilário na interpretação bíblica não é uma única e universal interpretação. Por exemplo, no caso de Abraão e Sara, ambos idosos riram quando Deus lhes diz que teriam um filho:

Morando de rir, Abraão cai sobre seu assento e Sara, hilária, responde a Deus: “Enrugada como estou, como poderia gozar?” (tradução ecumênica da bíblia). Ela não tinha regras havia muito tempo, o Gênesis; e ele, uma ereção, naquela idade? Jeová parece não compreender. “Por que ela está rindo?”, pergunta ele a Abraão. Dada a explicação, ele se irrita: “Existe coisa impossível para o Senhor?”. Súbito, Sara, confusa, desculpa-se. “Sara negou, dizendo: ‘Eu não ri’, porque tinha medo. ‘Sim, sim, tu bem riste’” E em lembrança desse riso, a criança que eles terão chamar-se-á Isaac, isto é, “Deus ri” (MINOIS, 2003, p.113).

Enquanto a risada de Abraão é ignorada, a de Sara é criticada. A motivação de Deus em fazer isso, para aqueles que analisam o texto, é ambígua. Alguns consideram os risos desse episódio como uma dúvida; outros, como uma manifestação de alegria ou mesmo zombeteiros (MINOIS, 2003). Minois aponta que, quando se quer interpretar esses relatos, devemos considerar não nossos pontos de vista modernos, mas do contexto daquele quem as escreveu (MINOIS, 2003).

A interpretação da Bíblia, e para este estudo, do humor presente nela, foi mudando pelo tempo. Embora inicialmente tenha sido interpretado como diabólico, o riso teve explicações posteriores que contestaram essa crença. A aparente falta do humor na Bíblia se deve mais ao estilo literário da época do que realmente a sua inexistência. De acordo com Sarrazin (2003), ao contrário dos europeus, os autores bíblicos justapunham os gêneros em sua forma de narrar. Portanto, humor e tragédia precisavam ser encontrados pelo contexto. Similarmente ao Riso Divino, o riso em si diabólico apresenta duas significações principais: o alegre e o zombeteiro. No entanto, aqui ele se afasta das figuras divinas, sendo, portanto, uma característica humana (MINOIS, 2003).

A figura central para se interpretar esse silêncio do riso na Bíblia está na figura de Jesus. João Crisóstomo, no início do século V, foi um dos grandes apoiadores de que Jesus, em sua trajetória na terra, narrada pelos evangelhos, jamais riu. Pelo contrário, o riso em sua forma zombeteira foi utilizado contra ele:

é preciso admitir que os Evangelhos, os Atos e as Epístolas são muito severos em relação ao riso. Não fazem nenhuma menção de riso em Cristo.

Ao contrário, são os adversários que riem: eles zombam dele quando ele afirma que a filha de um notável não está morta, mas dorme; o próprio Jesus anuncia que escarnecerão dele; ele é ridicularizado pelos soldados por ocasião da Paixão: „Salve, rei dos judeus "" . As beatitudes condenam claramente o riso neste mundo: “Felizes vós que chorais agora: vós rireis. ... Infelizes vós que ris agora: ficareis em luto e chorareis (MINOIS, 2003, p. 120).

Assim sendo, a imagem de um Jesus sereno, conectada à crença de que o riso teria uma origem diabólica, levou a Igreja Católica, especialmente durante a Idade Média, a utilizar de algumas regras de controle a respeito do riso. Mesmo a alegria cotidiana era considerada pecaminosa. Portanto, pode-se interpretar que o catolicismo se utilizava ali do controle do riso para também dominar a população sob seus preceitos religiosos.

Pairando sobre a coletividade dos laicos, os “guardiães do sagrado, devotam-se à pia tarefa de manipular e traduzir este imaginário extremamente rico, na tentativa de uniformizar e aquietar as consciências, mediadores que são entre a realidade e o sobrenatural. Contudo, essa mediação está longe de ser eficaz, pois estamos diante de uma coletividade permeada por diversos conteúdos simbólicos, no qual o Cristianismo preenche – ainda que de modo dominante – somente uma parcela das representações (NOGUEIRA, 2000, p.11, grifo nosso)

Quaisquer brincadeiras exaltadas, mesmo aquelas de tom jovial, eram consideradas pecaminosas e reprimidas (FERRAZ, 2014). No entanto, se examinarmos a Bíblia e os estilos literários contidos nos textos, podemos observar a presença do humor nesses escritos sagrados. Um dos exemplos é a vida de Jacó, sua existência, sua traição ao irmão e passando por sua disputa com Deus, observamos um personagem com características tragicômicas: covarde, atrapalhado, indeciso e ladrão. Também podemos encontrar casos em que a zombaria foi utilizada pelos ditos heróis bíblicos, como o caso do profeta Elias, que zombou dos profetas de Baal quando eles foram incapazes de invocá-lo para queimar a lenha no monte Carmelo (MINOIS, 2003): “Ao meio-dia, Elias começou a caçoar deles. Ele dizia: – Orem mais alto, pois ele é deus! Pode ser que esteja meditando ou que tenha ido ao banheiro. Talvez ele tenha viajado ou talvez esteja dormindo, e vocês terão de acordá-lo!”.

De acordo com Minois, existe um emprego mais acentuado do humor no velho testamento, enquanto no novo observamos um discurso mais restritivo:

Nas epístolas, Paulo condena o riso e proíbe as blagues licenciosas: “Nada de sentenças grosseiras, estúpidas ou escabrosas, é inconveniente”.<sup>42</sup>

Tiago não é mais alegre: “Reconhecei vossa miséria, tomai o luto, chorai, para que vosso riso não se transforme em luto e vossa alegria em abatimento”. Pedro põe se em guarda contra os céticos escarnecedores: “Nos últimos dias virão os céticos escarnecedores, trazidos por suas paixões pessoais, que dirão: ‘Onde está a promessa de sua vinda? Porque, desde que os pais morreram, tudo permanece no mesmo estado, como no início da criação (MINOIS, 2003, p.120-121).

No entanto, Raphael Novaresi Leopoldo aponta para uma leitura bíblica heterodoxa no livro *Teologia do Riso: Humor e mau Humor na Bíblia e no Cristianismo* (MAGALHÃES; SCARABELOT, 2018). Alguns outros trechos do Novo Testamento ainda possuem interpretações cômicas. Por exemplo, a passagem dos Atos dos Apóstolos em que certos exorcistas judeus tentam esconjurar um homem possuído:

[...] alguns dos exorcistas judeus ambulantes começaram a pronunciar, eles também, o nome do Senhor Jesus, sobre os que tinham espíritos maus. E diziam: “Eu vos conjuro por Jesus, a quem Paulo proclama!” Quem fazia isto eram os sete filhos de Ceva, sumo sacerdote judeu. Mas o espírito mau replicou-lhes: “Jesus eu o conheço; e Paulo, sei quem é. Vós, porém, quem sois?” E investindo contra eles, o homem no qual estava o espírito mau dominou a uns e outros, e de tal modo os maltratou que, desnudos e feridos, tiveram de fugir daquela casa. O fato chegou ao conhecimento de todos os judeus e gregos que moravam em Éfeso (MAGALHÃES; SCARABELOT, 2018, p.129).

Quanto à figura de Jesus, ele de fato foi construído como sendo um personagem taciturno e sério. Sobretudo quando observamos as representações artísticas clássicas de Jesus, sempre o veremos em semblante sério, sofrendo ou sereno, a alegria nele, e tampouco o riso, não eram representados.

Porém, como antes dito, aquilo que denominamos como humor e riso precisa ser considerado sob o contexto de quem está contando e interpretando a história. Assim como no trecho dos exorcistas, Jesus se utilizava da dualidade entre a lição de moral e o absurdo, como na parábola em que narra ser mais fácil a um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que um rico ir para o Céu. Esse pronunciado contém uma nota cômica, não no sentido zombeteiro, mas para despertar a alegria do ouvinte. Outro elemento que devemos notar que, na tradução dos textos originais e em aramaico, perde parte dos significados. Por exemplo, quando ao ser criticado pelos fariseus Jesus retrucou dizendo: “Guias cegos, que coais o mosquito e engolis o camelo” (Mt 23:24 NTLH). Essa frase originalmente possuía um jogo de palavras, considerando que naquela época esse joguete era humoroso (BEDNARZ, 2009). De

certo, podemos observar que a cultura ocidental modificou largamente o conceito de interpretação humorística acerca da figura de Jesus e de seu discurso jocoso. Ressaltamos que a Igreja Católica se utilizou desses conceitos alterados como meio de coerção para impor sua concepção de religiosidade.

### **3 LIBERDADE, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PRECONCEITO**

O objetivo da dissertação é se utilizar dos conceitos filosóficos do humor desde a Antiguidade grega até a Idade Moderna. O humor e sua demonstração envolvem outros conceitos que implicam pontos cruciais para a discussão proposta nesta pesquisa. Trata-se da liberdade, da liberdade de expressão e do preconceito. Recorremos à filosofia moderna para auxiliar a nossa compreensão do objetivo a ser atingido. Em Immanuel Kant, buscamos o imperativo categórico, a noção de dignidade e o *Senso Communis*; Hannah Arendt nos chama a atenção para a questão do Julgamento à Democracia. Incluiremos também as teorias sobre a distinção entre Preconceito e Pré-conceito, de Gordon W. Allport.

#### **3.1. IMMANUEL KANT: JULGAMENTO E RAZÃO**

O filósofo Immanuel Kant é considerado um proponente de sistemas políticos fundamentados na dignidade. Em seus estudos, credita-se que Kant posiciona a dignidade como um conceito em que o homem é um indivíduo moralmente autônomo e, portanto, não deve ser tratado como um meio para o fim, mas como um fim em si mesmo. Dessa forma, cada pessoa teria um valor incondicional e igualitário baseado na autonomia moral (BAYEFSKY, 2013). Quanto à honra, Kant a rejeitaria em absoluto em sua contribuição ao desenvolvimento dos direitos humanos modernos. No entanto, Rachel Bayefsky, em seu ensaio “Dignity, Honour, and Human Rights: Kant’s Perspective” (2013) teoriza que os conceitos kantianos sobre ambos os temas, Honra e Dignidade, não são tanto antagônicos; quanto a honra clássica, como a dos duelos de honra por exemplo, não seria completamente rejeitada por ele.

Kant, segundo Bayefsky, não enxergava um único conceito de honra, mas múltiplas interpretações paralelas, algumas, inclusive, vistas pela autora como benéficas à autonomia moral, sendo esse último juízo de base para a liberdade (BAYEFKY, 2013, p.812 tradução do autor):

Dignidade para Kant não é meramente o valor humano de um tipo que fundamenta um direito de respeito dos outros. Em vez disso, Kant enfatiza os deveres das pessoas de se conduzirem de um jeito a manterem sua dignidade, e existem múltiplas possibilidades interpretativas acerca da atual base da dignidade em Kant.

A honra, ou o amor de honra, que Kant apresenta como benefício, envolve a busca por ser “digno de honra”. No entanto, tal busca se baseia na razão autônoma do indivíduo. Embora a opinião da sociedade seja considerada, visto que pode permitir uma autoavaliação de nosso ser ou servir como espelho para construção da moral, ela não supera o amor à honra. Principalmente, segundo Bayefsky (2013), o ser humano deve se considerar um ser de valor e, por buscar o amor, a honra não deve se diminuir perante outros.

### 3.1.1 Dignidade e autonomia e o imperativo categórico: ética e justiça

Os dois pilares da filosofia Kantiana, quando consideramos um estado democrático, são Autonomia e Dignidade. Essa construção de pensamento surge no percurso do ser humano na formação de seu conhecimento. A experiência humana em Kant pode ser *a priori* ou *a posteriori*. *A priori* significa que o conhecimento é criado fora da experiência humana, enquanto *a posteriori* é dentro dessa experiência. Para Kant, a Autonomia ou Autonomia da Vontade é *a priori*, ou seja, independente da experiência. Para criar a sua moralidade, o homem precisa primeiro julgar o mundo por meio de si mesmo, as leis e regras do mundo precisam passar primeiro pela percepção para serem ponderadas como verdadeiras. No entanto, essa autonomia deve possuir um caráter universal, ou seja, devemos agir considerando que nossas ações sejam benéficas ao mundo, não apenas a nós mesmos (KANT, 2020). Como há três perguntas que guiam a sua filosofia, Kant apresenta: 1. “Que posso saber?”, 2. Que devo fazer?, 3. Que me é permitido esperar?” (KANT, 2020, p.a804-a805).

Tais indagações são vieses para uma construção da moralidade humana. Na primeira, qual conhecimento podemos obter, por exemplo, no caso do Mito da

Caverna proposto por Platão<sup>2</sup>. O protagonista quebrou as regras do que poderia saber sobre o mundo quando saiu da caverna, assim como foi contra o segundo questionamento do que deveria fazer. Na segunda pergunta estão os limites das nossas ações. O homem é inserido na sociedade, por isso é responsável por suas ações, que devem visar serem universalmente positivas e desprovidas dos desejos pessoais (KANT, 2020), mesmo se considerarmos que, na prática, isso é uma utopia. Na terceira questão, temos o futuro do ser humano, e que devemos esperar, no futuro, qual o limite de nós mesmos. Esse questionamento se relaciona aos anteriores, pois o futuro se constrói conhecendo nossa humanidade e moralidade.

Em conjunção às três perguntas anteriores, Kant tem o conceito do Imperativo categórico:

Age como se a máxima de tua ação devesse tornar-se, através da tua vontade, uma lei universal.  
 Age de tal forma que usa a humanidade tanto na sua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e ao mesmo tempo, como fim e nunca como meio.  
 Age de tal maneira que a tua vontade possa encarar a si mesma, ao mesmo tempo como um legislador universal através de máximas (DOS SANTOS; DE SOUZA, 2017, p.207).

É esse imperativo que une os conceitos da universalidade da ação e como devemos considerar o outro. Quando Kant discursa sobre a pessoa sendo um fim e não um meio, isso significa que o humano deve ser o objetivo da ética, nunca deveríamos usar o homem como meio para alcançar os nossos objetivos.

### 3.1.2. O Juízo Estético: julgando o belo e mal

Em primeiro lugar, deve-se distinguir três conceitos fundamentais no Juízo Estético em Kant: belo, agradável e bom. Belo é aquilo que dá prazer, uma qualidade para seres humanos por serem racionais; agradável é aquilo que satisfaz, que se distingue por ser compartilhado com animais irracionais e está, portanto, em um campo mais sensorial e mais imediato; e bom também se aplica aos seres racionais, sendo sinônimo de útil em si mesmo. Ou seja, analisando os três conceitos, percebemos que belo e bom em Kant são produto da racionalidade e têm seu caráter subjetivo (KANT, 1995).

---

<sup>2</sup> Sócrates era o mestre de Platão, portanto o protagonista do Mito seria Sócrates devido a seu julgamento visto em FILOSOFOS E O HUMOR



Falando sobre o Juízo Estético na sua obra *Crítica da Faculdade do Juízo*, Kant apresenta o conceito de Complacência (*Wohlgefallen*). Diferindo da complacência, ou prazer condescendente sentido por termos ou experimentarmos algo, a Complacência do Juízo Estético é direcionada à lei moral, ou seja, nossos atos se voltam não àquilo que podemos obter pessoalmente de tal situação ou pessoa, mas ao que é moralmente correto. Todavia, Kant também apresenta divergências entre o bom e o agradável. Segundo ele, para determinar o bom é necessário ter conhecimento do objeto a ser julgado e seu conceito, mas ele não precisa disso para determinar a beleza dele, fruto da experiência que temos sobre ele. Kant cita como exemplo os alimentos: quando nos alimentamos temos a experiência sensorial imediata do sabor ser agradável, mas quando se aplica a razão de que não é bom. Para Kant, existe um balanço entre o bom e o agradável; a razão jamais deixaria o valor da existência do homem ser totalmente dedicado àquilo que lhe agrada, pois somente por desconsiderar o agradável é que ele pode obter seu valor absoluto. Porém, mesmo Kant admite que existem pontos de conexão entre bom e agradável, já que ambos procuram o interesse no objeto a ser julgado (KANT, 1995).

### 3.1.2.1. Sensus Communis

*Sensus Communis*, em sua raiz, origina-se em Aristóteles. Em seu texto *De Anima*, o filósofo trata de como a mente dos animais converte a percepção sensorial dos cinco sentidos nas percepções de objetos e coisas que podem ser refletidas. Para Aristóteles, existe esse senso comum, que é a capacidade humana de classificar as informações da percepção de forma comum, sendo o comum no grego ou *Koiné* um oposto ao individual, ou *Idia*. Assim, existem coisas compartilhadas a todos os objetos (REIS, 2006). O motivo para Aristóteles de termos o senso comum é para conseguirmos distinguir as coisas, porque, ao procurar as características comuns julgamos a aparência ou sinais para identificar o objeto (SACHS, 2001).

Trazendo para Kant, ele considerava o *Senso Communis* como baseado nas regras *in concreto*, concordando com Aristóteles, pois isso significava julgar em base do concreto, no empírico e não no especulativo. No entanto, Kant não considerava o *Senso Communis* como lógica, e sim uma ciência antropológica com princípios empíricos. Mesmo assim, ele ainda lhe dá uma função corretiva para o

conhecimento especulativo, com três máximas: pensar por si mesmo, que ele chama de máxima do esclarecimento, ter empatia pelo outro, máxima na qual Kant procura ampliar a percepção; e o conhecimento de ser coerente a si mesmo em ter um pensamento consistente, essa última se obtém pela combinação das duas primeiras (KAUARK-LEITE, 2017). Essa conjunção das três máximas como corretivos se dá em função de o pensamento ser intersubjetivo, isto é, compartilhamos nossos pensamentos entre nós, em grupo. Nesse ponto, podemos observar o caráter político do pensar em Kant: como pensamos e compartilhamos o que pensamos, os poderes que restringem esse pensamento também retiram nossa liberdade. Para Kant, liberdade política, ética e epistemologia estão intrinsecamente conectadas com a liberdade do pensamento no mundo político. Assim, para Kant, o ser humano:

se coloca em comunhão com os outros, submetendo os seus juízos à correção pública. E isso só é possível em uma sociedade governada por princípios políticos que só podem ser baseados na ideia de liberdade para que o seu livre pensar de fato se realize (KAUARK-LEITE, 2017, p.284).

Quando considera o julgamento no *Sensus Communis*, Kant tem ênfase na segunda máxima, a da empatia, isso porque, ao nos colocarmos no lugar do outro, evitamos transformar o nosso subjetivo em objetivo, ou seja, colocar nossos sentimentos pessoais na frente do outro em busca de se criar um princípio universal. Nesse princípio, o julgar age tanto como no Juízo Estético, na sintetização cognitiva dos nossos pensamentos, quanto no julgamento subjetivo dos nossos sentimentos. Para ambos os casos, Kant também procura no *Sensus Communis* uma universalização dessa dualidade Objetivo-subjetivo, mesmo se considerarmos que a universalidade de sentimentos e percepções tem uma face utópica (KAUARK-LEITE, 2017).

### 3.2. HANNAH ARENDT: JULGAMENTO DA MORAL

Quando nos referimos à Hannah Arendt, podemos também discorrer sobre o nazismo, especialmente sobre os julgamentos dos criminosos de guerras nazistas e na pessoa de Adolf Eximam, um dos principais organizadores do Holocausto. Ele foi capturado após o fim da Segunda Guerra Mundial por agentes israelenses e levado até Jerusalém para ser julgado por seus crimes. Arendt, atuando como jornalista, cobriu o julgamento de Eichmann e, sendo ela mesma judia, os resultados de seus

relatos sobre os acontecimentos criminosos nazistas e, principalmente, acerca da natureza dos atos cometidos por ele, repercutiram negativamente na sociedade judaica, não apenas porque sua constatação final sobre Eichmann eram polêmicas, mas ainda diante de suas afirmações sobre o papel das sociedades judaica e alemã em razão dos resultados da Guerra (ARENDDT, 1999) (ANDRADE, 2010).

Começando por Eichmann, seu papel de criminoso inimigo do gênero humano ou *hosti humani generis* tem como principal defesa a frase, “só estava cumprindo ordens”. Essa afirmação se baseia no papel de um burocrata, alguém que recebe e deve cumprir ordens dos superiores, ou seja, de acordo com a defesa de Eichmann, o erro estaria nos oficiais acima dele que exploraram sua virtude da obediência:

sua culpa [de Eichmann] provinha de sua obediência, e a obediência é louvada como virtude. Sua virtude tinha sido abusada pelos líderes nazistas. Mas ele não era membro do grupo dominante, ele era uma vítima, e só os líderes mereciam punição (ARENDDT, 1999).

A defesa então realiza o engrandecimento do acusado enquanto desvia a culpa dos seus atos a outros, afirmando que ele teria sido uma boa pessoa (ARENDDT, 1999) em um estado corrupto e, dessa forma, não via a si mesmo como um assassino (ANDRADE, 2010). Arendt (2003) observa que a personalidade subserviente e extremamente eficiente de Eichmann foi um dos motivos para seus atos, ou seja, seu comportamento foi condicionado ao nível animalesco: ele não questionou a motivação e repercussão das ordens que recebeu, ele apenas as cumpriu.

Como menção importante, deve-se notar que outro intelectual, Stanley Milgram, pesquisou os atos nazistas. Em seus experimentos, Milgram decidiu testar o quão longe vai quem recebe ordens para ferir os outros. Ele descobriu, surpreendentemente, que os participantes de uma experiência, que incluía uma rotina mecanizada de dar choques em graus crescentes até chegar à morte, em sua maioria chegava ao limite de “matar” (na verdade, era um grupo de atores) (MCLEOD, 2007). Esse experimento levou-o a elaborar a Teoria do Agente do Estado, na qual aquele que recebe ordens se vê apenas como um instrumento do desejo alheio, portanto ele não se vê mais como responsável (NISSANI, 1990). De fato, Arendt vê certa concordância com essa teoria: “O problema de Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem

sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais” (ARENDDT, 1999).

Um fato válido de nota é o próprio Eichmann ter seguido a Filosofia Kantiana em seu Princípio do Imperativo Categórico, preceito este que possui uma definição geral segundo a qual devemos agir de acordo com princípios que possam ser leis universais. Porém, isso não se aplica ao caso de assassinato, já que tirar uma vida não pode ser universal, visto que seu próprio autor não pode querer viver em um mundo em que é aceitável que todos possam, universalmente matar uns aos outros. A partir do momento em que a ele foi ordenada a solução final, Eichmann a distorceu essa universalidade para ela agora ser representada o governo vigente, quando ele realmente sabia que no ato do massacre aos judeus ele estaria quebrando as leis Kantianas. No Imperativo Categórico, o legislador é o próprio Self da pessoa, enquanto em seu argumento, Eichmann colocava Hitler nesse papel (ARENDDT, 1999).

Por essa análise, Arendt cunhou o termo Banalidade do Mal, embora de acordo com ela isso não fosse uma teoria:

Há alguns anos, em relato sobre o julgamento de Eichmann em Jerusalém, mencionei a “banalidade do mal”. Não quis, com a expressão, referir-me a teoria ou doutrina de qualquer espécie, mas antes a algo bastante factual, o fenômeno dos atos maus, cometidos em proporções gigantescas – atos cuja raiz não iremos encontrar em uma especial maldade, patologia ou convicção ideológica do agente; sua personalidade destacava-se unicamente por uma extraordinária superficialidade (ARENDDT, 1993),

Para Arendt, o mal é político-histórico; isso quer dizer que o mal é fruto do homem, uma construção que existe quando encontra uma instituição que o oficialize. Essa banalidade é uma trivialização do mal. Eichmann se tornou tão imerso em sua sociedade, que realizar atos violentos e oficializar um genocídio ficaram normais para ele. Em essência, ele não era um homem violento, maligno ou sociopata; ele era um homem normal de família. Como burocrata, Eichmann se colocava como uma “engrenagem” na máquina, de tal forma que, se ele não exercesse suas funções, o sistema iria parar de funcionar. Nesse momento, sua identidade estava isolada de uma moralidade, ou melhor, ele ignorava a moral em prol de existir uma sociedade sua, padrão aliás que não era exclusivo dele, pois Eichmann não foi o único a se defender dizendo estar cumprindo ordens. Outros prisioneiros justificavam sua imputabilidade ao dizerem que eram parte de um mero mecanismo,

e que seus atos poderiam ter sido feitos por outros, não apenas por eles. Apesar do seu conceito de banalidade, Arendt ainda considerava Eichmann culpado por seus crimes. Eichmann evocava o que poderia se chamar responsabilidade coletiva; sua defesa se baseava no sentido de que mesmo sendo moralmente culpado por seus crimes, ele era inocente legalmente, pois o sistema em que existia era universalmente corrupto. Arendt, então, traça uma diferença entre responsabilidade coletiva e culpa. Eichmann, mesmo sendo considerado culpado e com sua defesa, ainda seria culpado porque imputabilidade ainda é algo individual, não coletivo.

Com essas constatações, Arendt concluiu que devido à construção sócio-histórica do mal, situações iguais ainda poderiam ocorrer:

Faz parte da própria natureza das coisas humanas que cada ato cometido e registrado pela história da humanidade fique com a humanidade como uma potencialidade, muito depois de sua efetividade ter se tornado do passado. Nenhum castigo jamais possuiu poder suficiente para impedir a perpetração de crimes. Ao contrário, a despeito do castigo, uma vez que um crime específico apareceu pela primeira vez, sua reaparição é mais provável do que poderia ter sido a sua emergência inicial (ARENDR, 1999, p.295-296),

### 3.2.1 Vita Activa e Vita Contemplativa

Hannah Arendt é uma das figuras filosóficas mais importantes para se compreender a Liberdade. Para ela, o desejo de pesquisar e pensar sobre tais assuntos teve origem em sua experiência do totalitarismo da Alemanha nazista antes e durante a Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, Arendt presenciou a gradativa perda de direitos humanos, incluindo as prisões de inimigos políticos, a instauração de leis e atos punitivos a quem discordasse e a concentração do poder político em um governante. Esses acontecimentos influenciaram a filosofia Arendtiana, em especial a sua definição de liberdade e seu papel na sociedade (BARBOSA; BRESOLIN, 2017).

Em Arendt, há dois conceitos importantes para se entender a liberdade: vita activa e vita contemplativa. Vita Activa seria a existência da interação humana na sociedade, ou seja, seu trabalho e convívio na sociedade, sendo, portanto, uma atividade no mundo externo e de caráter político. Vita Contemplativa, ou vida espiritual, existe, por sua vez, no plano subjetivo, mas com grande influência na vida ativa, pois é dela que surgem as condições humanas de perceber, julgar e de criar ação no mundo (BARBOSA; BRESOLIN, 2017). Entre essas esferas da vida política

(Activa) e privada (Contemplativa), existe a esfera pré-política, que possui a tarefa de transitar e preparar a relação entre o público e o privado. No caso, essa construção se dá no âmbito da escola. Deve-se pontuar que esse termo não se restringe à organização política normalmente associada, mas aos campos existenciais que a pessoa desenvolve seu pensamento sociopolítico, e do trabalho, no qual construímos o mundo humano físico (BARBOSA; BRESOLIN, 2017).

### 3.2.2 Responsabilidade e Julgamento

O sentido de julgamento dessa parte não se aplica apenas ao crime, mas sim, é uma questão do julgar humano. Como foi dito sobre a análise de Arendt do julgamento de Eichmann, a construção do mal é sociopolítica, portanto, há o julgamento da humanidade sobre esse mal ou aquilo que ela considera mal. Para discutir essa dimensão da reflexão, apresentamos aqui três elementos da Filosofia Arendtiana: Pensamento, Liberdade e Juízo.

Pensamento: para Arendt, o pensamento existe em diferença do conhecimento. O sujeito pode entender sobre algo e, mesmo assim, não pensar, como no próprio caso de Eichmann, que entendia os seus atos, mas não pensava realmente sobre eles. Isso não significa que a pessoa é ignorante ou limitada cognitivamente, mas que os seus atos não foram questionados em seu sentido. O pensamento é uma produção introspectiva do ser humano feita em nossa vida contemplativa. Não paramos para pensar sobre o significado das coisas quando estamos em movimento ou no trabalho, precisamos nos afastar do mundo ativo para refletir sobre a essência das coisas, incluindo a essência desse mundo. No entanto, devido a esse caráter subjetivo, o pensar tem sido subjugado pelo conhecer, pois a sociedade valoriza mais o conhecer as coisas, saber sobre suas características, seus resultados concretos, sem refletir sobre a essência das coisas. Essa reflexão, mesmo sendo interna à pessoa, é uma dualidade, pois, para ocorrer, o sujeito deve estar dialogando consigo mesmo em harmonia; o ser humano então olha para dentro de si mesmo (ARENDR, 2003a).

Liberdade: de acordo com Arendt, os elementos cruciais da existência da liberdade são a ação e a política, ou seja, a liberdade existe no espaço público. A liberdade é existente quando o homem está na esfera pública, no mundo que é

“visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível” (ARENDDT, 2003a, p. 59). Porém, para se chegar à liberdade, seria preciso diferenciá-la da soberania:

Essa identificação de liberdade com soberania é talvez a consequência política mais perniciosa e perigosa da equação filosófica de liberdade com livre-arbítrio, pois ela conduz à negação da liberdade humana. se os homens desejam ser livres, é precisamente à soberania que devem renunciar (ARENDDT, 2003b, p. 212).

A crítica arendtiana é a permeabilidade da democracia nas ações humanas. Com as evoluções democráticas das décadas anteriores, o governo estaria adentrando as camadas da sociedade em prol dessa dita defesa dos costumes, mas essa presença intensa levaria a uma perda dessa mesma liberdade, pois não apenas ela desvaloriza a Vita Contemplativa e Valoriza a Vita Activa, como desconsidera a pluralidade dos seres humanos. Como defensor do humano, o estado termina minando a própria capacidade do homem de pensar.

A liberdade do agir, explorada por Arendt, é baseada no sentido de que o homem não consegue fazer mover à vontade; ele não tem um papel fisicamente ativo ou capaz de moldar as regras da moralidade da pessoa. Quando a pessoa se torna ativa, porém, a vontade de fazer é maior do que a de querer:

Assim para querer, o espírito deve se retirar da imediaticidade do desejo que, sem refletir e sem reflexividade, estende imediatamente a mão para pegar o objeto desejado; pois a vontade não se ocupa de objetos, mas de projetos, como por exemplo com a futura disponibilidade de um objeto que ela pode ou não desejar no presente. A vontade transforma o desejo em uma intenção (ARENDDT, 2000, p. 60).

Isso significa que a vontade não é necessariamente ligada ao pensamento nem é movida pelo desejo, o que nos leva a outro elemento que Arendt aponta que é a volição ou o ato da escolha. Diferente do pensamento, em que precisa existir uma harmonia na dialogia da contemplação, a volição tem uma maior liberdade. Se não fosse assim, viver-se-ia em contradição:

Assim, ouvimos de Descartes: Sou consciente de uma vontade tão vasta que não se pode submeter a limites... É somente a vontade livre... que encontro tão grande em mim que não consigo conceber qualquer outra ideia como maior do que ela; é... essa vontade que me faz saber que trago comigo a imagem e semelhança de Deus” e acrescenta imediatamente que essa experiência “ consiste unicamente no fato de que...agimos de tal modo que não estamos minimamente conscientes de que qualquer força externa nos limite a capacidade de escolher o que vamos fazer ou o que não vamos fazer (ARENDDT, 2000, p. 206).

Apesar de ser a volição uma escolha, Arendt ressalta que, no livre-arbítrio, não temos duas vontades, mas sim uma vontade tão livre que, na realidade, temos apenas uma: a vontade se torna livre ao ponto de poder escolher agir contra ela mesma. Assim, ela impede que qualquer elemento externo tente forçá-la a mudar.

Como disse Arendt, a vontade não funciona com objetos, mas sim projetos, ou seja, na construção das ações para poder criar aquilo que se quer e dos comportamentos para obter um objetivo específico. A pessoa se utiliza dos projetos resultados das experiências passadas para julgar a validade do projeto para a vontade atual. Conclui-se, então, que, para se ter liberdade, deve-se ter um poder de escolha. Caso contrário, segundo Arendt, não se tem liberdade, mas ainda cada ser humano é responsável pelos seus atos, visto que eles são resultados de sua volição e de uma escolha internalizada no pensamento dele.

Juízo: um dos pontos de desenvolvimento mais importantes em Arendt (2014) é sua análise da experiência de Sócrates. Como na parábola da caverna, Platão procurou criar uma união entre ciência e política, porém seus esforços foram minados pelos próprios políticos da época e suas ações corruptas para obterem poder. Na parábola, o filósofo protagonista sai da caverna, procurando entender o significado das coisas, contrário aos outros habitantes da caverna, que só percebem o campo físico das ideias. Ao retornar, ele se encontra alienado do mundo, porque perdeu seu senso comum. A execução de Sócrates apresentada aqui levou à postura de Platão de desconectar filosofia e política.

Para Arendt (2014), é importante que os outros habitantes da caverna não podem agir ou se comunicar, porque estão presos ao chão da caverna, ou seja, eles seriam os homens comuns, pois estariam “acorrentados” em si mesmos. Cabe, então, ao governo guiar esses humanos. Retomando a filosofia de Platão, entende-se que ele considerava aqueles sem treinamento filosófico como incapazes de governar. Arendt compreende que isso se deve ao fato de o filósofo querer controlar o mecanismo da ação. Sem conseguir lidar com a imprevisibilidade humana, ele cria um sistema que aumenta o papel do governo e diminui o do povo, e essa postura o coloca em paralelo com o governo nazista. Para Platão, o governo deveria pensar a sociedade e planejar os projetos do povo, que deve apenas obedecer sem questionar, já que eles não têm conhecimento para isso. A relação cidadão governo seria, portanto, igualitária a do senhor e escravo:



Na concepção dos gregos, a relação entre governar e ser governado, entre comando e obediência, era, por definição, idêntica à relação entre senhor e escravo e, portanto, excluía qualquer possibilidade de ação. Assim, a alegação platônica de que as normas de comportamento, nos assuntos públicos, deviam derivar da relação senhor-escravo em uma comunidade doméstica bem ordenada significa, na realidade, que a ação não deveria ter papel algum nos assuntos humanos (ARENDDT, 2014, p. 279).

Ao analisar esse rompimento da filosofia e da política em Platão, Arendt procurou recuperar essa conexão perdida. Para isso, um dos pontos cruciais de sua filosofia é a dignidade de opinião. Por meio de um próprio entendimento da filosofia socrática, Arendt elaborou uma conclusão: quando criamos uma opinião o fazemos por um julgamento do humano por nós mesmo. Desse modo, temos um lugar na esfera pública, pois estaríamos manifestando nossa opinião sobre o mundo em que estamos a esse mundo. Em essência, o julgamento do mundo nos torna personagens políticos, ao mesmo tempo que, para conseguir ter essa opinião, é preciso ter uma liberdade para expressá-la.

### 3.2.3 Direitos Humanos

Para Arendt (2014), os direitos humanos têm uma mudança fundamental a partir da elaboração da Declaração dos Direitos Humanos. Foi com esse ato que o homem se colocou como legislador dos seus próprios direitos, não mais estava ligado a seres divinos ou costumes históricos, ele era agora senhor das suas leis. Nesse contexto, a definição dos direitos humanos, sendo gerados pelo homem e considerando todo o ser humano como Homem em qualquer lugar, na verdade, é criticada por Arendt (2014), pois, para ela, isso significava a perda da pluralidade humana, ou seja, o indivíduo isolado não tem dignidade por qualquer coisa que ele faça, já que essas ações não têm importância com ele sozinho. Esse isolamento tem relevância para os princípios da fala e da ação, e universalizar o humano por uma ideia abstrata o faria perder sua ação. Para Arendt (2014), para o ser humano ser digno ele precisa agir, pois estaria politicamente interagindo com outros humanos, cada um único perante os demais. Os Direitos Humanos, em caráter de lei, mesmo sendo considerados protetores à humanidade, estariam, na verdade, funcionando como limitadores à dignidade humana (BRITO, 2006).

Vê-se isso no exemplo arendtiano dos grupos étnicos que vivem isolados em países ou nações diferentes. Por serem excluídos, esses indivíduos eram privados de sua dignidade pelos que diziam proteger os direitos do homem. Para eles, a universalidade não foi benéfica, como concorda Brito:

Ao lhes ser tirado o papel de sujeito, também foi tirado o papel de homem. Assim, eles deixaram de ter relevância. Suas ações ou suas opiniões, embora eles ainda as tivessem, não importavam mais, e era como se não existissem. A ação, a atividade dignificadora do homem, traz consigo responsabilidade daquele que age, responsabilidade pela ação particular. Sem essa responsabilidade, a ação é inexistente, porque perde seu significado de revelação (2006, p. 2).

O problema com o governo e os direitos humanos é que, ao se declarar como soberano, o estado também se posiciona acima de tudo, mesmo dos direitos que diz defender, ou seja, agora o estado também é soberano dos direitos humanos. Em essência, para Arendt, é preciso considerar o ser humano como um ser pluralizado, cada um com suas características exclusivas. Generalizar todos os humanos é uma prática passível de ser comparada ao próprio preconceito, embora obviamente existem diferenças, ambos universalizam a compreensão que temos do homem e terminam por minar sua dignidade. No estado, vemos que, quando ele se torna soberano mesmo dos direitos ditos universais, esses direitos acabam se tornando direitos nacionais, ou seja, eles terminam refletindo a identidade cultural de cada país, levando os cidadãos dentro dele a perderem sua dignidade quando sua pluralidade é ignorada (BRITO, 2006).

Quando estudamos sobre a liberdade e suas relações políticas, devemos considerar o sistema político no qual estamos vivendo, e precisamos analisá-lo para ver como nele se aplica a liberdade. Como estamos em uma democracia, esse estudo vai se utilizar das críticas de Todorov à democracia.

### 3.3. TZVETAN TODOROV: DEMOCRACIA E ILUSÕES

“[...] Num primeiro momento eu tinha acreditado que a liberdade era um dos valores fundamentais da democracia; agora percebo que certo uso da liberdade pode representar um perigo para a democracia” (TODOROV 2012, p. 12, 2014). Nesse trecho, contido na obra *Os Inimigos Íntimos da Democracia*, o filósofo e

linguista búlgaro Tzvetan Todorov aponta que um dos problemas que ele percebe na democracia é justamente a sua ênfase na liberdade. Para Todorov, quando um elemento da sociedade é posto como absoluto, ele se torna uma ameaça. Ele então concorda com Arendt ao dizer “[...] o primeiro adversário da democracia é a simplificação que reduz o plural ao único, abrindo assim o caminho para o descomedimento” (TODOROV, 2012, p. 19). Se considerar a história do autor, que cresceu em um regime comunista totalitário, podemos entender que, em seus primeiros estudos, ele teve interesse em estudar a liberdade de expressão que esse governo restringia. Porém, à medida que estudava as noções de liberdade e democracia, Todorov passou a ter mais interesse no abuso da liberdade. A liberdade usada em demasia seria tão perniciosa quanto a sua inexistência, e, mesmo os partidos e grupos que não defendem de fato a liberdade, utilizam-na para seus próprios propósitos:

[...] Haveria aí um indício de que, hoje, as ameaças que pesam sobre ela [a democracia] não vêm do exterior, da parte daqueles que se apresentam como seus inimigos, mas sobretudo de dentro, de ideologias, movimentos ou gestos que alegam defender os valores democráticos? Ou de que os valores em questão nem sempre são bons?” (TODOROV 2012, p.12).

Para Todorov, por isso o título do livro ser *Inimigos Íntimos*, o principal inimigo da democracia é esse descontrole do seu próprio uso. Por ser um elemento interno, é uma mudança difícil de ser detida, pois seus autores podem mascarar seus atos pelo véu da identidade democrática do país da qual eles mesmos são os criadores. As democracias modernas, que se dizem liberais, limitam a vontade do cidadão na comunidade e a interferência nela. Na vida privada do cidadão, isso cria um paradoxo: alegando estar preservando a liberdade do cidadão, a democracia acaba restringindo-a (ARAÚJO, 2020).

### 3.3.1. O messianismo democrático

Outro inimigo íntimo da democracia, o messianismo democrático se caracteriza pela exacerbação do conceito de povo em uma sociedade. Em Todorov, o povo é uma construção diferente do que qualquer entidade coletiva que tenha elementos de raça, religião ou língua. O povo, no messianismo político, acredita ser especial de alguma forma e procura doutrinar sua identidade a outras sociedades:

Impõe-se então a ideia de que a vontade humana, desde que se torne comum, pode fazer reinar o Bem e trazer salvação a todos; e esse feliz acontecimento não se produzirá no Céu, após nossa morte, mas aqui e agora. Assim é que o voluntarismo se torna messianismo. O messias, no caso, é o povo – uma abstração que permite a certos indivíduos apresentarem-se como sua encarnação (TODOROV, 2012, p. 41).

Um dos momentos que Todorov pontua ser uma das ondas históricas de movimento messiânico político é a “Guerra ao Terror”, na qual os Estados Unidos se autodenominaram policiais do mundo em sua caça ao terrorismo. Enquanto protetores, os Estados Unidos oficialmente procuram levar sua ideologia e moralidade universal para unir todos contra o terror, embora, na realidade, muitas de suas ações são contra os próprios direitos dos povos que eles tentam defender. (ARAÚJO, 2020).

## 4 PRÉ-CONCEITO E PRECONCEITO

### 4.1 A ESCALA DE ALLPORT

Gordon Willard Allport foi um psicólogo americano cujos estudos sobre a personalidade foram elementares para o entendimento do preconceito. Como base para esse conceito, neste estudo iremos explorar suas teorias sobre como o preconceito funciona e sua construção social. Preconceito, de acordo com Allport, em seu livro *The Nature of Prejudice* (ALLPORT p. 195, tradução do autor):

[...] eu ofereceria, primeiro uma definição de preconceito: o preconceito é estar sendo prejudicado por alguém que você não está prejudicando. Se você não gosta de gírias, deixe-me oferecer o mesmo pensamento no estilo de Santo Tomás de Aquino. Os tomistas definem o preconceito como pensando mal dos outros sem suficiente justificativa. Você percebe que ambas as definições, assim como os exemplos que dei, especificam dois ingredientes do preconceito. Primeiro, há algum tipo de generalização defeituosa em pensar em um grupo. Vou chamar isso de processo de categorização. Depois, há o ingrediente negativo, rejeitador ou hostil, um tom de sentimento.

Nesse trecho, Allport articula um elemento do preconceito: ele é gerado quando somos prejudicados por outro. Essa prática é paralela a uma generalização de conceito, ou seja, uma pessoa ou grupo generaliza uma característica de alguém e a inclui em todos que forem similares a esse primeiro sujeito. Depois disso, o sujeito tem presente um sentimento de raiva que o leva a prejudicar o outro (MANUEL; SILVA; OLIVEIRA, 2015). A linguagem, como falamos anteriormente, pode ser originadora de violência e raiva, isso porque cada um interpreta o que falamos baseado em suas construções psíquicas. Como essas construções são baseadas em experiências da pessoa, o preconceito e outras práticas de hostilidade são também derivadas da própria construção da sociedade, portanto podemos dizer que o preconceito é uma construção psicossocial que pode se passar por gerações, por meio também da linguagem. Allport teorizou que essa construção social de preconceito pode ser medida em uma escala denominada escala de Allport, que funciona em estágios (WATSON, 1974):

Antilocução: quando uma pessoa ou grupo se utiliza da linguagem, tanto da linguagem verbal quanto de outras manifestações da comunicação, como imagens e

ideologias, para desmerecer outro. A hostilidade verbal nesse ponto se acompanhada de violência, embora possa ser tanto leve quanto severa.

**Evitamento:** quando o sujeito procura evitar a presença de quem discrimina, ele ainda não se utiliza de violência física, mas ainda pode gerar uma violência psicológica nos outros por isolá-los socialmente.

**Discriminação:** o sujeito agora apresenta atos explícitos de hostilidade contra o outro, ele ativamente cria situações ou mesmo leis para excluir o outro da sociedade, ele retira os privilégios e direitos de quem discrimina. Esse estágio tem potencial para se tornar institucionalizado e assim gerar uma sociedade segregada.

**Ataques físicos:** a violência escala ao ponto de confrontamentos físicos como, por exemplo, o caso do atentado ao jornal Charlie Hebdo<sup>3</sup> e no do Especial de Natal do Porta dos Fundos.

**Extermínio:** quando o grupo ou pessoa procura exterminar o outro, não apenas eliminando membros específicos, mas procuram destruir todo ou uma grande parte do outro grupo (WATSON, 1974).

Embora esses estágios possam parecer gradativos, Peter Watson (1974) afirma que não necessariamente o são. A violência ativa não precisa ir primeiro pelos estágios iniciais, especialmente quando é institucionalizada; assim, não se pode assumir que uma população exposta a esses estágios automaticamente vá ter passado por todos eles ou que indivíduos e grupos têm comportamentos fixos nessas definições. Para Watson, não há necessariamente uma correlação entre preconceito e discriminação, mas quatro tipos de grupos sobre essa relação (WATSON, 1974):

**Os não preconceituosos e não discriminadores:** são pessoas de um grupo minoritário que não têm, nem demonstram, comportamento ou linguagens hostis a outras pessoas, seja por sua raça ou etnia.

**Os não preconceituosos discriminadores:** pessoas que não demonstram atitudes preconceituosas, mas ainda se comportam de forma discriminatória, às vezes isso pode ser motivado pelo preconceito dos outros ser infligido nelas. Para se manter em um grupo, essas pessoas agem preconceituosamente, mesmo que, isoladamente, elas mesmas não o sejam.

---

<sup>3</sup> Um jornal satírico francês que teve sua sede atacada por terroristas em 7 de Janeiro de 2015, o ataque foi provocado por uma série de charges representando o profeta Maomé.

Os preconceituosos não discriminadores: apesar de ser preconceituoso, esse grupo não demonstra sua hostilidade em ações, seja pela pressão social, seja por outras situações, como a compaixão. Dessa forma, os estágios de preconceito estão ausentes.

Os preconceituosos discriminadores: é nesse grupo que se encontra uma forte correlação entre preconceito e discriminação.

Watson reitera que, assim como na escala de Allport, esses grupos não são fixos. Qualquer pessoa pode ter características de mais de um ou de todos eles, já que discriminação e preconceito se equivalem à atitude e comportamento. Por exemplo, nos experimentos conduzidos por La Pierre e Kutner (1936 apud WATSON, 1974), eles estudaram o preconceito entre funcionários de um restaurante e descobriram que a taxa de recusa de clientes de grupos minoritários era bem maior por ligação, do que pessoalmente. Isso se devia ao fato de que, por telefone, os funcionários refletem os estereótipos desses grupos minoritários, enquanto pessoalmente eles se comportam de forma polida na presença dos clientes. Watson aponta, então, que o preconceito é a projeção de seus sentimentos para outra pessoa (WATSON, 1974).

## *4.2 TEORIAS DO PRECONCEITO*

### *4.2.1. Teoria do Bode Expiatório – René Girard*

Segundo o historiador e filósofo René Girard, o ser humano elege um objeto através de imitação ou mimetização. A criação de um desejo de uma pessoa pelo objeto gera o interesse de outra, que imita o primeiro sujeito. Dessa forma, o comportamento, antes individual, se torna coletivo. Quando então esse desejo leva dois sujeitos a entrarem em conflito, pois agora ambos ambicionam o mesmo objeto de desejo, o resultado é um crescente de hostilidade. Ambos entendem que seu objeto de desejo não pode ser compartilhado, portanto esse conflito continua escalando até a violência aberta. Esses rivais ficam obcecados em destruir um ao outro, ponto no qual o objeto original que os levou ali é desconsiderado, somente a violência mútua permanece:

Os duplos são rivais que se atacam mutuamente, por estarem escandalizados pelo desejo sobre algum objeto. Os rivais se imitam na violência e por isso sua relação se dá em forma de escalada. Quanto mais

se odeiam e se atacam, mais se parecem. Com o tempo, o objeto do desejo é esquecido, e os rivais preocupam-se apenas em atingir o outro. O conflito entre os duplos transforma-os em escravos da violência recíproca, que não pode acabar, a menos que um dos rivais renuncie ao conflito (BARBOSA, 2013, p. 28, nota 108)

Inclusa nessa situação, quando o originador do desejo descobre sua mimetização, ele fica escandalizado, e a existência do imitador é um obstáculo que deve ser removido, gerando uma situação em que apenas pela desistência de um dos sujeitos é que a violência pode ser detida. Esse desejo violento, essa fúria sem controle termina sendo cumulativa, e o sentimento fica guardado na pessoa e crescendo, de tal forma que o sujeito não pode mais segurá-lo. Ele procura, caso não encontre o objeto direto de sua ira generaliza-la a um grupo, ou seja, procura um bode expiatório, essencialmente um substituto para exercer seu desejo pela violência. Isso se dá quando o sujeito procura escândalos que sejam atraentes e envolvam o maior número de pessoas ou reconhecimento, gerando, então, uma convergência e união de escândalos para as polêmicas que chamam a atenção do público. Ao exterminar aquilo que elegem como expiatório, o sujeito de forma individual e coletiva alivia a tensão da violência que guarda (FURTADO, 2013).

Para poder identificar a classificação feita para o Bode Expiatório, Girard elaborou os estereótipos expiatórios, características que permitem identificar a presença e formação de um Bode Expiatório (FURTADO, 2013):

Crise Diferenciadora: surge pelo enfraquecimento das instituições, considerando não apenas aquelas governamentais, mas de nível social. Essas instituições procuram criar um sistema de convívio para a sociedade ao atribuir os diferentes papéis que o sujeito deve ter na sociedade. Quando essas instituições se enfraquecem, as fronteiras entre esses papéis e diferenças também se enfraquecem e o próprio sujeito procura preenchê-las. Assim, os relacionamentos interpessoais são gerados sem o intermédio das leis e normas institucionais e a construção de uma percepção do outro é mais rápida. Essas regras institucionais funcionam como barreiras para o desenvolvimento da violência mimética, pois a inibem quando universalizam as leis, considerando todos igualmente. No entanto, isso também leva aqueles que são alvos de violência a se considerar inferiorizados.

Uma similar universalidade também surge na violência, à medida que se continua a multiplicar. A violência mimética uniformiza os envolvidos de forma que ambos, o sujeito originador e o sujeito que o copiou, se tornam praticamente gêmeos



em seu comportamento. Nesse estágio, a erosão da ordem intencional chega ao extremo do caos. O sujeito aqui considera sua a verdade, em detrimento da verdade do outro, mas suas diferenças terminam por se igualar. O meio de a comunidade sobreviver nesse caos, caso não recorra ao perdão ou desistência, é canalizar sua violência a um indivíduo ou a um grupo específico, ou seja, criar um Bode Expiatório.

**Crime Indiferenciado:** quando a comunidade ou pessoa decide eleger e racionalizar um Bode Expiatório, ela precisa de meios para escolhê-lo. O crime indiferenciado é um crime ou falta que pode ser igualmente repreensível a toda a comunidade, mesmo que esse fato não seja verdade, ou seja, essa é diferenciação rasa, não se utiliza de todos os fatos, apenas utiliza um sem preocupação de entender o todo. Nesse contexto, aqueles com mais frequência escolhidos são aqueles que cometeram faltas contra os tabus mais rigorosos da cultura em questão: religião, família, Estado etc.

**Marcas Vitimológicas:** são elementos diferenciatórios que estão fora das características eleitas pelo sistema como diferenciantes, quando o sujeito possui diferenças sejam físicas, psicológicas ou étnicas, que o sistema não considera. Dessa forma, ele já é marginalizado mesmo antes de se utilizarem do crime indiferenciador. Não é incomum que o sistema seja rígido em suas definições, portanto, quando aparece alguém com diferenças fora do “normal”, o outro é confrontado com o fato de que a crise das intuições é paralela à erosão dos limites sociais estabelecidos, e a reação é considerar essa diferença externa como um erro ou “crime”, em especial na tentativa desse “estrangeiro” de mimetizar a sociedade para se encaixar nela.

#### 4.2.2 Teoria da Personalidade Autoritária – Theodor W. Adorno

Theodor Adorno, por meio do uso das teorias freudianas do ego, procurou estudar sobre a formação das personalidades autoritárias. Essa intenção teve ímpeto pelo Holocausto Nazista da Segunda Guerra Mundial. Durante a guerra, Adorno fez parte da Escola de Frankfurt, um grupo de filósofos e marxistas que fugiu da Alemanha depois do fechamento do seu Instituto de Estudos Sociais. Portanto, Adorno e seus colegas, tiveram a motivação de pesquisar sobre fatores que contribuem para a formação de características fascistas e antissemitas e se esse

cenário nazifascista poderia surgir em um estado democrático como os Estados Unidos (HORKHEIMER; FLOWERMAN, 1950).

Em suas pesquisas, Adorno elaborou a tese de que existe uma relação entre ideologias e personalidade. Esse paralelo existe devido à organização da personalidade procurar gratificações emocionais criando uma identificação com discursos autoritários na sociedade, Portanto, Adorno *et al.* atestam que a principal origem do preconceito está no social e procuram pesquisar os fatores psicológicos que fazem do sujeito um criador e receptor de ideologia autoritárias e como algumas pessoas respondem de forma diferente diante dessas condições. Adorno, então, levanta duas possibilidades sobre esses padrões: sujeitos com posições conservadoras, para se adequarem ao contexto sociopolítico que vivem, e aqueles que têm essas atitudes irracionalmente e distorcendo sua realidade devido a terem uma personalidade mal formada.

#### 4.2.3 A Escala f

Convencionalismo: O indivíduo adere rigidamente ao convencional, ou seja, ele cumpriu as normas, sejam do estado, pessoais e da sociedade de forma diligente. Essas pessoas muitas vezes cedem a esse comportamento para se adequarem à sociedade em que vivem isso dificulta que eles aceitem uma mudança nos conceitos do que é tradicional. Assim aqueles não convencionais são dotados de menos preconceito do que os convencionalistas (GONÇALVES; LOUREIRO, 2019). No entanto, Adorno *et al.* concordam, que essa não é uma definição tão simples

É uma hipótese bem conhecida que a suscetibilidade ao fascismo é mais caracteristicamente um fenômeno de classe média, que está “na cultura” portanto, que aqueles que mais se conformam com essa cultura serão os mais atingidos. Itens referentes à posse de valores convencionais foram incluídos na pesquisa para reunir dados sobre esta hipótese. Muitas das primeiras descobertas do presente estudo, no entanto, evidenciaram que o assunto não era tão simples [...], ficou claro que algumas pessoas convencionais eram preconceituosas, enquanto outras não eram preconceituosas” (ADORNO *et al.*, 1950, p. 229-230, tradução do autor).

Apenas defender ideias convencionais não significa que a pessoa será autoritária. Com uma personalidade consolidada, o sujeito tem como rejeitar a violência contra as minorias tanto quanto as mudanças ao convencional. O

preconceito, nesse caso, existe no convencionalismo que o sujeito abre mão dos seus julgamentos em troca de uma ideologia antidemocrática. Esse sujeito não tem um convencionalismo fixo. ele muda suas normas sociais de acordo com o grupo que está inserido (GONÇALVES; LOUREIRO, 2019).

**Submissão autoritária:** Quando um grupo ou figura autoritária impões seus conceitos sobre os outros ao se ver como padrão ou gerador da moral. Porém, se relacionarmos ao convencionalismo existe uma diferença entre se admirar alguém por julgar alguém pela sua própria consciência ou a submissão sem julgamentos que são externos ao sujeito (GONÇALVES; LOUREIRO, 2019). Submissão autoritária, então, seria um modo que o sujeito lida com os sentimentos para com as autoridades.

**Submissão à autoridade:** Submissão ao estado por compartilhar o desejo por um líder forte, a subserviência do indivíduo ao Estado, e assim por diante – tem sido tão frequentemente e, como nos parece, corretamente, estabelecida como aspectos importantes do credo nazista que uma busca por correlatos de preconceito tinha naturalmente de considerar essa atitude. Essa atitude, de fato, foi tão regularmente mencionada em associação com o antissemitismo que foi particularmente difícil formular itens que expressassem a tendência subjacente e ainda fossem suficientemente livres de relações lógicas ou diretas para o preconceito – e não podemos afirmar que fomos totalmente bem-sucedidos. “A submissão autoritária foi concebida como uma atitude muito geral que seria evocada em relação a uma variedade de figuras de autoridade – pais, pessoas idosas, líderes, poder sobrenatural e assim por diante” (ADORNO *et al.*, 1950, p. 232).

**Agressão autoritária:** Adorno defende que o sujeito submetido a uma sociedade autoritária e se identificando com ela, fica hostil em relação a quem quiser quebrar essas regras. Esse sujeito está submisso ao ponto de perder sua autocrítica. Ele não questiona as regras ou julga as ações do seu governo tanto quanto está submetido a ela: “É de se esperar, portanto, que o convencionalista que não consegue fazer qualquer crítica real à autoridade tenha o desejo de condenar, rejeitar e punir aqueles que violarem esses valores” (ADORNO *et al.*, p. 233, GONÇALVES; LOUREIRO, 2019). Esses valores quebrados a visão do submisso o leva exercer violência para liberar as hostilidades sociais e pessoais acumuladas contra o outro:

Uma vez que o indivíduo tenha se convencido de que há pessoas que deveriam ser punidas, ele é provido de um canal através do qual seus mais profundos impulsos agressivos podem ser expressos, mesmo quando ele pensa em si mesmo como completamente moral. Se suas autoridades externas, ou a multidão, emprestarem sua aprovação a essa forma de agressão, então ela pode assumir as formas mais violentas, e pode persistir depois que os valores convencionais, em nome dos quais foram assumidos, tenham sido perdidos de vista” (ADORNO *et al.*, 1950, p. 233, tradução do autor).

**Destruição e cinismo:** Dá-se por uma racionalização da violência. O sujeito autoritário cria argumentos para praticar sua hostilidade, mas, ao mesmo tempo, os articula para evitar censuras. Essas justificativas são, portanto, elaboradas com um desprezo pela vida humana que culmina pelo autoritarismo ao ser humano, principalmente quando elas são aprovadas por outras pessoas:

Ainda outra concepção orientadora foi que uma pessoa pode expressar agressão livremente quando acredita que todos estão fazendo isso portanto, se ele quiser ser agressivo, ele está disposto a acreditar que todos estão fazendo isso, por exemplo, sendo da "natureza humana" explorar e fazer guerra aos vizinhos. Nem é preciso dizer que tal indiferenciada agressividade poderia facilmente, por meio de propaganda, ser dirigida contra grupos minoritários, ou contra qualquer grupo cuja perseguição for politicamente lucrativa.” (ADORNO *et al.*, 1950, p. 239, tradução do autor)

**Superstição e o Estereótipo:** A superstição é uma crença em elementos místicos e sobrenaturais influenciarem o destino do homem enquanto o estereótipo é a tendência do sujeito em categorizar o outro com características e definições rígidas definidas por influência externa, Mesmo pessoas ditas “cultas” e “civilizadas” ainda recorrem a essas explicações primitivas do mundo:

Pode-se supor que uma razão pela qual pessoas na sociedade moderna - mesmo aqueles que são "inteligentes" ou "informados" -recorrer a explicações primitivas e simplificadas de eventos humanos é que tantas das ideias e observações necessárias para uma conta adequada não têm permissão para entrar nos cálculos: porque eles são carregados de afeto e potencialmente produtor de ansiedade, o ego fraco não pode incluí-los dentro seu esquema de coisas (ADORNO *et al.*, 1950, p. 239, tradução do autor)

**Poder e "resistência":** Para o sujeito autoritário o mundo relacional é visto por dois polos opostos de dominância e submissão, ou seja, por meio de sua submissão aos poderes coletivos o sujeito autoritário acredita ter superioridade sobre aqueles de classes que acredita serem superiores a ele:

Mais aparente em suas manifestações é uma ênfase exagerada no motivo do poder nas relações humanas; há uma disposição para ver todas as relações entre as pessoas em termos de tal categorias como forte-fraco, dominante-submisso, líder-seguidor, "martelo-bigorna". E é difícil dizer com qual dessas funções o sujeito é o mais completamente identificados. Parece que ele quer obter poder, tê-lo e para não o perder e, ao mesmo tempo, tem medo de agarrá-lo e manejá-lo. Parece que ele também admira o poder nos outros e está inclinado a se submeter a ele - e em ao mesmo tempo, tem medo da fraqueza que isso implica (ADORNO *et al.*, 1950, p. 237, tradução do autor).

Anti-intracção: Também chamado antissubjetividade, é uma rejeição do sujeito que possua uma subjetividade, ou seja, o estado autoritário restringe à criatividade e imaginação de quem estiver dentro dele, quando vê uma pessoa que possua essa subjetividade o sujeito do estado autoritário se utiliza de violência:

O indivíduo extremamente anti-intracção tem medo de pensar sobre os fenômenos humanos porque, por assim dizer, poderia pensar os pensamentos errados; ele tem medo do sentimento genuíno porque suas emoções podem ficar fora de controle. Fora de contato com grandes áreas de sua própria vida interior, ele tem medo do que poderia ser revelado se ele ou outros olhassem atentamente para si mesmos. Uma característica importante do programa nazista foi difamar tudo que tendia a tornar o indivíduo consciente de si e dos seus problemas; não só a psicanálise "judaica" foi rapidamente eliminada, mas todo tipo de psicologia, exceto o teste de aptidão, foi atacado. Essa atitude geral leva facilmente a uma desvalorização do humano e a uma supervalorização do objeto físico (ADORNO *et al.*, 1950, p. 235).

Projetividade: Quando os impulsos reprimidos pela autoridade são redirecionados ao outro mesmo ele não sendo culpado. Nos estudos de Adorno *et al.* (1950), foram observadas pessoas que procuravam justificar os sentimentos de agressividade interna ao projetar essa hostilidade a outras pessoas, o sujeito direciona os impulsos aqueles que ele considera "ruins" redirecionando sua ira daquele real alvo desse sentimento:

[...] pareceu que quanto maior a preocupação de um sujeito com as "forças do mal" no mundo, como mostrado por sua prontidão para pensar e acreditar na existência de fenômenos como excessos eróticos selvagens, tramas e conspirações, e perigos de catástrofes naturais, mais forte seria seu próprio inconsciente impulsos de sexualidade e destrutividade (ADORNO *et al.*, 1950, p. 240, tradução do autor).

Sexualidade: Na Escala F, existem quatro pontos com dois conectados a agressão autoritária e um a projetividade. Adorno *et al.* (1950) concluem que desejos

sexuais reprimidos tenham uma influência no sujeito deduzir a sexualidade, em particular a homossexualidade, como característica para perseguir o outro;

presente variável é concebida como sexualidade ego-alienígena. Uma forte inclinação para punir os violadores dos costumes sexuais (homossexuais, criminosos sexuais) pode ser uma expressão de uma atitude punitiva geral baseada na identificação com autoridades do grupo, mas também sugere que os próprios desejos sexuais do sujeito são reprimidos e correm o risco de ficar fora de controle (ADORNO et al., 1950, p. 240, tradução do autor)

#### 4.2.4 Teorias da Identidade Social e Cultura – Henry Tajfel

O polonês Henri Tajfel elaborou uma teoria da cultura se baseando em estudos sobre percepção visual. Nesses estudos, a identidade psicossocial é construída por uma tendência cognitiva em juntar aqueles com características únicas entre um grupo ou sociedade. O sujeito permanece, portanto, em dois grupos: Ingroup, o grupo que ele faz parte ou grupo interno, e o Outgroup, Grupo Externo que o outro pertence. Denominada Teoria da Identidade Social de Tajfel, ela possui três conceitos essenciais: **Categorização Social:** O pertencimento ao um grupo não é apenas dependente de escolha. Ele também ocorre por imposições externas ou mesmo o acaso. Mesmo assim, ele continua sendo criado através da percepção de cada pessoa, ou seja, por meio da construção da pessoa em suas interações sociais. Nessas interações, a categorização social como um instrumento organizar a sociedade em categorias. Essa diferenciação é fruto das interações do sujeito em seu Ingroup, portanto tanto a construção das definições de interação quanto mesmo da realidade que o sujeito percebe são fruto de suas interações intergrupais. Fazendo parte e se identificando com o grupo, o sujeito acaba adquirindo suas características e refletindo os valores e categorizações desse grupo para os Outgroups que entra em contato. Porém, o sujeito não precisa estar para sempre em determinado grupo. Não é impossível a ele rejeitá-lo, mas, ao fazer isso, ele rejeita pelo menos parcialmente os seus valores (NASCIMENTO, 2017). **A Identidade Social:** Como presente na categorização social, a identidade social é criada pelas interações sociais, O sujeito cria sua identidade social quando entra em harmonia com os valores e expressões do Ingroup, que está inserido, esse tipo de identificação é positiva, ou seja, procuram-se grupos ou se permanece neles com características que sejam benéficas para você e essas características são

circularmente criadas pela convivência na sociedade:

O componente afetivo, incorporado ao componente cognitivo do processo de identificação, é retratado pelos sentimentos do sujeito em relação ao fato de pertencer a um determinado grupo social. Pela comparação com outros grupos, salientando suas similaridades, equivalências, intenções e comportamento, considera-se que o sujeito tenderia a se manter como membro do grupo que lhe propiciasse uma autodefinição positiva (FERNANDES *et al.*, 2009, p. 690).

Como grupos não são criados somente por interação interna, por estarmos em um mundo com diversos grupos, essa identidade também é fruto das interações do Ingroup com os outros Outgroups (NASCIMENTO, 2017). **Comparação Social:** Comparando esses grupos, o sujeito julga os seus valores e sua identificação um com o outro. Ele procura grupos que tenham uma identidade social positiva, pois procura uma identidade que seja valorizada por ele. Com esse comportamento, tende-se que os membros dos Ingroups compartilhar a mesma mentalidade (NASCIMENTO, 2017).

Todas essas referências apontadas até aqui nos possibilitaram o conhecimento teórico a respeito do percurso conceitual filosófico sobre o riso, o humor, a liberdade de expressão e o preconceito. Uma vez aprofundados os conceitos basilares desta dissertação, analisaremos a seguir o especial de Natal produzido pela Porta dos Fundos.

## 5. TEORIAS DA COMUNICAÇÃO

Por questões do próprio tema e contexto deste estudo trataremos aqui sobre as teorias da comunicação: teoria hipodérmica, teoria crítica e a teoria culturológica, que foram escolhidas entre outras por sua relevância ao tema principal que está sendo trabalhado.

### 5.1 TEORIA HIPODÉRMICA

A Teoria Hipodérmica, também conhecida como Teoria da Bala Mágica, teve como origem o uso da propaganda por regimes políticos totalitários como o nazismo. Como mencionado no capítulo 2 o regime nazista foi responsável por graves crimes, mas ao mesmo tempo seus membros quando presos não assumiam a

responsabilidade sobre seus atos, uma “robotização”, o indivíduo estaria perdendo sua autonomia. A Teoria Hipodérmica analisa esse contexto ao representar o processo comunicacional comparado a uma seringa. A mídia e os meios comunicacionais “injetariam” a informação na pessoa criando uma resposta imediata, assim como agulha penetra na pele também essa informação adentraria a mente humana sem obstáculos (WOLF; DE FIGUEIREDO, 1987).

Em seus conceitos científicos a teoria hipodérmica se baseia na psicologia behaviorista. Ao analisar a mídia, para o behaviorismo, o objeto de estudo é o comportamento valendo-se do processo estímulo resposta:

O estímulo, na sua ligação com o comportamento, é a condição primária, o agente da resposta: a estreita relação entre os dois torna impossível a definição de um a não ser em termos do outro. Em conjunto, constituem uma unidade. Pressupõem-se mutuamente. Estímulos que não produzem respostas não são estímulos. E uma resposta tem necessidade de ter sido estimulada. Uma resposta não estimulada é como um efeito sem causa. (LUND, 1933, 35).

Concomitantemente as pesquisas de Ivan Pavlov sobre as reações de cães, em que ele pode criar uma reação ao estímulo da água, na teoria hipodérmica o processo comunicacional é simplificado a presença de um objeto ou produto que cria uma reação no sujeito, levando-o assim a uma reação imediata.

## 5.2 SOCIEDADE DE MASSA

De acordo com Wolf e De Figueiredo (1987) um dos elementos principais da teoria hipodérmica é o conceito da sociedade de massa, pois, para a teoria a massa é o sujeito principal, embora o sujeito obviamente não seja desconsiderado. O conceito Sociedade de Massa caracteriza a sociedade moderna como integrada, mas simultaneamente fragmentada, isto porque ela ainda é formada por indivíduos distintos. Coloquialmente, porém, o termo é usado para classificar modelos modernos de relações humanas substituídos pelo conformismo. Desde sua origem a sociedade de massa teve sua relevância na política como diz Wolf (1987), que ela é uma amalgama de indivíduos que, em seus guiados por um pensamento paralelo, em conjunto executam ações e mesmo constroem suas ideologias.



Ou seja, o grupo se simplifica nos estímulos e pensamentos mais primitivos em prol de um objetivo, geralmente de forma simplificada. Os membros dessa massa não se conhecem e mesmo podem ser de vários grupos sociais, mas eles ainda possuem características em comum que os reúnem em grupo. Como parte da massa o indivíduo vivência estímulos e informações que transcendem suas características individuais, como a sua própria cultura. (WOLF; DE FIGUEIREDO, 1987).

### 5.3 *MODELO DE LASWELL*

O cientista político e teórico comunicacional Harold Laswell ficou conhecido por criar o seu próprio modelo comunicacional. No Modelo de Comunicação de Laswell para se descrever um ato comunicacional é preciso responder cinco questões: Quem? Diz o Quê? Por quais meios? Para quem? Por qual motivo? Cada pergunta corresponde a um campo de análise. Na primeira temos o comunicador, portanto aqui se estuda os fatores que iniciam e desenvolvem a comunicação; na segunda se analisa o conteúdo; na terceira são tratados os meios que foram utilizados. Esse é o campo de estudo do primário Jornalismo ou outras mídias comunicacionais e na última se analisa o efeito da comunicação. Se torna importante o uso do Modelo porquê a Propaganda e o Jornalismo são práticas comunicacionais com relação intrínseca com o Poder e o Estado (LASSWELL, 1948). Laswell também foi um dos pioneiros da análise da propaganda política em específico em seu artigo *The Theory of Political Propaganda* (1927).

No artigo Laswell define propaganda como: “a gestão de atitudes coletivas pela manipulação de símbolos significativos”, o termo “atitude”, aqui empregado, se refere ao agir através de certos padrões de valoração. Essas atitudes podem ser mesmo biológicas, como fechar o punho ou amentar a voz ou mesmo ações psicológicas, como mencionado anteriormente o ato de discriminar o outro por ser diferente. Em conjunto estes elementos importantes a grupos específicos são chamados de Símbolos Significantes. Propaganda então seria a manipulação de Símbolos Significantes para o propósito de controlar os padrões de valoração de uma sociedade ou grupo. Para Laswell os propagandistas procuram centralizar a finalidade de seus atos para conseguir um objetivo específico. Portanto a propaganda tem seu caráter político e apresenta um objeto vinculado a uma cultura de tal forma que atitudes culturais favoráveis serão direcionadas a eles, assim o objetivo do propagandista é intensificar essas atitudes.

#### 5.4 TEORIA CRITICA DE FRANKFURT

Livro básico para entender a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt a “Dialética do Esclarecimento” é uma obra conjunta de Adorno e Horkheimer. No título original a palavra “Esclarecimento” é uma crítica às mudanças que a Filosofia e a sociedade passaram como consequência da “regressão” da racionalidade. De acordo com a obra “Dialética” é a separação do homem da natureza para dominá-la. Enquanto Esclarecimento ou Iluminismo é um processo sócio-histórico de instrumentalização da razão. Nesse processo o indivíduo racionaliza seu ambiente no sentido rígido e mais científico do termo, ou seja, suas experiências são explicadas em base empírica, só é válido o fenômeno capaz de ser repetido e analisado como em laboratório. Esse comportamento assim como Adorno defende em “Eclipse da Razão” (1947) mina a individualidade e autonomia do ser humano, nesse contexto que detém esse domínio racional restringe o pensamento para o instrumentalizado, o pensamento humano então se torna burocratizado.

Outro pensador membro do grupo foi o filósofo e sociólogo Max Horkheimer. Como seus colegas, Horkheimer pesquisou sobre a ideologia nazista. A sua obra “Eclipse da Razão” (1947), traz como problemática central como o nazismo foi capaz de passar o povo alemão e sua ideologia como crível e mais ainda como no pós-guerra essa ideologia ainda tinha influência mesmo nos Estados Unidos. Para Horkheimer a razão se divide em duas facetas: Objetiva e Subjetiva. Na Razão Objetiva temos conceitos concretos e universais para a decisão do que é certo e errado, ou seja, conceitos como Justiça, Igualdade e Democracia, porém para a Razão Subjetiva há uma negação dessa objetividade, perde-se então o referencial de julgamento moral e social. Como consequência se cria uma autonomia da razão onde os fins não são justificáveis ou mesmo injustificáveis por si mesmos, já que é na razão objetiva que os fins são definidos.

Para Horkheimer esse “eclipse” da razão é a razão subjetiva advinda dos desenvolvimentos sociopolíticos pré e pós Segunda Guerra eclipsando a razão objetiva. Embora os conceitos antes mencionados de Justiça e Democracia continuassem a ser ensinados em escolas e em casa em simultâneo o indivíduo também vive em uma sociedade opressora, essa dualidade para Horkheimer é comparável a relação entre razão e dominância. Através das “Teorias Freudianas do Ego” Horkheimer acredita que em sua formação a sociedade valoriza a

sobrevivência, com essa intenção seria necessário um controle sobre o Ego do indivíduo que representa seus impulsos e emoções. Quanto exposto a essa dominância mais o indivíduo termina por ter um ressentimento pela sociedade (HORKHEIMER, 1947).

Explorando esses ressentimentos e a fluidez da verdade é que ideologias como o nazismo terminam por estabelecer seu controle. A Sociedade submissa a uma razão subjetiva e visando a autoconservação termina por minar a individualidade do seu cidadão, isto é, o cidadão termina renunciando a seu “eu” e termina por procura-lo em sua vivência externa (HORKHEIMER, 1947).

### *5.5 INDÚSTRIA CULTURAL*

Para Horkheimer e Adorno a Industria Cultural substitui o conceito de “Cultura de Massas”, visto que esse último em sugere uma cultura espontânea vinda das massas enquanto na realidade a real Industria Cultural não apenas criar produtos para a sociedade, mas manipula os interesses da mesma por eles. Os lazeres e trabalhos do homem são submetidos aos interesses sejam econômicos ou de poder da indústria que induz a ele o seu lugar como consumidor, uma pessoa cujos desejos e emoções se tenciona serem automáticos. Cinema e televisão, portanto, se tornam sistemas de controles social. Criticando essas mídias Adorno e Horkheimer (1985) colocam o quanto a indústria trabalha para inserir o público dentro de sua própria produção:

O mundo inteiro passou pelo crivo da indústria cultural. A velha experiência do espectador cinematográfico para quem a rua lá de fora parece a continuação do espetáculo acabado de ver - pois que este quer precisamente reproduzir de modo exato o mundo perceptivo de todo dia - tornou-se o critério da produção. Quanto mais densa e integral a duplicação dos objetos empíricos por parte de suas técnicas, tanto mais fácil fazer crer que o mundo de fora é o simples prolongamento daquele que se acaba de ver no cinema. (p. 5)

Em essência a indústria tenta colocar o ser padronizado na realidade em que o ser humano está inserido, no processo o próprio ser humano termina sendo padronizado, ele é transformado em um objeto:

O princípio básico consiste em lhe apresentar tanto as necessidades, como tais, que podem ser satisfeitas pela indústria cultural, quanto em, por outro lado, antecipadamente, organizar essas necessidades de modo que o consumidor a elas se prenda, sempre e tão só como eterno consumidor, como objeto da indústria cultural. (HORKHEIMER, 1975, p. 180)

A cultura humana nessa mudança da realidade termina ela mesmo sendo padronizada

## 5.6 *TEORIA CULTUROLÓGICA*

A teoria culturológica de pensamento francês era composta por estudiosos de diversas áreas não apenas da Filosofia e Educação. Seu pensamento era em parte derivado da escola de Frankfurt, devido a isso a indústria cultural também é um tema trabalhado por eles, porém o seu significado ainda era distinto entre as duas escolas. Para a teoria culturológica a cultura de massa é criada pela indústria cultural ao universalizar seus produtos tentando alcançar todos os consumidores. Os desejos do ser humano são, portanto, direcionados aos mesmos produtos, todos terminam sendo direcionados a se conectarem as mudanças do mundo (MORIN, 1969). Nesse contexto aqueles que não se encaixam o submetem terminam por ser marginalizados.

## 6. PORTA DOS FUNDOS: O INGRESSO PARA OS “FUNDOS” DO HUMOR

Figura 1 – Cartaz do Especial de Natal de 2019 do Porta dos Fundos



Fonte: Redação RBA (2019)

A origem da Porta dos Fundos se concretiza pelo encontro de cinco amigos humoristas e produtores de conteúdo que se uniram para fazer um novo tipo de produção. De acordo com o site da produtora, a sua criação foi intencional para criar um coletivo criativo que existisse na internet sem restrições. A liberdade oferecida pela internet, literalmente abriria uma sala de estar alternativa para o entretenimento brasileiro. Inicialmente, a produção do canal era o seriado *CSI Nova Iguaçu*, uma paródia da franquia americana *CSI*. No entanto, esse formato foi logo abandonado para um estilo de produção mais episódico, o motivo, como diz Ian SBF:

Acabamos com o programa pois temos outros projetos que nos interessam mais dentro do Porta. O programa serviu pra entendermos o formato que gostaríamos de seguir, e no momento nos interessamos mais pelo formato de esquetes soltos (SBF, 2013, YouTube).

De fato, os criadores procuraram vender a ideia para canais de televisão, mas abandonaram isso porque “A ideia de sair da TV para migrar para uma mídia na qual seríamos nossos próprios editores, chefes e velhinhos que censuram baseados na moral e bons costumes” (PORTA DOS FUNDOS, 2013).

Por fim, sua criação única levou Porta dos Fundos a alcançar um grande sucesso atribuído ao seu formato pela internet: “O Porta surgiu no momento em que se começou a perceber que um produto para a internet não precisa ser necessariamente tosco. Ou involuntário. O povo da internet não difere do resto do povo. Ele quer qualidade” (PORTA DOS FUNDOS, 2013).

Na questão de produção, o Porta dos Fundos possui um modelo diferente. No seu caso, o produto dos filmes foi o originador do site; ele primeiro surgiu como canal do YouTube e depois amadureceu para se tornar um site mais profissional. Com o tempo, o canal também adicionou uma fonte de publicidade, João Vicente de Castro, em entrevista a Marília Gabriela no programa *De Frente com Gabi* no SBT, explica que o formato publicitário do Porta dos Fundos era incluir a propaganda como elemento interno da narrativa do vídeo.

Porém, ao invés de se irritarem ou processarem o canal a rede de restaurantes decidiu contratar o Porta dos Fundos para produzir mais dois outros vídeos promovendo a marca. Outro exemplo foi a Fiat que também contratou o canal para produzir comerciais, mas com a liberdade e criatividade originais e sem censuras típicas.

Um dos elementos sobre essas produções, mesmo aquelas por contrato de grandes empresas, é que o canal procura criar vídeos divertidos. O humor presente pode ser de elementos do cotidiano ou outras situações comuns, mas inseridas com componentes do absurdo, como no vídeo “A Espinha”, em que o simples ato de espremer uma espinha de uma personagem “liberta” o elenco que estava preso dentro dela ainda o cantor Vinny, vale lembrar que esse canto fez sucesso na década de 1990 mais ficou “desaparecido”; desde então, a explicação seria ele ter estado na espinha (PINHEIRO, 2013).

Antonio Tabet classifica o humor em entrevista a Marília Gabriela no programa *De frente com Gabi*:

O humor tem várias funções. Uma pode ser que anestesia, uma pessoa que esteja sofrendo por alguma coisa, ela recebe aquilo e respira, baixa a pressão dela. Para outros é sim uma provocação. Pra muitos é informação. Muita gente pra entender uma piada (...), a pessoa não entende alguma coisa e ela vai pesquisar sobre aquele assunto pra poder entender uma piada que passou (TABET, 2013).

Na entrevista João Vicente de Castro admite que o objetivo do Porta dos Fundos não é feito para ser polêmico, na verdade, o primeiro vídeo produzido pelo canal o Judite em que o personagem “blue man” de Fabio Porchat tenta cancelar seu plano de telefonia, não foi ao como o primeiro vídeo do canal justamente pelo seu conteúdo ser um “tapa” em uma grande empresa (TABET, 2013).

## 6.1 CONTROVÉRSIAS

### 6.1.1 Especial de Natal – 2013

Figura 2 – Thumbnail do Especial de Natal do Porta dos Fundos de 2013



Fonte: Porta dos Fundos (2013)

Antes do Especial de Natal de 2018, o canal produziu outro em 2013. Nele, vê-se a história de Maria ter ficado grávida literalmente traindo José com Deus. Balthazar, um dos três reis magos, estaria escondendo dos outros dois que estaria carregando maconha como mirra, Jesus estaria saindo com Maria Madalena que seria prostituta e já teria sido apedrejada e ele teria tentado negociar com os guardas romanos durante sua execução (YouTube). Esse especial já garantiu controvérsias devido ao seu conteúdo satírico. O cardeal Dom Odilo Scherer, em sua conta do Twitter, criticou o especial “Será que isso é humor? Ou é intolerância religiosa travestida de humor? Péssimo mau gosto”, enquanto o pastor Marco Feliciano em entrevista ao site terra também expressou seu desgosto: “...conteúdo altamente pejorativo, utilizando-se inclusive de palavras obscenas, e de forma infame atacou os dogmas cristãos e a fé de milhares de brasileiros que comungam

deles, ferindo dialeticamente o direito fundamente à liberdade religiosa” (TERRA, 2014)

Feliciano chegou, inclusive, a processar o canal por danos morais e também entrou com uma representação no Ministério Público alegando que o especial:

causou latente perturbação física e mental em milhares de brasileiros que comungam da mesma fé, atingindo toda uma coletividade, razões que levam também a possibilidade da violação de direitos transindividuais e conseqüentemente a necessidade de reparação civil (TERRA, 2014).

Esse processo foi mais tarde arquivado quando o Ministério Público concluiu que não houve desrespeito à religião

### 6.1.2 Curta Jesus Te Ama (Youtube)

Figura 3 – Thumbnail do vídeo Jesus te Ama



Fonte: Porta dos Fundos (2016)

Lançado em fevereiro de 2016, esse vídeo ironiza Jesus ao afirmar que ele, na verdade não ama todas as pessoas. No enredo, Jesus se encontra com uma moça e um rapaz em uma loja, e a jovem lhe pergunta se ele ama a todos. Responde Jesus que isso se trata de uma lenda e não uma verdade. Ele, por exemplo, não amaria o rapaz da cena, isso porque esse jovem entre outras coisas retuitaria Bolsonaro, na época ainda não presidente do Brasil. Ironicamente, além de amar a moça, Jesus diz que também ama outro personagem que surge na cena e é ateu.



### 6.1.3 Especial de Natal 2019: A Primeira Tentação De Cristo

Figura 4 – Jesus e seu amante Orlando no Especial de Natal de 2019



Fonte: Caliman (2019)

No enredo deste Especial, o tema central é a história de Jesus retornando de sua peregrinação de 40 dias no deserto. Seu regresso é ambientado em uma festa comemorando seus 30 anos de vida. Jesus é, no entanto, surpreendido com a revelação de que Deus é, na verdade seu verdadeiro pai, lembrando que, seguindo o especial anterior, isso fica implícito ter sido gerado pelo ato sexual. Além disso, ele também tem uma revelação de que é um homossexual em um relacionamento com o personagem Orlando, que mais tarde é revelado como sendo Lúcifer. No Especial, Jesus se mostra um personagem relutante em assumir o seu legado como filho de Deus, ele questiona se em algum momento da vida ele realmente teve uma escolha.

Nesse momento, o especial aproveita para ironizar outras figuras religiosas, porque Jesus entra em sua própria cabeça e lá conhece Buda, Shiva, um alienígena da cientologia e Jah que fuma maconha. Alá ironicamente está ausente. Esses personagens religiosos dizem já ter estado no lugar de Jesus e entendê-lo, mas nenhum deles consegue ajudar. Buda é criticado por sempre dar explicações complexas que ninguém entende como que para fugir do que não saber. Quando Jesus se pergunta se conseguiria convencer as pessoas, o alien da cientologia e Shiva argumentam que basta deixar tudo por escrito e que as pessoas acreditam em tudo, dando como exemplo eles mesmos. Por fim, Jesus retorna e descobre que seu amante Orlando é, na verdade, Lúcifer, que o tentou no deserto para assumir seu lugar como filho de Deus. Jesus derrota com seus poderes divinos e depois faz um acordo com Deus. No processo, ele critica a figura de um Deus violento do velho Testamento, de ter três anos de experiência antes de decidir assumir o cargo de filho de Deus e também, em mais uma alusão homossexual, de poder escolher os doze homens que iram segui-lo.

#### 6.1.4 Polêmicas do Especial de Natal

O especial, centralizado em um Jesus homossexual e na sátira de outras figuras religiosas, foi altamente criticado por vários grupos religiosos incluindo a Anaji (Associação Nacional dos Juristas Islâmicos) que em sua carta de repúdio diz:

O artigo 5º, inciso VI, da Constituição Brasileira, deixa bem claro a proteção e respeito ao Sagrado. A liberdade de opinião e de expressão, também garantida pela Constituição, tem caráter relativo, podendo ser exercido tão somente dentro dos limites impostos pelo ordenamento jurídico, de maneira que não haja o desrespeito e a fomentação de aversões ou agressões a grupos religiosos, caso contrário implica na tipificação de crime (Lei 9.459, de 1997 e, artigos 140, 208 do CP).

Não se permite é que uma pessoa intolerante possa agredir qualquer outra, motivada apenas pela sua ignorância e falta de compreensão básica de respeitar a religião alheia, ultrapassando assim os limites da lei.

O desrespeito a qualquer Profeta atinge nós muçulmanos e assim vem descrito no Alcorão sobre o grande Profeta Jesus e sua mãe Maria (QUE A PAZ DE DEUS ESTEJA COM ELES) (ANAJI, 2019),

O Pastor da Igreja Presbiteriana disse que cancelou sua assinatura na Netflix devido ao especial:

Manter-me na qualidade de um patrocinador de produções cinematográficas que zombam e vilipendiam o Senhor é o mesmo que esbofeteá-lo, cuspir nele, bater em sua cabeça para lhe enterrar os espinhos da coroa, zombar com deboches, força-lo a andar nu carregando o grande peso do madeiro, fura-lo ao lado com uma lança, gritar para que ele dessa da cruz se for capaz (VEJA, 2019).

Essa polêmica também chegou a outros países: o vice premier da Polônia, Jaroslaw Gowin usou as redes sociais para comunicar uma petição online para o cofundador da Netflix Reed Hastings com mais de 1,4 milhões de assinaturas, pedindo a retirada do especial da Netflix dizendo:

A série de comédia do grupo brasileiro Porta dos Fundos, que retrata Jesus Cristo como homossexual, apóstolos como alcoólatras e a Virgem Maria como mulher promíscua, é um escândalo inimaginável” e que o vídeo “visa atacar cristãos e o cristianismo com um único objetivo (ROLLING STONE, 2020).

O pastor Silas Malafaia também afirmou que o canal cometeu crimes ao produzir o especial e que eles praticam intolerância:

Eles cometeram crime. A imprensa se cala e o Ministério Público também. A imprensa se cala porque é apoiadora de lixo moral. Tudo que é lixo moral eles apoiam. Fala alguma coisa de gay. “É homofóbico”, e aí vem o MP e a

imprensa. Proteja a criança de erotismo. Aí vem o Ministério Público e a imprensa (...) Agora fizeram algo que eu condeno e não apoio, jogaram coquetel molotov na sede desses caras. Isso não é cristão quem fez isso. Mas aí a imprensa vem falar de intolerância. Vamos deixar de ser cínicos. Intolerância é o que esses caras praticaram e quem ninguém falou nada (DIAS, 2019).

### 6.1.5 O Atentado de Dezembro de 2019

Figura 5 – Câmeras de segurança filmam o atentado



Fonte: Capelli (2019)

Na madrugada de 24 de dezembro de 2019, a sede da produtora foi atacada com bombas incendiárias em retaliação ao especial de Natal. Os membros do dito “Comando de Insurgência Popular Nacionalista da Grande Família Integralista Brasileira” assumiram a autoria no dia seguinte no YouTube com imagens que eles filmaram do atentado. Comentando sobre o ataque o jornalista da Jovem Pan Josias de Souza explica:

é intolerável esse atentado a sede da produtora do Porta dos Fundos, os culpados precisam ser identificados e punidos. Esse episódio se insere num contexto que é preocupante está em curso um ataque a própria ideia de civilidade, aquela tática diversionista do nós contra eles que dividiu a sociedade (SOUZA, 2019).

Ele ressalta ainda outro ponto importante da sociedade nesse contexto; existe uma divisão ideológica entre aqueles contra e a favor da liberdade de expressão, mas, quando olhamos mais a fundo nos agentes desses “lados” do problema, percebemos que essas pessoas e grupo reivindicam mais a sua liberdade do que a dos outros:

certos defensores da liberdade de expressão: políticos, religiosos ou oportunistas das duas tribos tem uma enorme dificuldade para se expressar. Eles defendem a própria liberdade e das outros não, berram contra aqueles que contrariam as suas crenças, mas adorariam impô-los os seus dogmas (SOUZA, 2019).

Outra jornalista, Thaís Oyama, relaciona esse atentado às mudanças em outras produções, escritores de novelas ou produções televisivas estariam com medo de quebrar o politicamente correto e sofrer represálias parecidas. Essas pessoas estariam escrutinando cada palavra de seus roteiros para garantir que não haveria nenhuma palavra que pudesse causar outra controvérsia. Vale assinalar que Oyama diz que esse tipo de reação adversa é normalmente da esquerda, mas que o suposto que realizou o atentado é da direita (OYAMA, 2019). Rodrigo Constantino também confirma que existe uma parte da direita que em suas palavras são um “Petismo de sinal trocado” que tem si um discurso violento e reacionário (CONSTANTINO, 2019).

#### 6.1.6 O Integralismo

Embora este estudo não queira restringir a controvérsia do especial como tendo apenas dois lados, seria importante considerar aqueles que, supostamente, foram responsáveis. Diz-se isso porque o executor do atentado, apesar de se identificar como integralista, foi rejeitado pela FIB (Frente Integralista Brasileira). Mesmo assim, precisamos considerar o motivo dessa identificação e, desse modo, analisar o papel do Integralismo nesta controvérsia. Em sua origem, o integralismo surgiu nas mudanças sociopolíticas do catolicismo. Quando o cristianismo foi adotado como religião oficial do império romano em 380 d.C., a religião passou a ser identificável em toda a sociedade. O integralismo ou Integrismo surgiu propriamente no século XIX. Sua existência nutria o sentimento do conservadorismo dos ideais católicos e seu principal objetivo era “integrar” a religião católica a todas as atividades humanas, eliminando no processo todas as outras influências como o liberalismo e o humanismo. Isso significava uma oposição clara à laicidade (separação entre igreja e estado), o secularismo e ao pluralismo social (KERTZER, 1980).

O secularismo é um conceito de complexa discussão social, caracterizando-se como um afastamento gradual entre o homem e sua religião. No processo de secularização, há uma perda das práticas de uma religião, tanto na parte de

abandono total quanto na desconsideração de tais práticas, principalmente quando sob a permissão de um estado tornado laico (RANQUETAT JÚNIOR, 2008). A laicidade é definida como uma forma política da separação entre estado e igreja, uma separação oficializada por lei que redefine a estrutura política de um país (BRÉCHON, 1995).

Trata-se de uma ideologia, portadora de mobilização, caracterizada pela defesa dos valores da República e de uma luta contra todos os obscurantismos religiosos, notadamente no sistema escolar. Esta versão militante de laicidade, forjada nos combates políticos da metade do século XIX e da metade do século XX, não é a única. A ideologia laica se reduz hoje a uma atitude de tolerância, de abertura a todas as posições filosóficas e religiosas, ou por um simples silêncio que impõe nas aulas a ensinamentos concernentes a opções religiosos ou políticas, de maneira a não influenciar as crianças (BRÉCHON, 1995).

Oficialmente, em estado laico se mantém neutra a religião. Essa postura não necessariamente produz sempre consequências de liberdade religiosa e tolerância, as quais podem existir mesmo em estados não laicos como a Grã-Bretanha. Como dito por Ranquetat Jr (2007), a concepção liberal da laicidade “se articulava em torno de três eixos: a) a premissa de que as convicções e práticas religiosas se referem à esfera privada; b) a neutralidade do Estado em matéria religiosa; c) separação entre Igreja e Estado” (RANQUETAT JÚNIOR, 2007, p. 63).

As mudanças que iniciaram a esse “auge” do secularismo começaram na revolução francesa, a qual deu grande importância ao liberalismo e na “iluminação” da ciência. Ambos esses conceitos ameaçavam a influência e doutrina católica, o que o Papa Pio IX enfatizou no Sílabo dos Erros de Nossa Época. O documento, originalmente publicado como um da encíclica Quanta Cura (1864), continha 80 heresias e erros segundo a doutrina católica, de destaque a este estudo são os erros classificados como Nº 15 e 80 (IX, 1864 tradução do autor):

"Todo homem é livre para abraçar e professar aquela religião que, guiada pela luz da razão, considera verdadeira." (Nº 15)

"O Pontífice Romano pode e deve reconciliar-se e aceitar o progresso, o liberalismo e a civilização moderna." (Nº 80)

Se analisarmos então como funciona o Integralismo, temos sua premissa básica, em que a autoridade política temporal deve ser submissa ao espiritual, ou seja, o político sendo subordinado à religião.

### 6.1.7 Integralismo no Brasil

No Brasil, o movimento integralista teve seu auge em 1932, quando foi fundado e liderado pelo escritor e jornalista Plínio Salgado. Anteriormente participante da Semana de Arte Moderna de 1922, Salgado possuía uma filosofia e visão política conservadora. O seu interesse nesses campos o levou a se aproximar do fascismo italiano e adotar suas políticas na criação do Movimento Integralista. Essa conexão foi além do ideológico: os símbolos, vestimentas e o discurso do Movimento eram inspirados no Fascismo e tinham similaridade nazista, embora Salgado tenha oficialmente rejeitado o racismo e se afastado do nazismo.

Em seu “Manifesto de Outubro” (1932), Salgado apresenta as ideologias defendidas pelo Movimento, as quais selecionamos as mais pertinentes:

- Cada homem deve-se seguir segundo sua vocação, o homem deve existir em harmonia na sociedade e trabalhar em favor da família, a pátria e a sociedade
- A integração do estado e sociedade brasileiros como em um só, criticando ao mesmo tempo aqueles outros estados e políticas que “fracionavam” a nação
- É necessário existir uma hierarquia disciplinada para exercer autoridade. A nação então precisa dessa autoridade para manter a uniões da sociedade e promover a paz. No entanto o Movimento também era contrário a todas as formas de tirania, incluindo aqueles do indivíduo contra o estado.
- A nação precisa de uma identidade nacional, Plínio aqui critica as influências estrangeiras que estariam minando o povo brasileiro, segundo ele essa “pseudo-civilização” não conhece as dificuldades e o sonhos da nação brasileira, portanto, seu objetivo é unir todos os brasileiros em um só bandeira, num só espírito.
- Enfatizando o nacionalismo o movimento pretende centralizar a estrutura política do país, assim impedindo que os pequenos estados e partidos dentro da nação a dividam ainda mais. No processo o Movimento exila da vida política aqueles que divergem de suas ideias.
- O Movimento declara-se inimigo de todas as conspirações e politicagens.
- O Movimento conecta o homem e seu trabalho a existência da família, leia-se aqui a família tradicional, ela seria vital a vida do homem e defende-la seria um objetivo específico na criação de um estado forte.

Se refletirmos sobre essas afirmações é de nota como Plinio Salgado procurou estruturar o Movimento no Brasil para mais do que uma ideologia. Em sua definição na Enciclopédia do Integralismo (1957) o Integralismo “é uma filosofia e um método”, isso significa que ele procura inferir soluções particulares do geral social. Para Salgado, o homem deve ser um “Homem Integral”, ou seja, uma integração entre sociedade, economia e espiritualidade (BARROSO, 1936).

## 6.2 UMA DISCUSSÃO

Analisando as teorias conectadas à construção de uma sociedade e os vários preconceitos existentes nesta sociedade, podemos encontrar conexões e pertinência na proposta desta dissertação. Antes de tudo, retomamos a diferença entre pré-conceito e preconceito. Ambas são formações psicossociais construídas quando interagimos com o mundo, mas a diferença crucial está na definição que em pré-conceito possuímos um prévio julgamento sobre o outro. Essa apreciação, de acordo com Tajfel e Allport, é fruto das influências grupos-sociais, tanto se considerarmos um grupo físico específico ou mesmo toda uma sociedade. Esse relacionamento é cíclico: nós concebemos a sociedade influenciados por ela mesma e pelos seus membros, nos identificamos e continuamos com os mesmos comportamentos que nos identificamos.

No entanto, o pré-conceito (com hífen) é uma noção que surge fora da interação direta com outro grupo. Quando entramos em contato com o outro, somos levados a reavaliar os nossos valores por meio de uma comparação social, revemos nossos conceitos sociais porque eles ainda não se tornaram institucionalizados em nossa mente. Já no preconceito (sem hífen), estamos inseridos em uma crença, isto é, aceitamos essas noções como verdade. Nesse caso, já se torna muito mais difícil quebrar ou abandonar nosso comportamento. O sujeito acredita tanto em sua prática preconceituosa que a considera verdadeira quase absoluta. Embora não seja impossível que possamos quebrar o preconceito, a dificuldade está no sujeito deixar de acreditar naquilo que ele se identificou e absorveu como real em seu Self. A sua identificação ideológica o tornou na prática um espelho do grupo. Ele reflete as ideias a ponto de perder pelo menos parte de sua individualidade. Ele mantém uma

hostilidade contra o diferente e se sente compelido a hostilizar ou mesmo matar quem questione esse grupo, ou seus valores.

A comédia, em sua origem grega, possui um caráter crítico-político, tinha o objetivo de servir de espelho a sociedade e mostrar ao povo os seus erros quando eles surgiam ironizados ou sob uma forma fantástica. Ironicamente, apesar da visão aparente negativa de Sócrates ao riso, a sua filosofia tinha elementos também utilizados pelo humor. Ele procurava erodir o ego de seus interlocutores para chegar à essência do seu conhecimento. Essa dialógica mostrava, muitas vezes, que o suposto conhecimento desses interlocutores era falho ou mesmo nada. Isso criava um efeito ridicularizante a essas pessoas, Não por isso, Sócrates foi mais tarde executado; podemos ver essa reação no Julgamento de Sócrates. Na obra escrita por Platão, Sócrates mostra o quanto os seus acusadores o culpavam de coisas que, na verdade eles mesmos se envolviam ou que não fazia sentido. Essa oposição de ideias é exatamente o que a ironia procura fazer quando aplicada no humor (PLATÃO, 2008).

Se observarmos o conceito de humor em Platão, podemos ver uma interpretação negativa. Ele via o riso como aquilo que minava nossa consciência política e filosófica, isso porque, para ele, apenas aqueles intelectuais eram considerados dignos de governar. No entanto, Aristófanes via essa atitude como uma quebra dos valores antigos da democracia. Podemos notar, aqui, que ironicamente Aristófanes se apresenta mais como um conservador. Ele pretende que as ideologias clássicas sejam superiores àquelas introduzidas por Platão e Sócrates. Isso era devido à mudança geopolítica desses movimentos: o povo estava mudando-se do campo para a cidade, o que acarretava uma mudança do sistema social ao nível da família. Por isso, Aristófanes apresenta o protagonista de *As Nuvens* como um homem do campo que se casou com uma mulher da cidade sendo rejeitado pelo filho. Essencialmente, Aristófanes apoiava o povo como autossuficiente, enquanto Platão o via como dependente dos intelectuais.

Se nos perguntarmos quais os limites da liberdade de expressão no contexto do humor contemporâneo, a resposta dessa pergunta é uma “faca de dois gumes”, pois, para traçar um limite, é preciso que o sujeito que vai ser limitado seja palpável, que tenha uma forma e contorno definido. No entanto, quando se trata da liberdade de expressão e mesmo da liberdade em si, temos uma forma mutável: a visão de quem a vê. Embora tenhamos uma definição restritiva do governo a respeito do livre-



arbítrio de expressão, ou acreditemos em uma base filosófica específica, a nossa definição de liberdade de expressão não é a mesma do que a do outro, isso porque cada grupo e sociedade, mesmo tendo noções gerais similares, possuem preconceitos e noções diferentes dos outros. Dessa forma, um conteúdo que ofende alguém pode simultaneamente não ofender outro. aquilo que para uma sociedade é normal para outra não é. Inserindo Arendt nesse pensamento, devemos considerar que, mesmo assim, esses grupos devem se considerar membros de uma sociedade, portanto eles precisam respeitar as leis e regras a que estão submetidos visto que essa é sua responsabilidade como seres políticos. Sob essa ótica, podemos concluir o questionamento anterior, dizendo não ser possível delinear os limites da liberdade de expressão como forma geral ao mundo, apenas podemos fazê-lo para a sociedade que vivemos ou aquela que estudamos.

Com essa resposta, voltamos ao especial de Natal e ao questionamento complexo: Qual o seu preconceito? Primeiro se lembrarmos do percurso histórico aqui traçado, começando pelo exemplo de Aristófanes, percebemos que ele se utilizava do humor como um espelho de crítica social. Um recurso que espera que o povo olhe para si mesmo como sociedade e personagem político quando assistia as suas peças. Esse emprego do humor está, como já dito, na sua origem como primordial. Não foi o objetivo principal de Aristófanes insultar o público, mas ele sabia que esse seria o resultado para chegar ao objetivo que pretendia. Quando foi produzido o Especial de Natal, certamente não tinha como intenção de gerar violência contra seus criadores, embora, devido ao conteúdo do episódio, isso pudesse acontecer. No entanto, é plausível acreditar que eles sabiam que haveria controvérsias, visto que procuraram criticar não apenas o cristianismo (por exemplo, eles fizeram uma alusão velada à controvérsia de representar Maomé quando não o colocaram em cena com as outras figuras religiosas). Ou seja, similar a Aristófanes, o humor ácido do Porta dos Fundos também reflete a sociedade contemporânea e a ironiza. Podemos considerar o Especial preconceituoso, mas os produtores sabiam que ele seria recebido por alguns setores da sociedade como algo abominável (o que seria para a Inquisição Moderna – séculos XVI-XIX – algo profundamente herético e passível de rígida punição). Isso nos leva, portanto, a outras perguntas: Se é um reflexo, tal como o espelho, o Especial de Natal não estaria refletindo o preconceito da própria sociedade? Esse seria pelo menos um dos objetivos para criá-lo?

## 7. CONCLUSÃO

Primeiro, se aplicarmos as teorias do capítulo 1, veremos uma similaridade do que Billig (2005) chama de misogelastos com os críticos ao especial de Natal e mais se considerarmos o integralismo, embora não seja parte oficial do Frente Integralista Brasileira o executor do atentado adota seus ideais. O propósito divulgado para o ataque seria defender a família brasileira, porém é, ao mesmo tempo, uma forma de repressão, pois tentava controlar o conteúdo de produção através da violência. O riso seria manipulado para retirar o seu conteúdo político, especialmente devido a seu caráter reflexivo e polêmico desde a origem. Quanto ao especial, se procurarmos adequá-lo a uma das teorias, superioridade, incongruência e alívio, percebe-se que as três estão presentes. Quando Jesus é apresentado como homossexual e com um amante, não deixa a cena de escarnecer, no entanto devemos analisar um ponto importante: a crítica aqui é contra a figura de Jesus em si ou a representação dele? Analisando as falas dos membros do Porta dos Fundos após o atentado, é possível inferir que seu objetivo era uma crítica política e não pessoal.

Em 2020, a produtora lançou outro especial, *Teocracia em Vertigem* (ADOLFO, 2020), que satiriza o julgamento de Cristo ao mencionar os escândalos políticos brasileiros. Comentando sobre esse novo especial, Gregório Duvivier diz que o principal objetivo é fazer rir: “Esse é o nosso objetivo maior. O resto vem junto. As pessoas acham que esses dois são conflitantes. Mas dá para ser engraçado com responsabilidade. Dá para rir se estivermos com o coração no lugar certo”. Segundo Duvivier, é impossível separar o humor da política. Para ele, Jesus foi crucificado como um líder político. Sua contestação ao regime político levou à sua execução e a história se encarregou de despolitizá-lo. Portanto, a produção, ao contrário de criticar a Cristo, procura recuperar seu caráter político, assim como satirizar outras polêmicas, como a homofobia. O objetivo não é, então, uma crítica, mas exaltar a figura de Cristo, mesmo que isso pareça incongruente. Para tal, o escárnio, como na sátira de outras figuras religiosas, a incongruência na figura de Maria ser a virgem e ter dormido com Deus e no uso da Teoria do Alívio quanto a crítica de problemas reais através do enredo principal do Especial.

Em uma análise das respostas ao Especial, percebemos que, em certo nível, ele serviu de Bode Expiatório, pois foi tratado como um crime diferenciador, aquilo que Girard descreve como algo escolhido pela sociedade como ruim, porém de maneira rasa sem muito conhecimento, ou seja, em essência um pré-conceito que, aliás, tem mais fraquezas se considerarmos que o especial de 2018 e outros curtas anteriores já satirizavam Jesus. No entanto, foi no especial que retratava um Jesus homossexual que houve uma resposta violenta, fato que foi apontado pelo humorista Antônio Tabet (ADOLFO, 2020).

Não se pretende, aqui entender por completo as ações dos críticos, especialmente no caso do atentado, mas, se analisarmos suas ações sob uma ótica da Escala F de Theodor Adorno, percebemos que elas são possivelmente fruto da sociedade em que vivem. Mesmo que isso seja incongruente falar assim o integralismo tem uma parcela de verdade, a sociedade de fato possui seus “pequenos estados” com grupos e sociedades paralelas à sociedade geral. Isso nos leva em Adorno a uma construção de preconceito, em uma interpretação da sociedade por meio da ótica desses grupos. Tomemos o caso do Integralismo: a sua principal motivação é a integração, em nível tanto da sociedade unida quanto na união do humano com o físico e o espiritual. Para tanto, as suas mudanças tencionam eliminar, mesmo que oficialmente sem violência, as divergências ideológicas que separam a sociedade. O Movimento termina por induzir o homem a ser submisso. Para o movimento, os conceitos de família e sociedade são fixos e justamente as tentativas de “dobrar” essas regras é que causam essa separação. Se não formos submetidos a uma autoridade, no caso tanto terrestre quanto espiritual, essa união da nação não seria possível. Mesmo que a Escala F não seja gradativa, observamos que a construção de uma nacionalidade autoritária levou a uma agressão autoritária. Nesse ponto, podemos conectar esse autoritarismo com os outros críticos, que, mesmo não sendo fisicamente violentos, de fato foram autoritários contra o Especial, como os religiosos que pediram o boicote do Especial, por exemplo. Esses críticos, como na Escala de Allport são antilocutores, ou seja, pessoas verbalmente violentas ou agressivas quanto ao objeto daquilo que consideram erro e procuram desmerecê-lo.

Podemos concluir quanto ao atentado que, analisando as ações e polêmicas sobre ele, o preconceito sobre ele é fruto de da sociedade conservadora, cujas ideologias rígidas incentivam comportamentos agressivos e violentos para aqueles

que divergem dela. Porém, como na Teoria da Mente, não podemos chegar a uma conclusão absoluta, pois não somos capazes de conhecer o humano apenas por suas ações, assim também concluímos que a afirmação anterior é incompleta no momento.

Na Filosofia moderna dos três filósofos deste estudo, observamos uma similaridade: o três defendem a liberdade como um fator crucial. Para Arendt, a permeabilidade da sociedade quanto à influência do governo mina a nossa liberdade, isto porque ele valoriza a *Vita Activa* (o trabalho, a vida social), mas negligencia a *Vita Contemplativa*, não contemplamos nossas ações e nem nós mesmos. Para Arendt, a Liberdade se baseia em ser livre para formar e expressão nossas próprias opiniões, senão não poderíamos ser sujeitos políticos. Como humanos, somos pluralizados e, portanto, ao ser autoridade sobre como nós nos comportamos, o estado retira nossa liberdade.

Tzvetan Todorov concorda com Arendt em *Os Inimigos Íntimos da Democracia*. O título do livro se deve à crítica dele de elementos dentro da própria democracia que lhe são inimigos. Um desses, para ele, é a própria liberdade. Quando algo se torna absoluto, seja a liberdade, seja a autoridade do governo, isto se torna nocivo à própria democracia e a sociedade. Quando a liberdade deixa de considerar o pluralismo e tenta universalizar os direitos do ser humanos, ela ignora sua própria natureza. Arendt e Todorov, portanto, são críticos à Declaração Universal dos Direitos Humanos, porque o ser humano não é universal; ele não é igual em todo lugar, ou seja, as diferenças e pluralismo são nossa essência. O integralismo, por exemplo, dá a entender que respeita os cidadãos, mas é um projeto de estado cuja autoridade universaliza seus membros em uma bandeira e exila quem for diferente; é uma doutrinação de exaltação política tal qual a “guerra ao terror”.

Refletindo-se sobre o julgamento do bom em Kant, encontramos-nos em uma encruzilhada. Um julgamento bom é aquele determinado pelo conceito que temos, porém, tal definição não é universal. Cada um tem um pré-conceito sobre um objeto para poder julgar sua utilidade, mas, caso ele não estiver nesse conceito, será julgado como ruim. Por exemplo, no caso do alimento mencionado em *O JUÍZO ESTÉTICO: JULGANDO O BELO E MAL*, teríamos um conceito sobre um prato se pesquisarmos sobre ele e qual seria a experiência ao prova-lo, mas, quando realmente o fazemos, podemos nos desapontar, porque a experiência não era aquilo que

esperávamos; ela não se adéqua ao nosso conceito e é considerada ruim (KANT, 1995). Se consideramos algo belo, ruim ou bom, esse julgamento tem uma raiz subjetiva, mesmo considerando o *Sensus Communis* para Kant: existe um Senso Comum para se compreender o mundo; ele mesmo admite que, para esse *Sensus* existir, é preciso que tenhamos nossa liberdade para interpretar e falar de nossas opiniões. Precisamos ter um grau de empatia quanto ao outro para assim percebemos o quanto tal coisa o afeta e de fato nos importamos com sua existência como ser (KANT, 1995).

Concluimos, então, que o Especial de Natal, apesar de suas cenas e práticas serem consideradas como o sendo, não teve o objetivo de ser preconceituoso. Na realidade, assim como Aristófanes, ele emprega os preconceitos da sociedade, refletindo-os como uma crítica ao mostrar o lado político de Jesus. Quanto aos críticos e aqueles que atacaram a produtora, cabe uma reflexão: quando Jesus foi crucificado por suas palavras, um dos propósitos era calá-lo, impedir suas ideias polêmica da época. Por isso, quando essas pessoas atacam com violência física ou verbal, não estariam agindo como os executores daquele que dizem defender? O sagrado é algo digno de respeito, de veneração. No conceito cristão Deus, como Ser divino é imutável, independente das ações humanas, mesmo por críticas o sagrado continua sendo sagrado. Deus então precisaria ser defendido desse jeito?

## 8. REFERÊNCIAS

- ADOLFO, Kalel. Teocracia em Vertigem: Porta dos Fundos reflete sobre novo especial de Natal e ataques sofridos em 2019 (Entrevista). AdoroCinema, 2020. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/noticias/filmes/noticia-156794/>. Acesso em: 08 abril 2022
- ADORNO, Theodor. W. *et al. The authoritarian personality*. 1950.
- ALLPORT, Gordon Willard; CLARK, Kenneth; PETTIGREW, Thomas. *The nature of prejudice*. 1954.
- ANAJI. Nota de Repúdio ao Canal Porta dos Fundos e Netflix. Anaji - Associação Nacional de Juristas Islâmicos, 2019. Disponível em: <https://anaji.org.br/2019/12/09/nota-de-repudio-ao-canal-porta-dos-fundos-e-netflix/>. Acesso em: 12 out. 2021.
- ANDRADE, Marcelo. A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, p. 109-125, 2010.
- ARENDT, Hannah. *A Vida do Espírito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- ARENDT, Hannah. *A Vida do Espírito> o pensar, o querer, o julgar*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: uma reportagem sobre a banalidade do mal*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003a.
- ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2003b
- ARENDT, Hannah. *The human condition*. Chicago. University of Chicago Press, 2013.
- ARISTÓFANES. *As Nuvens; Só para mulheres; Um deus chamado dinheiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- ARISTÓFANES. *As vespas; As aves; As rãs*. Tradução de Mário da Gama Kury. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, *A Comédia Grega*, v. 02, p. 07-88.
- ARISTOTELES; FREESE, John Henry. *The art of rhetoric*. Heinemann, 1967.
- BAIN, Alexander. *The senses and the intellect*. 1.ed. Londres: Jonh W. Parker & Son, West Strand, 1855. Disponível em: <https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.223100>. Acesso em: 14 nov. 2022

BARBOSA, Evandro; BRESOLIN, Keberson. *Temas de Filosofia Política Contemporânea*. 2017.

BARBOSA, JEFFERSON RODRIGUES. Ideologia e intolerância: a Extrema Direita latino-americana e a atuação no Brasil dos herdeiros do Eixo. *Revista Aurora*, v. 1, n. 2, 2008.

BARBOSA, Milton Gustavo Vasconcelos. A expansão penal na República de 1988: A ilusão mítica e os efeitos da revelação. Porto Alegre. Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013.

BARROSO, Gustavo. *O integralismo e o mundo*. Civilização brasileira, 1936.

BATESON, Gregory. *Steps to an ecology of mind: Collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology*. University of Chicago Press, 2000.

BAYEFISKY, Rachel. Dignity, honour, and human rights: Kant's perspective. *Political Theory*, v. 41, n. 6, p. 809-837, 2013.

BBC NEWS. Brazil police investigate fire-bombing of 'gay Jesus' film office. BBC News, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-50918636>. Acesso em: 12 out. 2021.

BEDNARZ, Terri; LECTURE, RSM Yamauchi. Too Proud to Dig?: Peasant Humor in the Parables of Jesus (Luke 16: 1-14). Loyola University, 2009.

BILLIG, Michael. *Laughter and ridicule: Towards a social critique of humour*. Sage, 2005.

BRÉCHON, Pierre. Institution de la laïcité et déchristianisation de la société française. *Cahiers d'études sur la Méditerranée orientale et le monde turco-iranien*, n. 19, 1995.

BRITO, Renata Romolo. Os direitos humanos na perspectiva de Hannah Arendt. *Revista Ética e Filosofia Política*, v. 1, n. 9, 2006.

CALIMAN, Renato. Especial de Natal Porta dos Fundos: A Primeira Tentação de Cristo (Netflix, 2019): sátira mordaz. Cinema com Rapadura, 2019. Disponível em: <https://cinemacomrapadura.com.br/criticas/567669/critica-especial-de-natal-porta-dos-fundos-a-primeira-tentacao-de-cristo-netflix-2019-satira-mordaz/>. Acesso em 25 out. 2021.

CAPELLI, Paulo. Atentado contra sede do Porta dos Fundos pode ser considerado terrorismo, dizem juristas. *O Globo*, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/atentado-contra-sede-do-porta-dos-fundos-pode-ser-considerado-terrorismo-dizem-juristas-24162992>. Acesso em: 25 out. 2021.

CHIN, Wynne W. et al. The partial least squares approach to structural equation modeling. *Modern methods for business research*, v. 295, n. 2, p. 295-336, 1998.

CONSTATINO, Rodrigo. Suposto grupo Integralista assume ataques à produtora do canal 'Porta dos Fundos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ofHPLqlxvz4>. Acesso em 25 out. 2021.

DA REDAÇÃO. Porta dos Fundos: especial de Natal da Netflix revolta grupos religiosos. Revista Veja, 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/religiao/porta-dos-fundos-especial-de-natal-revolta-grupos-religiosos/>. Acesso em: 12 out. 2021.

DIAS, Surenã. Silas Malafaia se revolta com Jesus Gay e afirma que Porta dos Fundos cometeu crime. *Observatório G*, 2019. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/silas-malafaia-se-revolta-com-jesus-gay-e-afirma-que-porta-dos-fundos-cometeu-crime>. Acesso em: 12 out. 2021.

DIETZSCH, Mary Julia Martins. Crátilo e a Origem dos Nomes. *Revista Internacional dHumanitats*, v. 12, p. 47-60, 2007.

DOS SANTOS, Kelly Regina Ferreira; DE SOUZA, Ivan Clementino. O IMPERATIVO CATEGÓRICO KANTIANO. In: Congresso Interdisciplinar-ISSN: 2595-7732. 2017.

DRUMOND, Greice Ferreira. *A realidade ficcional em A Paz de Aristófanes*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, v. 114, 2002.

DRUMOND, Greice. *As formas do riso na comédia grega antiga*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.

FERNANDES, Maria Elizabeth Rezende; MARQUES, Antonio Luiz; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Identidade organizacional e os componentes do processo de identificação: uma proposta de integração. *Cad. EBAPE.BR* [online]. 2009, vol.7, n.4, pp.687-703. ISSN 1679-3951

FERRAZ, Salma. É certo que riste: Humor no Cristianismo. *Remate de Males*, v. 34, n. 2, p. 683-707, 2014.

FREDE, Dorothea, "Plato's Ethics: An Overview", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2017/entries/plato-ethics/>. Acesso em: 12 out. 2021.

FREITAS, Riva Sobrado de; CASTRO, Matheus Felipe de. *Liberdade de Expressão e Discurso do Ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão*. Sequência (Florianópolis). 2013, p. 327-355.

FURTADO, Letícia de Souza. *A teoria do bode expiatório, de René Girard, aplicada à chacina de Matupá*. Porto Alegre. Trabalho de conclusão de curso (Monografia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, RS, 2013.

GONÇALVES, Emerson Campos; LOUREIRO, Robson. Notas sobre os estudos de t. Adorno em Berkeley. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, v. 10, n. 4, p. 227-254, 2019.



GOOGLE. HISTÓRIA DOS CRIADORES DO YOUTUBE: Como Porta dos Fundos roubou a cena e se tornou o canal com mais inscritos do Brasil. *Google Think Storage*, 2014. Disponível em: [https://think.storage.googleapis.com/intl/ALL\\_br/docs/porta-dos-fundos-youtube-brasil\\_case-studies.pdf](https://think.storage.googleapis.com/intl/ALL_br/docs/porta-dos-fundos-youtube-brasil_case-studies.pdf). Acesso em: 12 out. 2021.

GUTHRIE, William K. Chambers. Os sofistas. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

HAUBERT, Laura Elizia; PRELLWITZ, Klaus Penna. NOTAS SOBRE O RIDÍCULO E O RISO NO FILEBO DE PLATÃO. *Prometheus-Journal of Philosophy*, v. 11, n. 31, 2019.

HERDY, Thiago. Frente Integralista Brasileira nega relação com grupo que assumiu atentado à sede do Porta dos Fundos. *O Globo*, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/frente-integralista-brasileira-nega-relacao-com-grupo-que-assumiu-atentado-sede-do-porta-dos-fundos-24159292>. Acesso em: 12 out. 2021.

HORKHEIMER, Max. Eclipse da razão. 7. ed. São Paulo: Centauro, 2002.

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril, 1975.

HORKHEIMER, Max. Th. W. Adorno. Discussão de teoria e prática." Em Max Horkheimer Collected Writings, v. 13, 1947.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. 1985

HORKHEIMER, Max; FLOWERMAN, Samuel H. *Foreword to Studies in Prejudice in" The Authoritarian Personality*. 1950.

IX, Pope Pius. Syllabus of errors. Syllabus Errorum, 1864.

JERÓNIMO, Nuno Amaral. *Humor na sociedade contemporânea*. 2015. Tese de Doutorado. Universidade da Beira Interior (Portugal).

KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Tradução de Valério Rohden e António Marques. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. EDIPRO, 2020.

KAUARK-LEITE, Patrícia Maria. Kant, ciência e sensus communis. *Estudos Kantianos [EK]*, v. 5, n. 01, 2017.

KERTZER, David I. et al. *Comrades and Christians: religions and political struggle in Communist Italy*. CUP Archive, 1980.

KHARPERTIAN, Theodore D. *A hand to turn the time: the menippean satires of Thomas Pynchon*. Cranbury: Associated University Presses, 1990.

KINGET, G. Marian.; ROGERS, Carl. Rogers. *Psicoterapia e Relações Humanas*, Vol. I. 1977.

KONSTANTAKOS, Ioannis. Academia.edu, 2017. A brief history of humour and comedy in Greece, from antiquity to modern times. Notes for a televised interview. Disponível em: [https://www.academia.edu/42711104/A\\_brief\\_history\\_of\\_humour\\_and\\_comedy\\_in\\_Greece\\_from\\_antiquity\\_to\\_modern\\_times\\_Notes\\_for\\_a\\_televised\\_interview](https://www.academia.edu/42711104/A_brief_history_of_humour_and_comedy_in_Greece_from_antiquity_to_modern_times_Notes_for_a_televised_interview). Acesso em: 12 out. 2021.

LUND, Frederick H. *Psychology: An empirical study of behavior*. 1933.

MANFREDI, Valerio Massimo. *Akropolis. DEBOLS! LLO*, 2018.

MANUEL, Daniela Falco Pereira; SILVA, Marcus Vinícius; DE OLIVEIRA, Roselle Fernandes Torres. A origem do preconceito. *Revista Científic@ Universitas*, v. 3, n. 2, 2015.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

MATA, Giselle Moreira da. *“Entre risos e lágrimas”*: uma análise das personagens femininas atenienses na obra de Aristófanes (SÉCULOS VI A IV aC). 2009. Tese (Doutorado em XXX). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História.

MCLEOD, S. A. The milgram experiment. *Simply Psychology*, 2007.

MELO MAGALHÃES, Antonio Carlos de; SCARABELOT, Leandro. *Teologia do Riso: humor e mau humor na Bíblia e no cristianismo*. 2018.

MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Unesp, 2003.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX:(o espírito do tempo)*. Forense, 1969.

MORREALL, John. Foreword of IAPH President of Honor: The Philosophy of Humor—Not a Joke Any More. *The Philosophy of Humor Yearbook*, v. 1, n. 1, p. XIII-XVIII, 2020.

NAILS, Debra. *A vida de Platão de Atenas*. BENSON, HH Platão. Porto Alegre: Artmed, 2011.

NASCIMENTO, Thiago Gomes; SOUZA, Eda Castro Lucas de. Escala trifatorial da identidade social (ETIS): evidências de sua adequação psicométrica. *Psico-USF*, v. 22, p. 217-234, 2017.

NISSANI, Moti. *A cognitive reinterpretation of Stanley Milgram's observations on obedience to authority*. 1990.

NOGUEIRA, Carlos Alberto Figueiredo. *O Diabo no imaginário cristão*. Bauru: EDUSC, 2000. 126 p. (Coleção História).

NUNES, Carlos Alberto; NUNES, Benedito. TEETETO. s/d. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/59505914/01\\_-\\_PLATAO20190603-9053-dv2vd8.pdf](https://www.academia.edu/download/59505914/01_-_PLATAO20190603-9053-dv2vd8.pdf). Acesso em: 8 abr. 2022.

OYAMA, Tais. Josias. Suposto grupo Integralista assume ataques à produtora do canal 'Porta dos Fundos'. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ofHPLqIxzv4>. Acesso em: 25 out. 2021.

PASSOS, Luiz Augusto. Fundamentos de Filosofia: Os caminhos do “Pensar” para quem quer transformação. Um novo conceito de atuação sindical. *Fascículo*, v. 1. Brasília-DF: CNTE, 2008.

PERKS, Lisa Glebatis. The ancient roots of humor theory. *Humor*, v. 25, n. 2, p. 119-132, 2012.

PINCELLI, Renato; AMÉRICO, Marcos. Apontamentos teóricos sobre o humor e seus recursos. *Fórum Linguístico*, v. 16, n. 4, p. 4217-4228, 2019.

PINHEIRO, Fernanda Vasconcelos. *Porta dos Fundos: a construção de um produto em meio digital*. Monografia submetida à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

PLATÃO. *Apologia de Sócrates*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2008.

PORTA DOS FUNDOS. CSI Nova Iguaçu #8. Youtube, 7 ago. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5Mc18dkITYQ>. Acesso em: 12 out. 2021.

PORTA DOS FUNDOS. Especial De Natal - Porta Dos Fundos. YouTube, 23 dez. 2013. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=2VEI\\_tn090c&t=849s](https://www.youtube.com/watch?v=2VEI_tn090c&t=849s). Acesso em: 12 out. 2021

PORTA DOS FUNDOS. Jesus te Ama. YouTube, 29 fev. 2016. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=dgso4\\_bWcME](https://www.youtube.com/watch?v=dgso4_bWcME). Acesso em: 12 out. 2021.

PORTA DOS FUNDOS. *Porta dos Fundos*. Rio de Janeiro: Sextante, 2013

PORTA DOS FUNDOS. Spoleto. Youtube, 13/08/2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Un4r52t-cuk&t=1s>. Acesso em: 12 out. 2021,

PREMACK, David; WOODRUFF, Guy. Does the chimpanzee have a theory of mind? *Behavioral and brain sciences*, v. 1, n. 4, p. 515-526, 1978.

RANQUETAT JÚNIOR, Cesar Alberto et al. A implantação do novo modelo de ensino religioso nas escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul: laicidade e pluralismo religioso. 2007.

RECKFORD, Kenneth. *Aristophanes' Old-and-New Comedy: Six Essays in Perspective*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1987,

REDAÇÃO RBA. Porta dos Fundos faz Especial de Natal desde 2013 sem reação violenta. O que mudou? *Rede Brasil Atual*, 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/12/porta-dos-fundos-especial-de-natal/>. Acesso em: 12 out, 2021.

REDAÇÃO. Ataque ao Porta dos Fundos: As polêmicas do especial de Natal e repercussão internacional. *Revista Rolling Stone*, 2019. Disponível em: <https://rollingstone.uol.com.br/noticia/ataque-ao-porta-dos-fundos-polemicas-do-especial-de-natal-e-repercussao-internacional/>. Acesso em: 12 out. 2021.

REIS, Maria Cecília Gomes dos. *Aristóteles: De Anima*. 2006.

ROGERS, Carl R. *Tornar-se pessoa*. São Paulo: WWF Martins Fontes, 2017.

SACHS, Joe. *Aristotle's On the Soul: And, On Memory and Recollection*. Green Lion Press, 2001.

SALGADO, Plínio. *Ação Integralista Brasileira*. Manifesto de Outubro de, 1932.

SAMPAIO, Leonardo Rodrigues; CAMINO, Cleonice Pereira dos Santos; ROAZZI, Antonio. Revisão de aspectos conceituais, teóricos e metodológicos da empatia. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 29, n. 2, p. 212-227, 2009.

SARRAZIN, Bernard. RIRE DU MALHEUR, RIRE SACRILÈGE. *Humoresques: L'humour et l'implicite*, p. 95, 2003.

SCOTT, Peter. *Grécia Antiga – A História Completa – Desde a Idade das Trevas Grega até o Fim da Antiguidade*. Bcook Brothers, 2019

SELL, Sérgio. *História da Filosofia Antiga*. Palhoça: UnisulVirtual, 2008.

SILVA, Júlio César Casarin Barroso. Democracia e liberdade de expressão- Contribuições para uma interpretação política da liberdade de palavra. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SILVA, Mateus Araújo. A ironia de Sócrates nos Diálogos de Platão. *Classica-Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, v. 7, p. 229-258, 1994.

SILVA, Valdísio Vieira da. Crítica da comédia *As Vespas*, de Aristófanes, ao tribunal popular ateniense. 2013.

SILVEIRA, André Lui da.. A Soleira da Porta dos Fundos: A Brecha como ponto de partida para a criação humorística. *TEOLITERARIA – Revista de Literaturas e Teologias*, v. 6, n. 11, p. 313-330, 2016.

SOCIEDADE BÍBLICA do BRASIL. *Bíblia Sagrada: nova tradução na linguagem de hoje*. Barueri: SBB, 2000.

SOUTHERN, Richard. *The Penguin history of the Church: Western society and the Church in the middle ages*. Penguin UK, 2016.

SOUZA, Josias de. Suposto grupo Integralista assume ataques à produtora do canal 'Porta dos Fundos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ofHPLqlxvz4>. Acesso em: 25 out. 2021.

SOUZA, Paulo Rogério de; PEREIRA MELO, José Joaquim. A Comédia de Aristóphanes como crítica a “nova educação” sofisticada da pólis clássica. *Anais da Jornada de Estudos Antigos e Medievais*, Maringá, p. 1-15, 2012.

TABACARU, Sabina. Uma visão geral das teorias do humor: aplicação da incongruência e da superioridade ao sarcasmo. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, p. 115-136, 2015.

TABET, Antonio. 2013. Disponível em: <http://revistatrip.uol.com.br/revista/221/paginas-negras/antonio-tabet-o-kibe-loco.html>. Acesso em: 8 nov. 2022.

TABET, Antonio. De Frente Com Gabi – Porta dos Fundos. Youtube, 04/08/13. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TCseV14int4>. Acesso em: 12 out 2021.

TODOROV, Tzvetan. *Os inimigos íntimos da democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TOPALOĞLU, Aydin. The politics of Plato and his objection to democracy. *Annales Universitatis Mariae Curie-Skłodowska, sectio K–Politologia*, v. 21, n. 1, p. 73, 2015.

WATSON, Peter (Ed.). *Psychology and race*. Transaction Publishers, 1974.

WOLF, Mauro; DE FIGUEIREDO, Maria Jorge Vilar. *Teorias da comunicação*. Presença, 1987.

XENOPHON; PINHEIRO, Ana Elias. Banquete. *Apologia de Sócrates*. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2008.